



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES'

**DEPARTAMENTO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL**

MÁRCIO SILVA DAS NEVES

**CAUSAS DOS HOMICÍDIOS DE JOVENS E A FRAGILIDADE
DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL EM CAMAÇARI**

Salvador
2010

MÁRCIO SILVA DAS NEVES

**CAUSAS DOS HOMICÍDIOS DE JOVENS E A FRAGILIDADE
DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL EM CAMAÇARI**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS – Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Débora de Lima Nunes Sales.

Salvador

2010

Ficha catalográfica

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

Neves, Márcio Silva das

Causas dos homicídios de jovens e a fragilidade da rede de proteção social em Camaçari. / Márcio Silva das Neves. – Salvador, 2010.

159 p.: il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS – Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Débora de Lima Nunes Sales.

1. Análise regional. 2. Violência urbana – Camaçari - Análise e pesquisa. 3. Criminalidade Urbana – Camaçari - Análise e pesquisa. 4. Homicídios - Camaçari. 5. Juventude e políticas públicas. I. Sales, Débora de Lima Nunes, orient. II. Universidade Salvador – Unifacs. III. Título.

CDD: 338.9

MÁRCIO SILVA DAS NEVES

CAUSAS DOS HOMICÍDIOS DE JOVENS E A FRAGILIDADE DA REDE DE
PROTEÇÃO SOCIAL EM CAMAÇARI

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Análise Regional, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Débora de Lima Nunes Sales – Orientadora _____

Doutora em Urbanisme et Aménagement pela Université Paris XII - Val-de-Marne - França
Universidade Salvador – Unifacs

Carlos Alberto da Costa Gomes _____

Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército
Universidade Salvador - Unifacs

José Luiz de Amorim Ratton Jr. _____

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Salvador, 16 de dezembro de 2010

Para as mulheres da minha vida, minha mãe, Hildete, minha tia Mercedes, minha mãe intelectual Eugênia Gomes, minhas irmãs (Norma, Rita, Iracema, Mércia e Patrícia), minhas professoras e amigas Nacelice Freitas e Raquel Vale, minha orientadora Débora Nunes, minhas sobrinhas e cunhadas, minhas amigas-irmãs: Cácia Mendes, Ana Cláudia Arruda e Miraci Tereza. Além de minhas três companheiras do dia a dia, Maria, Marilha e Marysol. Todas são minhas, porque eu também lhes pertenço. Vocês adoçaram, adoçam e sei que adoçarão minha vida por muito tempo.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste sonho. Aproveito este pequeno espaço, livre das regras científicas, para fazer meus agradecimentos de forma emotiva.

A Deus, meu grande Pai, porque tudo o que tenho foi por sua permissão. A minha família – esposa, filhas e irmãos –, que compreendeu as necessidades de ausentar-me em momentos importantes do convívio familiar.

À equipe de professores do Mestrado, que tanto contribuiu, através de seus conhecimentos e experiências, para o meu crescimento intelectual e profissional.

Aos colegas do Mestrado, em especial a Bárbara Cabral e Marília Fontes, tão atenciosas comigo.

A todos os funcionários da prefeitura Municipal de Camaçari, aos funcionários da Unifacs e dos órgãos que ajudaram imensamente com informações preciosas.

À professora Vera Britto, pois reconheço que, sem sua supervisão ortográfica e técnica, não teria chegado até aqui com tanta confiança.

E a duas pessoas quero agradecer e homenagear através de um pedido de desculpas: à professora Débora Nunes, minha orientadora e ao amigo e professor Costa Gomes.

Perdoem-me por não ter sido o orientando dos seus sonhos. Garanto aos dois que ambos ficarão para sempre em minhas lembranças como pessoas que me mostraram a maneira de podermos usar o nosso conhecimento para propor uma sociedade melhor e mais justa.

Garanto mais a vocês que este foi meu maior teste intelectual, embora as várias atribuições do dia a dia não me tenham permitido exercer a dedicação plena que a competência e o brilho de vocês merecem de um orientando.

À professora Débora, em particular, agradeço pelas coisas que me foram apresentadas além do que era sua responsabilidade de orientadora. Descubri, através de você, que o mundo pode ser mais simples e mais encantador. Entendi também que as coisas darão certo, sempre que sejamos disciplinados e honestos uns com os outros e com nós mesmos.

A todos vocês, meu muito obrigado e minha eterna gratidão.

RESUMO

O fenômeno dos homicídios contra jovens evidencia-se de maneira aguda no município de Camaçari, no Estado da Bahia, com características que se definem como específicas deste território. A pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho considerou especialmente os casos de homicídios ocorridos no município, no ano de 2008, e seus resultados evidenciam a fragilidade da rede de proteção social desenvolvida pelo Estado nos últimos anos. Por este motivo, esta dissertação, além de descrever os principais aspectos do problema, também busca avaliar o papel das políticas públicas para a juventude como ferramenta para combatê-lo. Na execução da pesquisa, foram utilizados os métodos quantitativo e qualitativo, assim como a cartografia, para entender a distribuição espacial dos crimes. Os dados quantitativos foram definidos através do confronto das informações coletadas nas quatro delegacias que atendem o município de Camaçari, das notícias dos veículos de comunicação local e dos obituários registrados nos sete cemitérios de Camaçari. Através desses dados, foi possível averiguar informações sobre a idade das vítimas, o grupo étnico a que pertenciam, o principal tipo de arma utilizada para cometer os homicídios, além de identificar a principal atividade econômica desenvolvida pelas vítimas. A descoberta da quantidade de políticas públicas voltadas para a juventude, existentes no município, foi possível através de informações buscadas nos órgãos públicos responsáveis por elas. Os dados qualitativos contribuíram para a elaboração do perfil socioeconômico das vítimas, para a caracterização das condições da estrutura familiar da qual provinham estes jovens e para a identificação das causas das mortes violentas. Das políticas públicas, foram avaliadas, de maneira preliminar, sua eficiência e sua eficácia, além de tentar-se identificar seu potencial para a inversão dos dados de violência contra jovens em um futuro breve. De todo o material colhido e analisado, originaram-se as sugestões de medidas para o enfrentamento dos homicídios contra jovens.

Palavras-chave: Violência contra jovens. Políticas públicas de proteção social. Educação.

ABSTRACT

The phenomenon of homicides against young people has sharply become evident in Camaçari, in State of Bahia, with characteristics which are very specific of this territory. The research done for the making of this work has considered specially the cases of homicides that occurred in Camaçari, in the year of 2008, and their results show the fragility of the social protection network developed by the State in the latest years. For this reason, this dissertation describes the main aspects of the problem and also tries to evaluate the role of public politics directed to the youth in order to use it as a way to solve the problem. During the research, quantitative and qualitative methods were employed, as well as the cartography, to understand better the spatial distribution of the crimes. The quantitative data were defined through the confrontation of the informations collected in four police stations located in Camaçari, by the news of the local means of communication and also by the deaths registered in seven cemeteries of Camaçari. Through these data, it was possible to investigate some informations about the age of the victims, the ethnic group which they belong to, the main kind of weapon used in these homicides and also it was possible to identify what do the victims did for a living. Through the informations found in some public agencies, it was possible to find out how many public politics for the youth there are in these locations. The qualitative data contributed to the elaboration of the victims' socioeconomic profiles, to the characterization of the family structure conditions of these young people and to the identification of the reasons of violent deaths. Public politics were evaluated initially for their efficiency and their effectiveness. Moreover, there was an effort to identify their potential to change these data of violence against young people in a near future. From all the material collected and analyzed, arose some suggestions of measures to solve the problem of homicides against young people.

Keywords: Violence against young people. Public politics of social protection. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Gráfico da população encarcerada na Bahia (faixa etária: 18 a 24 anos)	37
Figura 2 -	Mapa dos homicídios de jovens ocorridos nas unidades territoriais 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, e 13 localizadas na sede de Camaçari	47
Figura 3 -	Mapa dos homicídios de jovens ocorridos nas unidades territoriais 1, 5, e 12 localizadas no Litoral de Camaçari	48
Quadro 1 -	Critérios de avaliação da infraestrutura das regiões mais violentas de Camaçari	49
Quadro 2 -	Avaliação da região 1 – Vila de Abrantes (Buris de Abrantes, Phoc de Abrantes, Catu de Abrantes)	50
Quadro 3 -	Avaliação da região 2 – Nova Vitória e Bairro Novo (Novo Horizonte)	51
Quadro 4 -	Avaliação da região 3 – Phoc I, II e III	51
Quadro 5 -	Avaliação da região 4 – Parque Satélite (Gleba A, Mangueiral, Ficam I e II, Gravatá)	52
Figura 4 -	Localização geográfica do município de Camaçari	53
Gráfico 1 -	Sentimentos das famílias em relação à morte dos jovens	68
Gráfico 2 -	Envolvimento da vítima com o crime organizado segundo seus familiares	70
Gráfico 3 -	Envolvimento dos amigos da vítima com a criminalidade	71
Gráfico 4 -	Relacionamento da vítima com usuários de droga	72
Gráfico 5 -	Causas dos crimes	73
Gráfico 6 -	Uso de drogas entre as vítimas	75
Gráfico 7 -	Existência anterior de ponto de venda de drogas no bairro da vítima	77
Gráfico 8 -	Persistência dos pontos de venda de drogas no momento da pesquisa	78
Gráfico 9 -	Atividade econômica dos jovens assassinados em 2008	82
Gráfico 10-	Número de jovens assassinados em 2008, por gênero	88
Gráfico 11-	Número de jovens assassinados, por gênero, na amostra pesquisada	88
Gráfico 12-	Grupos étnicos a que pertenciam os jovens assassinados	90

Gráfico 13-	Grupos religiosos a que pertencem os familiares dos jovens assassinados	92
Quadro 6 -	Políticas públicas de atendimento a juventude de Camaçari	98
Gráfico 14-	Período de implantação das políticas públicas para a juventude	101
Gráfico 15-	Órgãos públicos municipais que mais desenvolvem políticas públicas para jovens	104
Gráfico 16-	Políticas públicas que beneficiam jovens	105
Quadro 7-	Políticas públicas voltadas para proteger os jovens do mundo da violência e do tráfico de drogas	106
Figura 5 -	Foto de profissionais da Casa da Criança, em curso de planejamento estratégico	116
Figura 6 -	Unidade de Semiliberdade de Camaçari, localizada no bairro do Camaçari de Dentro	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Jovens mortos em Camaçari por unidades territoriais – 2008	45
Tabela 2 -	Crescimento da população de Camaçari	55
Tabela 3 -	Municípios com maiores taxas médias de óbitos por armas de fogo (em % da população total, em 100.000 habitantes) – 2002-2004	57
Tabela 4 -	Cinco maiores municípios em relação ao PIB - Bahia: 1999, 2006 e 2007	60
Tabela 5 -	PIB per capita – os cinco primeiros municípios – Bahia: 1999, 2006 e 2007	60
Tabela 6 -	Atividades dos jovens de Camaçari quando não estão trabalhando ou na escola	83
Tabela 7 -	Relação do crime com a convivência ou a ausência do pai	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cesme	Centro de Especialidades em Saúde Mental
-	
Cofic	- Comitê de Fomento Industrial de Camaçari
Copec	- Complexo Petroquímico de Camaçari
Copene	- Companhia Petroquímica do Nordeste
Cras	- Centro de Referência de Assistência Social
CMDCA	- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
Cuidar	- Centro de Unidades de Apoio e Referências em Saúde
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	- Imposto sobre Produtos Industrializados
OEI	- Organização dos Estados Ibero-Americanos
Pelc	- Programa Esporte e Lazer na Cidade
Peti	- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
Phoc	- Programa Habitacional Organizado de Camaçari
PMC	- Prefeitura Municipal de Camaçari
Projovem	- Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronasci	- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
Protejo	- Programa de Proteção a Jovens em Território de Vulnerabilidade
Prouni	- Programa Universidade Para Todos
PRVL	- Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens
-	

- RMS - Região Metropolitana de Salvador
- Sedel - Secretaria Municipal do Esporte e Lazer do Município de Camaçari
- Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Camaçari
- Seduc - Secretaria de Educação do Município de Camaçari
- Sedur - Secretaria do Desenvolvimento Urbano
- Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
- Seplan - Secretaria de Planejamento, Urbanismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento de Gestão de Camaçari (hoje extinta)
- Seprov - Secretaria da Promoção da Mulher e da Reparação
- Sesau - Secretaria de Saúde de Camaçari
- Unesco - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
- Uoscc - União das Organizações Sociais e Culturais de Camaçari

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	GEOGRAFIA DO CRIME	21
2.1	A VIOLÊNCIA E SUAS CATEGORIAS	23
2.1.1	Violência urbana	26
2.1.2	Violência doméstica	28
2.1.3	Homicídio	30
2.2	VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL	33
2.3	TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, ESPAÇO, ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E LUGAR	38
2.4	O PODER PÚBLICO E A COMUNIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS	42
2.4.1	Políticas públicas e participação popular	43
2.5	PRINCIPAIS ÁREAS DE RISCO: ÍNDICES DE VIOLÊNCIA EM CAMAÇARI	44
2.6	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL EM CAMAÇARI	48
2.7	OS PRINCIPAIS FATORES DE FAVORECIMENTO DA CRIMINALIDADE EM CAMAÇARI	52
2.7.1	Localização geográfica	52
2.7.1.1	<i>Migração</i>	54
2.7.1.2	<i>Região metropolitana: um ponto estratégico</i>	57
2.7.2	Ausência de planejamento estratégico ao longo de sua história	59
2.7.2.1	<i>Deficiências estruturais</i>	59
3	A CONSTRUÇÃO DOS CRIMES	63
3.1	O PERFIL DAS VÍTIMAS	64
3.2	CAUSAS FREQUENTES	65
3.2.1	Famílias desestruturadas	65
3.2.2	Envolvimento com o tráfico de drogas	69
3.2.2.1	<i>Vingança</i>	73
3.3	CAUSAS ESPORÁDICAS	75
3.3.1	Latrocínio	75
3.4	CAUSAS PREVISÍVEIS	76
3.4.1	Territórios vulneráveis	76
3.4.2	As escolas e o recrutamento de novos traficantes	78
3.4.3	Jovens expostos ao apelo do consumo	80
3.5	OS JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO	82

3.5.1	Jovens fora da escola	84
3.5.2	Jovens que perderam a referência masculina	85
3.5.3	Jovens negros e pardos	89
3.6	OS JOVENS MAIS PROTEGIDOS	90
3.6.1	Jovens mais religiosos	91
3.6.2	Jovens universitários	92
4	AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE	95
4.1	POLÍTICAS PRÓ-ATIVAS	107
4.1.1	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd)	107
4.1.2	Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc)	109
4.2	POLÍTICAS PREVENTIVAS	110
4.2.1	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)	111
4.2.2	Mulheres da Paz	112
4.2.3	Gerência da Criança e do Adolescente	113
4.2.4	Casa da Criança e do Adolescente	114
4.2.5	Adolescente Aprendiz	116
4.2.6	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)	117
4.2.7	Comissário de menores	118
4.2.8	Programa de Proteção a Jovens em Território de Vulnerabilidade (Protejo)	119
4.2.9	Primeira Vara Especial da Infância e Juventude	120
4.2.10	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente	121
4.2.11	Centro de Referência de Assistência Social (Cras)	122
4.2.12	Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas)	123
4.2.13	Observatório da Violência	124
4.3	POLÍTICAS REPRESSIVAS	126
4.3.1	Casa de Semiliberdade	126
4.3.2	Centro de Especialidades em Saúde Mental (Cesme)	128
4.3.3	Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas (Pemse)	129
4.3.4	Avaliação das políticas públicas voltadas para a juventude	130
4.4	DISPOSITIVOS PREVISTOS NO ECA E SUAS FRAGILIDADES	132
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	144
	APÊNDICES	149

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas dos familiares dos jovens vítimas de homicídios	149
APÊNDICE B - Autorização dos familiares para a realização e publicação dos resultados das entrevistas	153
APÊNDICE C – Questionário aplicado a 100 jovens em Camaçari	154
ANEXO A – Registro de homicídio de jovens – ano 2008 – Camaçari/BA	156

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 40 do século XX, a partir da “profecia” estabelecida por Stefan Zweig, no seu livro *Brasil, país do futuro*, de que ele alcançaria um estágio social de riqueza e bem-estar para todos, vivemos à espera deste momento. Embora hoje se declare que este futuro está chegando, é natural a idéia de que crianças e adolescentes venham a assumir esta tarefa.

Entretanto, duvida-se de que seja possível atingir este objetivo, pois um importante ator desta “profecia”, a juventude, vive problemas graves, uma vez que parte significativa desta camada da sociedade está descrente em relação à política do país, insegura sobre o seu futuro e, para certa faixa social, correndo o sério risco de morrer antes mesmo de atingir os 19 anos de idade (BRASIL;UNICEF;UERJ;PRVL, 2009).

No caso de Camaçari, que vem sendo estudado desde 2007, e será apresentado nesta dissertação, o município apresenta-se na quinta posição em número de homicídios de jovens entre os 417 municípios do Estado da Bahia, segundo a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e o Ministério da Saúde. Estes dados são encontrados em uma pesquisa publicada no livro *Mapa da violência dos municípios brasileiros* (2008), em que foram analisados os dados coletados de 2002 a 2004. Segundo esses dados, haveria em Camaçari uma média de 70,2 jovens mortos para cada grupo de 100 mil. Outro dado que se destaca na pesquisa é o fato de que a arma de fogo consiste na principal ferramenta utilizada pelos agressores.

Em pesquisa mais recente, realizada pelo Ministério da Justiça, o município de Camaçari é apresentado como o quarto no país em vulnerabilidade social e violência, quando se trata de jovens. Neste caso, avaliou-se o acesso à educação, a geração de empregos, o número de homicídios, o índice de pobreza e a desigualdade social.

Entre os cinco fatores que determinam a vulnerabilidade e a violência, o que mais interfere, segundo a pesquisa, para colocar Camaçari nesta posição, é o índice de desigualdade social. A desigualdade em Camaçari é tão alta que, por si só, eleva o município à posição desconfortável em que se encontra. Quando se trata dos demais aspectos, Camaçari nem aparece entre os dez primeiros municípios colocados.

A presente dissertação relata um estudo sobre os homicídios de jovens em Camaçari e visa a contribuir com a apresentação e a análise de dados que podem fundamentar ações da sociedade para o enfrentamento do problema.

Os dados aqui apresentados são oriundos de pesquisa cujo objetivo central foi averiguar as causas dos homicídios de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos e avaliar a eficácia das políticas públicas atuantes no município de Camaçari direcionadas para este setor da sociedade. Através desses dados, foi possível, ainda, perceber se há uma conexão desses projetos e ações no formato de uma rede de proteção social, verificar os projetos e ações que obtiveram algum sucesso e aqueles que apresentaram dificuldades em progredir.

Dessa maneira, foi possível destacar as experiências bem sucedidas que podem ser ampliadas, além de estabelecer a relação que existe entre políticas públicas, homicídio de jovens e a estrutura socioespacial das diversas localidades do município aqui estudadas.

A preocupação com o homicídio de jovens vem ganhando espaço junto ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado pelo Ministério da Justiça em 2007. Nos últimos anos, pesquisadores de diversas áreas de conhecimento questionam e estudam as razões alegadas para o excessivo assassinato de jovens, além de avaliar os altos índices de violência juvenil no Brasil e no mundo.

A relação entre jovens e crimes, proposta nesta dissertação, poderia ser mais uma reportagem ou manchete de páginas policiais dos jornais se não fosse pela tentativa de entender as falhas das políticas públicas, com o intuito de encontrar subsídios que possam ampliar o conhecimento sobre o problema e, assim, contribuir para a constituição de políticas que visem a evitar o envolvimento de outros jovens nesta onda de violência que assola a sociedade.

A pesquisa de campo utilizou duas abordagens: na primeira, quantitativa, através de levantamentos feitos em veículos de comunicação locais, nas quatro delegacias, bem como nos sete cemitérios do município, foram identificados 81 jovens na faixa etária de 15 a 24 anos mortos em 2008.

A segunda abordagem foi de natureza qualitativa. Neste caso, as famílias das vítimas foram contatadas e uma visita foi agendada. O instrumento para a obtenção dos dados qualitativos foram entrevistas com os principais responsáveis pelas vítimas, em sua maioria, as mães. Por meio do tratamento dos dados estatísticos, feitos a partir da análise dos dados obtidos sobre esses casos de homicídios comprovados, foi possível a obtenção de informações sobre a vítima, de sua situação social, a caracterização do homicídio, bem como a reconstituição do contexto histórico da violência em questão.

A cartografia contribuiu bastante para a análise da distribuição espacial das ocorrências de homicídios de jovens no município de Camaçari, o que facilitou a produção dos mapas que ilustram este trabalho.

Outra modalidade de entrevista utilizada foi uma enquete realizada com jovens, indagando-lhes sobre o que eles vivenciavam da violência e das drogas no município e o que eles fazem com seu tempo ocioso¹.

Esta dissertação está dividida em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. Na primeira delas, está a introdução. A seção 2, intitulada *A geografia do crime*, aborda o conceito de violência, com destaque para três categorias, conforme sugeriu Minayo (1994). Segue-se a identificação de qual dessas categorias representa melhor o tipo de violência predominante no caso de Camaçari. O conceito de território e seus correlatos são também apresentados aqui, pois o espaço, o lugar e suas representações estruturais formam o palco em que as relações humanas acontecem, entre elas as manifestações de domínio e violência.

Ainda na seção 2, destacam-se a importância das políticas públicas e a relação das três esferas de poder com a comunidade, enfatizando-se a importância de garantir a democratização na relação do Estado com as comunidades, principalmente as mais pobres e especialmente com aquelas cujos índices de violência são alarmantes.

A intenção de traçar um perfil da violência – objetivo que se procura atingir na seção 2, conduziu à identificação dos principais fatores que favorecem a criminalidade no município de Camaçari. O primeiro deles certamente é a localização geográfica, pois o município, caracterizado como ponto de passagem entre Salvador e o Litoral Norte, registra um fluxo migratório intenso. Um segundo fator é a extrema pobreza da população de um município tão rico. Não há como deixar de mencionar que uma das causas da pobreza é a gestão pública e a provável incompetência gerencial que favorece a falta de um plano estratégico. Além disso, os investimentos aplicados à educação até o momento se mostram insuficientes para preparar tecnicamente a massa populacional, para ser absorvida pelo mercado de trabalho.

A terceira seção propõe uma estruturação dos motivos dos crimes, identificando as causas frequentes (famílias desestruturadas, envolvimento com o tráfico de drogas e vingança), as causas esporádicas (o latrocínio) e as causas previsíveis (territórios vulneráveis, as escolas e o recrutamento de novos traficantes e jovens expostos ao apelo do consumo). Nesta estruturação, destaca-se a vulnerabilidade do jovem frente à mídia baiana, nacional e internacional, no que se refere ao processo de globalização econômica e de consumo, uma vez que, destaca-se o valor que atribuem ao *ter*, em detrimento do *ser*, como é frequente ocorrer no contexto social e histórico que o mundo vive na atualidade. Ainda quanto a esse aspecto,

¹Amostragem não probabilística com jovens da faixa etária de 15-24 anos, escolhidos ao acaso, preferencialmente entre estudantes.

foi possível identificar os jovens em situação de risco e os mais protegidos da violência em Camaçari, de maneira que se pode afirmar como princípio, que os mais religiosos e os mais estudiosos são menos vulneráveis a violência. Ou seja, há uma relação inversa entre religião, educação e violência.

A pesquisa ocupa a posição central na seção 3. Assim, além da apresentação dos procedimentos metodológicos que a nortearam e do campo em que se realizou, sistematizam-se os dados que permitem a análise das características, dos discursos dos vários atores envolvidos no problema e a caracterização dos territórios dos homicídios de jovens. Desta maneira, obtém-se um levantamento de dados sobre as características do fenômeno e a distribuição espacial de sua ocorrência no município de Camaçari.

Por outro lado, a seção 4, se ocupa de todas as ações públicas voltadas para a juventude camaçariense, com investimentos das três esferas de poder. A interconexão entre estas ações e os vários projetos, a interação entre as secretarias mantenedoras e órgãos de proteção aos interesses das crianças e juventude, servem como elementos de avaliação para caracterizar esta rede de proteção social, conforme conceito de Castel (apud ROSÁRIO, 2005, p. 187).

Dentro desta rede, foram detalhadas as 18 políticas públicas que interferem diretamente no combate a vulnerabilidade social e criminal dos jovens, segundo o projeto pedagógico e a filosofia de cada política desta. Destacam-se o Pronasci, com seus projetos como os Territórios de Paz, as Mulheres da Paz e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc). No âmbito estadual e municipal localizam-se ainda os projetos como Programa Nacional de Resistência às Drogas e Violência (Proerd), a Casa de Semiliberdade, Programa de Proteção a Jovens em Território de Vulnerabilidade (Protejo), Centro de Especialidades em Saúde Mental (Cesme) e o papel de inclusão social exercido pela Casa da Criança.

Após a seção 4, encontram-se as considerações finais, cujo objetivo é fechar a apresentação do assunto, nas quais estão enumeradas algumas indicações que podem ajudar a administração pública municipal a conter a violência, sobretudo utilizando a educação como fonte de ascensão social, democrática e justa.

2 GEOGRAFIA DO CRIME

Ao abordar o assunto do título, esta seção busca traçar um perfil das principais características geográficas que evidenciam algumas falhas na construção e reconstrução da história e do território do município de Camaçari. Foram essas falhas que determinaram os problemas que caracterizam a formação de uma sociedade que não encontrou sua identidade e que vive a todo instante recebendo novos imigrantes, dificultando ainda mais este processo de autoconhecimento.

A construção de uma sociedade contemporânea (no sentido de que está em sintonia com o mundo atual e atende às necessidades mais básicas de seus membros) é consequência de uma mudança de mentalidade e de uma concepção de mundo que se estabelece ao longo do tempo. Um conjunto de processos contribui para essa definição de uma nova sociedade a cada tempo e, entre esses processos, encontra-se a evolução tecnológica, a dinâmica financeira que movimentam o mundo e a construção das novas concepções de poder².

Todos esses aspectos interferem no espaço geográfico, tanto no aspecto físico quanto no que se refere às relações humanas. Podemos associar cada uma delas a uma “rede”, no sentido proposto por Castells (1999), em seu livro *A sociedade em REDE*³ qual seja, considerar que se deve olhar o mundo como se fosse constituído por redes de conexões que ora se sobrepõem e em outros momentos não se conectam.

A nova estrutura de sociedade estudada por Castells (1999) é caracterizada temporalmente a partir da década de 1970. Ele estabelece uma nova configuração social e tecnológica na qual poucos⁴ países ousam investir. Deste modo, essa nova rede informacional se estabelece em países em que o modelo produtivo de indústria já se encontra em um estágio com necessidades de avanços, tanto na gestão como na forma de reprodução do capital. Castells ainda define este momento do avanço tecnológico contemporâneo de sociedade

² Poder é aquela relação entre os sujeitos humanos que, com base na produção e na experiência, impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial ou real de violência física ou simbólica. As instituições sociais são constituídas para impor o cumprimento das relações de poder existentes em cada período histórico, inclusive os controles, limites e contratos sociais conseguidos nas lutas de poder. (CASTELLS, 1999, p. 52).

³ Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre rede e o Ser. (CASTELLS, 1999, p.41) Com esta observação Castells (1999, p. 41) alerta acerca da nossa crise de identidade quando nos deparamos com nossa necessidade em conviver em sociedade e ao mesmo tempo ter que preservar nossa individualidade.

⁴ Castells (1999, p. 99) explica que alguns países do mundo, principalmente os mais ricos definiram um novo padrão no processo das relações entre espaço e tecnologia, a chamada revolução informacional na qual surge uma rede de conexões entre povos através de um mundo virtual “Se a primeira Revolução Industrial foi britânica, a primeira revolução da tecnologia da informação foi norte-americana, com tendência californiana.

informacional, mas não entende isso como uma substituição da sociedade industrial, apenas uma complementaridade dentro da dinâmica de mundo que agora se estabelece.

No modo de desenvolvimento industrial, a principal fonte de produtividade reside na introdução de novas fontes de energia e na capacidade de descentralização do uso de energia ao longo dos processos produtivo e de circulação. No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. (CASTELLS, 1999, p. 53).

A entrada do município de Camaçari nesta rede, que liga os vários “nós⁵” das redes produtivas transnacionais, mostra que, a partir da década de 1970, o capital internacional se permite avançar um pouco mais através de uma nova modalidade de reprodução das riquezas, investindo em periferias de países subdesenvolvidos que mais tarde serão chamados de economias emergentes.

O que é fundamental nessa estrutura industrial, bem ao estilo de uma teia, é que ela está disseminada pelos territórios em todo o globo e sua geometria muda constantemente no todo e em cada unidade individual. Nessa estrutura, o mais importante elemento para uma estratégia administrativa bem sucedida é posicionar a empresa (ou determinado projeto industrial) na rede, de modo a ganhar vantagem competitiva para sua posição relativa. (CASTELLS, 1999, p. 164).

Ao pensar apenas nas vantagens competitivas, esses projetos industriais ignoram as transformações que podem provocar nos territórios em que se instalam⁶. Estabelecem metas de lucros em detrimento de um desenvolvimento social que poderia acompanhar este crescimento econômico e, em linhas gerais, não há preocupação com as questões ambientais e com a responsabilidade social.

A chegada do Polo Petroquímico de Camaçari, na década de 1970, trouxe ao município características de uma cidade atrativa. E, como um local de atração populacional, recebeu pessoas de todos os níveis sociais e culturais. Assim, com a chegada deste contingente populacional, passaram a ocorrer problemas urbanísticos – na medida em que não havia planejamento adequado para recebê-lo, apareceram os problemas de trânsito, o déficit habitacional, a deficiência de serviços públicos, a falta de áreas de lazer, entre outros. Do mesmo modo, ao mesmo tempo que existe uma fonte deste fluxo migratório, também aumenta os índices de criminalidade, do uso de drogas e da violência.

⁵ A localização no nó conecta a localidade com toda a rede. (CASTELLS, 1999, p. 502)

⁶ Essas redes produtivas transnacionais, ancoradas pelas empresas multinacionais, distribuídas pelo planeta de maneira desigual, dão forma ao padrão de produção global e, por fim, ao padrão do comércio internacional. (CASTELLS, 1999, p. 164)

Paralelamente a esta rede articulada favorável ao desenvolvimento industrial, estabelecem-se várias outras redes entre as quais destacaremos a rede da criminalidade⁷, na qual o tráfico de drogas é o principal ator assim como a rede de proteção social que passa a fomentar estratégias de amenização destes problemas sociais, e que surgem com o apogeu dos investimentos industriais.

2.1 A VIOLÊNCIA E SUAS CATEGORIAS

A conceituação da violência requer anos de análise de fenômenos sociais ligados ao tema e devem ser levadas em consideração as várias linhas de conhecimento que se preocupam com ela. Segundo Zaluar, em seu artigo *Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização*, o termo *violência* deve ser compreendido dentro dos seguintes parâmetros:

Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física, ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. [...] As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. (ZALUAR, 1999, p. 8).

Ainda para esta mesma autora, há outro tipo de violência além da física definida acima: faz-se necessário verificar a violência invisível, que corresponde a iniquidade social promovida pelo próprio Estado e as classes incluídas:

As primeiras formas de violência (que vem de cima para baixo) são as propiciadas pelas estruturas sociais iníquas. Quem define o ato violento? Os que detém o poder. Como definem o ato violento? Com transgressão das regras criadas pelo mesmo poder. Assim, se entre essas regras existem regras violentas, não são caracterizados como atos violentos, por exemplo, salários injustos; castiga-se como ato violento o roubo de 100 cruzeiros para matar a fome, por que é um ato violento, mas ficam impunes violências muito maiores, como todas as formas de iniquidade social. É uma violência silenciosa [...] Ninguém pode responsabilizar ninguém pelas dezenas de milhares de crianças subnutridas, famintas, retardadas, tuberculosas, bestificadas. Mas ninguém ignora que elas também foram vítimas de assaltantes, aqueles que deram um salário de fome a seus pais, que obrigaram suas mães a se prostituírem, que sonegaram impostos, que burlaram a previdência social. (ZALUAR, 1999, p. 11).

⁷ Quanto a preocupação com a violência, os pesquisadores, na época do surgimento do Pólo Petroquímico ainda não haviam produzido muitas publicações e segundo Zaluar “a partir de 1970, os trabalhos que tocam no problema da violência muito raramente a tomam pelo ângulo da criminalidade, considerada como um “problema” a ser enfrentado. Não havia ainda a comoção pública e o destaque na mídia que o aumento da criminalidade provocou a partir da década de 80, embora aqui e ali já tivessem começado a surgir as primeiras pesquisas sociológicas sobre crime, quebrando a exclusividade que juristas e psiquiatras tinham sobre o assunto no Brasil. (ZALUAR, 1999, p. 9).

Municípios como Camaçari que, nos últimos 30 anos, têm tido um desenvolvimento considerável da economia, da indústria e do turismo, tem sofrido as duas modalidades de violência citadas por Zaluar (1999). Isso é fruto da falta de preocupação com o crescimento socioeducacional e ausência de ações preventivas contra a violência. Camaçari têm sofrido uma sequência ininterrupta de homicídios, ligados principalmente às drogas e realizados com armas de fogo. As estatísticas mostram que, neste contexto, os jovens tornam-se o segmento da população com o maior risco de ser vitimado por homicídios e são também pouco atendidos nas políticas de geração de emprego e renda.

Para entender melhor todo esse processo, é necessário estudar o conceito e definir os tipos de violência que ocorrem na sociedade de Camaçari. Desta forma, várias facetas da violência podem ser vistas, aproximando os conceitos da realidade o mais fielmente possível. Foi com esta preocupação que, neste trabalho, foi adotada a caracterização do conceito de violência definida por Minayo (1994, p.8), segundo a qual : “Num esforço de trazer o tema para a reflexão científica, consegue-se hoje apresentar uma classificação bastante geral, mas que permite, pelo menos, não reduzi-lo ao mundo da delinquência, conforme é mostrado a seguir”.

A primeira categoria é a da *violência estrutural*, aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. Conforme assinala Boulding (1981, apud MINAYO, 1994), essas estruturas influenciam profundamente as práticas de socialização, levando os indivíduos a aceitar ou a infligir sofrimentos, segundo o papel que lhes corresponda, de forma “naturalizada” (MINAYO, 1994, p.8).

Aparece, em seguida, a *violência de resistência* que se constitui das diferentes formas de resposta dos grupos, classes, nações e indivíduos oprimidos à violência estrutural. Esta categoria de pensamento e ação geralmente não é “naturalizada”: pelo contrário, é objeto de contestação e repressão por parte dos detentores do poder político, econômico e/ou cultural. É também objeto de controvérsia entre filósofos, sociólogos, políticos e, na opinião do homem comum, cabe a pergunta: deve-se responder à violência com mais violência? Seria melhor a prática da não-violência? Haveria uma forma de mudar a opressão estrutural, profundamente enraizada na economia, na política e na cultura (e perenemente reatualizada nas instituições), através do diálogo, do entendimento e do reconhecimento? Tais dificuldades advêm do fato de a fonte da ideologia da justiça, da mesma forma que qualquer outra ideologia, estar em

relação dinâmica com as relações sociais e com as condições materiais. Na realidade social, a violência e a justiça se encontram numa complexa unidade dialética e, segundo as circunstâncias, pode-se falar de uma violência que pisoteia a justiça ou de uma violência que restabelece e defende a justiça (DENISOV, 1986, apud MINAYO, 1994, p. 8).

Um terceiro tipo é a *violência da delinquência*, aquela que se revela nas ações consideradas fora da lei socialmente reconhecida. A análise deste tipo de ação necessita passar pela compreensão da violência estrutural, que não só confronta os indivíduos uns com os outros, mas também os corrompe e impulsiona ao delito. A desigualdade, a alienação do trabalho e nas relações, o menosprezo de valores e normas em função do lucro, o consumismo, o culto à força e o machismo são alguns dos fatores que contribuem para a expansão da delinquência. Portanto, sadismos, sequestros, guerras entre quadrilhas, delitos sob a ação do álcool e de drogas, roubos e furtos devem ser compreendidos como violência da delinquência dentro do marco referencial da violência estrutural e dentro de especificidades históricas (MINAYO, 1994, p. 8).

Dessas três formas de violência apresentadas, a que mais responde pelos homicídios estudados na pesquisa é a violência da delinquência, o que, como foi visto, não pode ser analisada isoladamente. Isto exige que também os outros tipos de violência sejam contextualizadas com a realidade de Camaçari, mesmo que numa escala de importância, a violência obedeça à seguinte ordem: violência da delinquência, violência estrutural e violência da resistência. Esta ordem de classificação tem o intuito de afirmar que a violência, no município de Camaçari, se manifesta como variantes das três modalidades de violência definidas por Minayo. A questão, porém, é que a violência da delinquência se destaca, em virtude da maneira como se apresenta sem uma causa a ser defendida e tentando se justificar através do argumento dos conflitos entre as classes sociais.

O país já atravessou momentos de repressão política durante o regime militar que, muitas vezes, justificou a prática da violência da resistência pela sociedade civil. Nos dias atuais, embora a democracia esteja ainda em processo de consolidação, já não se faz necessário este tipo de lógica. Apesar dos sindicatos de trabalhadores terem perdido força nos últimos anos, há uma tendência de negociações com o governo e com os patrões por etapas durante as campanhas salariais de cada classe trabalhadora.

O voto, apesar de obrigatório, é universal e, mesmo vivendo em uma sociedade machista, as mulheres vêm ampliando seus direitos civis, evitando usar mecanismos agressivos para combater a violência estrutural, além disso, tem-se avançado muito nas conquistas políticas.

As características da violência da delinquência, na sociedade brasileira e camaçariense, são nítidas. O apossar-se do que é do outro não tem a justificativa política da violência da resistência, muito menos o argumento de não aceitar a repressão proposta pela violência estrutural. A violência da delinquência é amoral, praticada única e exclusivamente com o fim de obter vantagens pessoais, e cabe ao poder público principalmente o estadual, prevenir este tipo de violência. O município poderá contribuir, pois é o poder público mais perto da população e pode articular e aperfeiçoar as políticas públicas estaduais e federais provendo uma melhor qualidade dos serviços públicos a sociedade, apresentando propostas mais sedutoras para o jovem que o tráfico de drogas.

2.1.1 Violência urbana

Embora os espaços geográficos do município de Camaçari estejam divididos em espaços rurais, litoral, centro urbano e comunidades semiurbanizadas e, ainda que a maior parte do seu território esteja em processo de expansão urbana, a maioria dos crimes e homicídios identificados pela pesquisa que fundamenta esta dissertação ocorreu em áreas urbanas ou semiurbanizadas, o que caracteriza, para os objetivos deste trabalho, a violência urbana.

Ianni (2004) apresenta um panorama da maneira como a violência urbana se manifesta, e as várias formas de violência em que ela envolve indistintamente as pessoas, tendo a cidade como palco destas manifestações.

Muitos falam em violência urbana, [...] Falam da cidade como o lugar das mais diversas e brutais manifestações de agressão e destruição, desde o furto e roubo ao seqüestro e estupro, do tráfico de drogas ao tráfico de órgãos do corpo humano, do assalto ao terrorismo. E muitas destas manifestações envolvem agentes e vítimas, cúmplices e beneficiários, indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes círculos da vida social, desde o comércio à administração, da indústria à política, dos órgãos de segurança privada aos órgãos de segurança pública. Esse pode ser um aspecto particularmente aterrador da violência presente, recorrente e permanente na sociedade urbana: parece ubíquo, do incógnito ao impossível de ser conhecido, envolvendo responsáveis e irresponsáveis, atores e cúmplices. (IANNI, 2004, p. 154-155).

Yves Pedrazzini (2006), em seu livro *A violência das cidades*, procura dar algumas respostas à natureza da relação entre cidade e violência, além de oferecer uma “outra” versão dos fatos. Ele não se limita a discutir violência e urbanização, mas questiona e faz uma análise da maneira como a globalização contribui para modificar sua natureza, conforme se verá na seção 3, na qual será estabelecida a relação entre a globalização e o comportamento dos jovens quanto ao consumo.

A violência urbana interfere no tecido social, prejudica a qualidade das relações sociais, reduz a qualidade de vida das pessoas. Principalmente, esta forma de violência afeta diretamente os sujeitos quando estão em processo de formação da personalidade, como é o caso dos jovens. Por esse motivo, a violência urbana e os problemas que determina no comportamento dos cidadãos têm sido muito discutidos. Na verdade, ela atinge variados aspectos da vida das cidades:

A violência está antes de mais nada na espoliação urbana – na existência de um ambiente urbano que, ao invés de repor as energias gastas no trabalho, rouba-as com violência. Está também na criminalidade, expressão clara da cidade dividida; na tensão permanente em que vivemos na cidade – tudo isso faz da grande cidade industrial um barril de pólvora, pronta para explodir de tempos em tempos. (ROLNIK, 1988, p. 81-82).

A análise proposta por Rolnik (1988) mostra quanto a própria estrutura da cidade pode vir a ser violenta, principalmente quando ela exclui, quando separa ricos de pobres, quando se organiza dizendo aos excluídos: “Ponha-se em seu lugar”. Esta ordem promove a criminalidade, porque o indivíduo não tem outra alternativa, a única que lhe resta, além da subserviência, é rebelar-se através da violência da delinquência.

Assim, o que se verifica é que a “[...] violência urbana é um elemento estruturante de nossas sociedades. [...] A violência “gratuita” dos jovens das periferias européias ou dos favelados brasileiros talvez exprima o desejo de fugir de uma última mercantilização da miséria” (PEDRAZZINI, 2006, p.158). A menção, neste texto, a afirmativas como esta de Pedrazzini (2006), não pretende fazer nenhuma apologia ao crime ou justificá-lo. Pelo contrário, a intenção é compreender sua natureza e sua origem para não ter medo de enfrentar o tema da violência juvenil, partindo do princípio de que qualquer um está vulnerável, podendo vir a ser uma vítima.

Para um melhor entendimento do sentido da construção social da violência, Gey Espinheira (2009, p. 82-83) definiu a “violência necessária” da seguinte forma:

A pobreza urbana periférica é necessariamente constrangedora, excluída e, por isso mesmo, jamais aceita passivamente a exclusão e reage com todos os meios para se articular com o centro, ainda que seja na esfera da criminalidade e da transgressão. Há, assim, uma violência necessária que emerge como reação e que assume diversas formas, tanto nas relações interpessoais, como nas transgressões frente ao normativo, ao legal; e a organização do crime numa rede, ainda que esgarçada, que engloba indivíduos e grupos. A urbanização da pobreza não é, paradoxalmente, uma construção da pobreza, mas sim da riqueza; assim como a periferia é um produto do centro.

A idéia de que a violência urbana estrutura as sociedades modernas também é enfatizada por Rolnik (1988, p. 82), que afirma:

A violência urbana (dos crimes e mortes, dos acidentes de carro, da destruição da natureza, da precariedade da habitação, das explosões de revolta) é a expressão viva do caráter contraditório da cidade industrial – ela é, ao mesmo tempo, potência de criação e destruição, catalisadora de energia e máquina de morte.

Camaçari experimentou um desenvolvimento industrial bastante rápido. E, assim como aconteceu em outros territórios com o mesmo modelo de implantação de indústrias, todos esses agravantes acompanharam seu crescimento urbano que apresenta a mesma contradição mencionada acima, ou seja, a “[...] indústria colocou para a cidade questões novas – ela é ao mesmo tempo seu espetáculo e seu inferno” (ROLNIK, 1988, p. 83). Entretanto, a cidade não pode aceitar que essa pujança financeira aumente a segregação social em vez de diluí-la. No caso de Camaçari, o espetáculo tem limites: aumenta a oferta de emprego, gera renda e promove a sua imagem nacional e internacionalmente. Seu inferno, porém, não tem encanto algum: incumbiu-se de ser a principal referência de atração populacional⁸, posicionou-a como uma cidade secundária na perspectiva de quintal de Salvador, além de deixar para o município os piores empregos, ofertando os melhores para “os capacitados” da capital ou de outros estados da Federação.

2.1.2 Violência doméstica

Uma vez que as famílias configuram-se como uma célula formada por uma rede de conexões entre pessoas, e aceitando a concepção de que a sociedade é violenta em virtude do fato de que somos seres violentos, é lícito inferir que a família tem um papel fundamental na reestruturação desta sociedade.

A violência doméstica ocupa agendas desde 1980, demonstrando que tal fato não atinge somente a família de determinadas classes sociais, regiões, religiões ou raças. Ranços de uma cultura patriarcal e hegemônica, os atos de violência física, psicológica ou sexual contra mulheres foram colocados na pauta de uma ampla reação em níveis locais, nacionais e internacionais. (CAVALCANTI, apud GOMES, 2009, p. 95).

Sabe-se que as principais vítimas da violência familiar são as crianças e as mulheres. Esta verdade fez com que a ONU chamasse a atenção do mundo quando declarou, em 1980, que “a violência contra mulheres e crianças é o crime encoberto mais numeroso do mundo”. (CAVALCANTI, apud GOMES, 2009, p. 95).

⁸ Em números absolutos Camaçari foi o segundo município da Região Metropolitana de Salvador (RMS) que mais recebeu imigrantes, um total de 81.000 nos últimos 10 anos (censo IBGE, 2010). Perdendo apenas para a Capital da Bahia.

Definindo-se o que se entende por violência contra a mulher {...} ‘todo ato de violência baseado no pertencimento ao sexo feminino que tenha, ou possa ter, como resultado, um dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, assim como as ameaças de tais atos, a coação, ou privação arbitrária da liberdade, tanto se ocorrerem na vida pública como na vida privada’⁹. (CAVALCANTI, apud GOMES, 2009, p. 97).

Carrie Lukas, em seu livro *Mulher sem culpa* (2010), no capítulo 6, cujo título é *Os homens não são inimigos*, defende algumas posições que vão de encontro a boa parte das discussões referentes à violência contra as mulheres. A autora é crítica quanto ao comportamento e ao discurso das feministas que afirmam que muitas bandeiras defendidas por elas têm uma carga ideológica muito radical e que não correspondem ao inconsciente coletivo da maioria das mulheres. A autora ainda apresenta dados de pesquisas que apontam que muitas destas bandeiras são sinônimos inclusive de infelicidade para a mulher contemporânea.

Os meios de comunicação também são alvos das críticas de Lukas, que afirma sua massificação em noticiários que supervalorizam a violência contra a mulher.

Contudo, a rede de TV *Lifetime* pretende oferecer às mulheres informações reais sobre as ameaças que enfrentam em suas próprias vidas. Por exemplo, o *website* do canal contém uma página com a manchete: “O nosso compromisso para toda a vida: deter a violência contra as mulheres”. Entre as alarmantes estatísticas que a *Lifetime* cita encontra-se esta “Uma em cada quatro mulheres nas universidades já foi vítima de estupro ou sofreu tentativa de estupro”.

A *Lifetime* decerto não é a única a recorrer a essa estatística alarmante como prova da generalização da violência contra as mulheres. Pergunte a uma estudante universitária média a probabilidade de uma mulher ser vítima de estupro e é provável que ela responda “uma em quatro”. “[...] essa estatística tem origem duvidosa, mas sua grande aceitação influencia a maneira como as mulheres veem os homens e os relacionamentos (LUKAS, 2010, p. 54).

Este ponto de vista de Lukas contradiz toda a realidade do que ocorre com o Brasil atualmente. Os defensores das políticas públicas contra a violência doméstica e contra as mulheres entendem que os dados são maquiados em virtude do fato de muitas mulheres dependerem financeiramente de seus companheiros e terem medo de ser abandonadas por eles, ao denunciá-los.

No livro *Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil* (PASINATO; SANTOS, 2008), as autoras apresentam uma síntese histórica da implantação de políticas públicas que

⁹ Citação tirada da *Declaração sobre eliminação da violência contra a mulher* (ONU, 1993).

se propõem a proteger as mulheres. Embora o texto destaque a criação da delegacia da mulher no Brasil e sua distribuição pelo território nacional, a pesquisa aponta que a evolução das conquistas foi fruto do processo de democratização por que o país passou a partir da década de 1980, da atuação do movimento feminista, que abraçou algumas causas contra a violência doméstica e de pressões internacionais contra o governo brasileiro que resultou, por exemplo, na aprovação da Lei Maria da Penha.

A principal mudança na legislação nacional ocorreu em 2006, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da lei 11.340/2006, conhecida como *Lei Maria da Penha*. Esta legislação representa um marco no extenso processo histórico de reconhecimento da violência doméstica contra as mulheres como um problema social no Brasil e traz, em seu texto, muitas marcas dos embates políticos travados pelos movimentos feministas e por organizações de mulheres na luta pela conquista da cidadania para as mulheres (PASINATO, 2007, apud PASINATO; SANTOS, 2008). Desde o início dos anos 1990, havia uma proposta feminista para a criação de uma legislação específica contra a violência doméstica (PIMENTEL; PIERRO, 1993, apud PASINATO; SANTOS, 2008, p. 18). Para Santos (2008, apud PASINATO; SANTOS, 2008, p. 18), a promulgação da Lei Maria da Penha simboliza um momento institucional de “absorção/tradução ampla” das demandas por “serviços integrados” reivindicados pelas feministas desde o início da década de 1980.

Na análise da autora [Santos], o momento institucional de criação das primeiras delegacias da mulher correspondeu a uma ‘absorção restrita’ e ‘tradução/traição’ das demandas feministas, uma vez que o Estado restringiu-se a tratar da violência contra as mulheres apenas como uma questão criminal. (PASINATO; SANTOS, 2008, p.18).

Ao longo dos últimos trinta anos, houve uma evolução significativa em relação ao debate da construção de políticas públicas que defenda direitos da mulher e das crianças no lar, porém muito se tem para avançar. As estatísticas denunciam que os crimes contra a mulher e a violência doméstica em geral vêm crescendo. No entanto paira uma dúvida no ar: alguns defendem que este grande número de ocorrências sempre existiu e que, com o aumento do número de delegacias da mulher, muitas estão tomando mais coragem e denunciando as agressões; outros entendem que esse aumento é fruto do descaso que se caracteriza a segurança pública no Estado da Bahia e no país, banalizando a violência doméstica.

2.1.3 Homicídio

Resta-nos, para encerrar esta caracterização da violência, traçar o perfil do homicídio, pois ele expressa mais contundentemente a violência. “Mais de 80% dos homicídios são

cometidos por razões práticas, como negócios a resolver e, assim, o social se subordina a uma antipolítica, a uma não-política. A violência ocupa o lugar da omissão ou do fracasso da política”. (ESPINHEIRA, 2008, p. 50).

O artigo 121 do Código Penal brasileiro declara que o homicídio é considerado um crime contra a vida e, dependendo do motivo que estimulou esta ação, o assassino pode cumprir pena de 1 a 30 anos de prisão. Os homicídios levantados na pesquisa qualitativa possuem característica do inciso 4 deste artigo, que trata de homicídio doloso, ou seja, com intenção de matar.

O Ministério da Saúde, através do SIM/Datasus, associa o termo *agressão* ao homicídio e o define como ‘lesões infligidas por outra pessoa, empregando qualquer meio, com a intenção de lesar (ferir) ou de matar, excluídos os casos de lesão de intervenção legal¹⁰ e as lesões de intervenções de guerra’.¹¹

O crime do homicídio deve ser sempre lembrado como a etapa final do ato da violência, pois ela chega a um nível em que não há mais como remediar. É importante, portanto, analisar o tipo de vítima, os motivos do homicídio e as consequências para o agressor, pois é de fácil entendimento, na maioria das vezes, o quanto a perda de um familiar, vitimado por um crime, pode favorecer novos ciclos de violência.

Além disso, durante pesquisa qualitativa foi mencionado que, por mais que um indivíduo esteja envolvido com a criminalidade, seus familiares, principalmente suas mães, sempre mantêm a esperança de uma regeneração, buscando essa possibilidade principalmente na religião.

O homicídio deve ser analisado na sua complexidade, como adverte Minayo (1994, p.14):

Tomando-se a causa específica de mortalidade em maior crescimento hoje no Brasil – os homicídios – como preveni-los? Correndo o perigo de não ser exaustiva e abrangente, pode-se, pelos diagnósticos já existentes, determinar o principal grupo de risco: a população jovem, de baixa renda, baixa qualificação profissional e sem perspectivas no mercado de trabalho formal, vivendo nas Regiões Metropolitanas.

Este perfil do grupo de risco, formulado por Minayo (1994, p. 14), é exatamente o mesmo do que vêm apresentando as vítimas de homicídios em Camaçari. A preocupação alegada por parte do poder público acerca deste grupo de risco – jovens da região

¹⁰ Lesão de intervenção legal: traumatismos infligidos pela polícia ou outros agentes da lei, incluindo militares em serviço, durante a prisão ou tentativa de prisão de transgressores da lei, ao reprimir tumultos, ao manter a ordem, e outra ação legal.

¹¹ Lesões por intervenção de guerra: lesões a pessoal militar ou a população civil causadas por operações de guerra ou por rebeliões civis.

metropolitana – precisa ser transformada em ações. Há uma necessidade de se criar mecanismos para conter esta onda de homicídios entre jovens.

No contexto global, podemos afirmar que, se os danos decorrem da decisão tomada pelo homem, trata-se de risco. Se os resultados foram provocados por causas que não dependem da voluntariedade e da decisão pessoal, tem-se o perigo. Neste esteio, o risco é uma característica ontológica da sociedade moderna, resultado da construção de estrutura em que a tomada de decisão visa à individualidade e não ao bem-estar social.

Os riscos dizem respeito a danos possíveis, mas ainda não concretizados e mais ou menos improváveis, que resultam de uma decisão e, por assim dizer, podem ser produzidos por este modelo vigente de sociedade em relação às tomadas de decisões. Ressalte-se que se trata de decisões que não visam ao bem-estar da sociedade incrustada no território. Destas decisões, temos, como fator caracterizador, os elementos constitutivos da sociedade pós-moderna, ou seja, a ausência de segurança e a presença de contingências. (FERREIRA, 2009, p. 68).

A partir do princípio de que o risco corresponde à ação humana não concretizada, o jovem que faz parte deste grupo tanto pode ser a vítima quanto o algoz da violência em questão.

Nesta linha de raciocínio, completa Minayo (1994, p. 14):

São membros das camadas sociais em total exclusão que, conforme acredita Vethencourt (1990, apud MINAYO, 1994, p. 14), nunca se teriam exposto à delinquência se tivessem outras opções mais atraentes para suas vidas. As causas estão associadas às extremas desigualdades sociais, que se aprofundaram ainda mais a partir da década de 80; à existência de um estado omissivo e ineficiente na dotação de políticas sociais básicas; às contradições urbanas e de políticas no campo; em síntese, à ausência de um projeto nacional capaz de integrar o grande grupo de risco que é a juventude. (MINAYO, 1993 apud MINAYO, 1994, p. 14).

Um ato de negligência pública vai resultar num dano a alguém que se insurgirá contra a sociedade.

Esta situação estrutural é agravada, conjunturalmente, pela organização do crime em torno do narcotráfico e do uso de drogas nos grandes centros urbanos, fenômeno que, além de atrair grandes contingentes de jovens, envolve autoridades públicas e empresárias, penetrando em todas as camadas sociais. A prevenção dos homicídios, portanto, passa por uma mudança mais profunda do estado e da sociedade, sobretudo por um processo de democratização política, social, econômica e cultural, onde o setor saúde entra como comparsa de um projeto de nação capaz de avançar na cidadania e na equidade. (MINAYO, 1994, p. 14).

Há uma conformidade na perda do valor das regras sociais. A existência de leis pressupõe a proteção da sociedade, mas o assassino não dá valor a elas, muito menos pensa no seu papel na sociedade. O véu da ignorância só lhe permite enxergar a idéia de sua existência como assassino, com a função de ser diferente dos outros, a fim de delimitar o seu território de controle.

Ao perder a noção das regras sociais, o meliante passa a cometer homicídios em sequência, pois entende que a única ferramenta de justiça que funciona para resolver seus problemas é matar seus algozes. O algoz em questão pode ser qualquer um, desde o traficante que disputa com ele os pontos de venda de drogas ou mesmo aquela pessoa que nunca esteve

envolvida com o submundo do crime, mas o agride por ter uma vida promissora e dispor de bens que ele nunca conseguiria se trabalhasse honestamente como todo cidadão comum.

Vale ressaltar que nem sempre o indivíduo, ao praticar a infração, encontra-se sob o efeito de algum entorpecente que justifique esta atitude. Os crimes nem sempre estão ligados ao tráfico de drogas. Na verdade, para o assassino, o valor da vida não tem o mesmo sentido que existe para um cidadão comum e não há a mínima preocupação com o fato de que o indivíduo assassinado desempenhe um papel útil na sociedade.

Os conflitos entre traficantes de drogas é um exemplo do desprezo pela vida, quando o atrito entre facções, dentro de uma determinada comunidade, leva ao confronto direto. A sobrevivência que se preza não é porque se dá valor à vida, é para demonstrar sua autoridade de chefe e para provar que seu arsenal e seus comparsas são mais competentes nesta área.

O assassinar, o homicídio, o tirar a vida alheia exige uma compreensão melhor do funcionamento da mente humana, o que não foi objeto da pesquisa que aqui se relata, mas não há como o poder público se esquivar da sua contribuição para sanar mais essa demanda.

2.2 VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL

A violência, como foi apresentada na seção anterior, define-se de várias formas, porém a violência, proveniente da desigualdade social, surge acompanhada de preconceitos segregacionistas, definindo um modelo classificatório de pessoas com base na estrutura econômico-social e no poder financeiro de cada indivíduo.

O conceito de *subcidadania*, aqui utilizado, foi retirado de Souza, em seu livro *A construção social da subcidadania* (2006), em que o autor utiliza de vários critérios de classificação social para estabelecer uma concepção teórica alternativa, de forma que não se perca a complexidade do tema abordado e não o generalize.

Optou-se pela análise dos conceitos de classificação social de Bourdieu (*habitus*¹² e “necessitados”¹³), Florestan (despossuídos, dependentes, “ralé”) e o próprio Souza (“*habitus precário*”¹⁴; “subgente” e “subcidadão”) entre outros termos que aparecem no texto e que

¹² *Habitus*, segundo Bourdieu representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural: então, mudanças fundamentais na estrutura econômico-social devem implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças.

¹³ O que é visto como “necessidade”, neste contexto, comparando-se as sociedades periféricas com a brasileira, adquire o sentido de consolidação histórica e contingente de lutas políticas e aprendizados sociais e morais múltiplos de efetiva e fundamental importância, os quais passam despercebidos, como tais, para Bourdieu.

¹⁴ “pluralidade de *habitus*” -“*habitus precário*”- “*habitus primário*” e “*habitus secundário*”; proposta de Souza (2006, p.165) de uma subdivisão interna à categoria de *habitus*, com intuito de conferir um caráter histórico

apresentam pouca diferença em seu significado, por exemplo, sociedades periféricas, excluídos, setores “não europeizados”, fracassados, os inadaptados, “não-pessoa”, classes baixas, sub-humano, desclassificados.

A citação de Souza a seguir, representa uma síntese do uso de boa parte destes termos, contextualizando-os:

No caso do ‘habitus primário’ o que está em jogo é a efetiva disseminação da noção de dignidade do agente racional que o torna agente produtivo e cidadão pleno. Em sociedades avançadas, essa disseminação é efetiva, e os casos de ‘habitus precário’ são fenômenos marginais. Em sociedades periféricas como a brasileira, o “habitus precário”, que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso sob a forma de uma evidência social insofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade, é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que o que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedade é a produção social de uma “ralé estrutural” nas sociedades periféricas. Essa circunstância não elimina que, nos dois tipos de sociedade, exista a luta pela distinção baseada no que chamo de ‘habitus secundário’, que tem a ver com a apropriação seletiva de bens e recursos escassos e constitui contextos cristalizados e tendencialmente permanentes de desigualdade. Mas a consolidação efetiva, em grau significativo, das precondições sociais que permitem a generalização de um ‘habitus primário’ nas sociedades centrais torna a subcidadania, enquanto fenômeno de massa, restrito apenas às sociedades periféricas, marcando sua especificidade como sociedade moderna e chamando a atenção para o conflito de classe específico da periferia. (SOUZA, 2006, p. 177-176).

A violência em Camaçari, nos anos precedentes à implantação do Polo Petroquímico nunca foi algo preocupante por causa dos baixos índices de incidência de crimes contra a vida. O debate se limitava às vantagens econômicas que a implantação do Polo Petroquímico na Região Metropolitana de Salvador poderia favorecer.

Quatro fatores foram decisivos para instalação na Bahia dos primeiros projetos petroquímicos, a partir dos anos 60: a) a disponibilidade de matérias-primas (a Bahia era à época o maior produtor de petróleo do país); b) a existência da única Refinaria de Petróleo do Nordeste, a Landulfo Alves; c) o acesso a diversos benefícios fiscais financeiros, a exemplo 34/18-FINOR; e d) o papel das forças políticas locais. (SANTOS, 1994, p. 853).

A mesma autoridade que articula grandes investimentos da economia do município é o ator responsável pelo aumento das desigualdades sociais quando se torna refém das regras do jogo econômico, determinado pelo interesse dos grandes investidores na economia local. Esta falta de coragem em enfrentar o grande capital e a pouca habilidade em promover melhor distribuição da renda favorecem o aumento da segregação social, contraposto ao aumento da oferta de empregos promovida pela chegada de novas indústrias.

Neste sentido, Viapiana (2006) em seu livro *Economia do crime*, menciona que a desigualdade de renda e de oportunidade de trabalho tem sido apontada frequentemente como

mais matizado inexistente na análise bourdieusiana, portanto uma dimensão genética e diacrônica ao tema da constituição de *habitus*.

a mais importante causa do crime. Todos vivemos numa sociedade de consumo. Desta maneira, todos desejam obter renda para consumir. Mas os espaços urbanos estão ficando cada vez menores no que se refere às vagas de emprego. Por outro lado, existe ainda o fato de que cresce continuamente o número de jovens que tentam entrar em um mercado de trabalho cada vez mais restritivo.

Assim, estabelece-se um círculo vicioso: o mercado exige experiência e a maioria dos jovens nunca trabalhou e, portanto não tem experiência. E se não têm a primeira oportunidade nunca a adquirirão. Enquanto não conseguem o emprego que desejam, estes mesmos jovens disputam entre si o pouco espaço que sobra num mercado de trabalho medíocre, composto de subempregos. Parte significativa dessa “população residual”¹⁵, em virtude de seu baixo nível de escolaridade, veem frustradas todas as tentativas, o que os faz desistir da busca de melhor qualidade de vida. Esta situação é um dos fatores que leva uma parcela significativa desses jovens a aderir às práticas violentas de obtenção de bens, justificando-se com sua atual situação de pobreza e miséria e com a falta de oportunidade de emprego característica de sua cidade.

É muito comum, no Brasil, as cidades apresentarem crescimento urbano desordenado. Elas se caracterizam pelo déficit habitacional – e o conseqüente surgimento de favelas –, pelas ruas sem planejamento, com esgotos a céu aberto, pela ausência de equipamentos sociais, como postos de saúde e escolas, pela falta de rede elétrica, falta de água encanada e deficiente coleta de lixo, pela deficiência do sistema de transporte, além de um expressivo índice de criminalidade urbana.

A criação de emprego informal no tráfico de drogas é um exemplo clássico desta inversão de valores, pois o jovem que vive no meio de um ambiente hostil e agressivo, vê no traficante a referência de um líder, além da promessa do dinheiro rápido com a venda de drogas, no qual ele assume o papel de aviãozinho.

É por esta razão que Pedrazzini (2006, p.18) afirma: [...] “a pobreza é a última violência das atividades pacíficas e democráticas, mas é a mais terrível, porque o castigo imposto pelas camadas dominantes não a elimina. Quando os pobres tornam-se violentos são logo exterminados pela polícia”.

Os dados coletados na pesquisa qualitativa corroboram a afirmativa de Pedrazzini, pois a maioria dos jovens assassinados em Camaçari vem de famílias que possuem menos de

¹⁵ População residual, termo empregado para definir os menos favorecidos de uma sociedade, os chamados excluídos “São aqueles que, não tendo podido entrar nas estruturas modernas, permanecem fora das grandes correntes da vida da nação”. (CASTEL, 2009, p.477).

dois salários mínimos como renda total. Além disso, há um perfil geral para esses homicídios, pois a maioria dos jovens assassinados, além de possuir baixo poder aquisitivo, é negra ou parda, abandonou a escola antes mesmo de completar a quinta série do ensino fundamental e 90% deles usavam algum tipo de droga e quase todos eram usuários de bebidas alcoólicas.

O problema da criminalidade e da violência em Camaçari, como se pode observar, também está diretamente ligado a fatores sociais, mas é importante lembrar que o meio é responsável por boa parte do comportamento das pessoas, pois somos seres sociais e recebemos influência direta da cultura em que vivemos no nosso modo de pensar o mundo. Apesar de o Brasil estar passando por um momento de aumento de emprego e das oportunidades, podemos observar que os atos violentos, longe de ser produtos de fatos isolados, podem ser explicados pela situação social, política e econômica que o país atravessou em décadas passadas, porém recentes. Como afirma Pedrazzini (2006, p.23): “A violência não é um fenômeno isolado: a urbanização caótica, a densificação ou a privatização dos espaços públicos, a segregação social e racial leva a considerar as atividades informais e ilegíveis violentas ou não, como indicadores de uma transformação da civilização urbana”.

Assim sendo, se o problema da desigualdade social não for tratado com a seriedade e a urgência de que necessita, continuarão a jorrar por essa fonte jovens sem perspectivas de um futuro que, logo ali adiante, terão contato com o mundo das drogas, que se amplia entre os alunos das escolas públicas e privadas da região. Faz-se necessário reafirmar a posição e o discurso de vários estudiosos de segurança pública quando dizem que não é a pobreza que promove a violência e que esta é fruto de uma acentuada desigualdade social.

Os pré-requisitos sociais são importantes para o itinerário de vida das pessoas. O não preenchimento de um conjunto de condições previamente exigidas para que outras, de hierarquia superior, possam ser alcançadas desqualificam os indivíduos não possuidores desses antecedentes. Em desvantagem social, esses indivíduos se vêem desfalcados e com dificuldades de competir socialmente. É o caso dos jovens pobres, sem formação educacional suficiente, sobretudo por que a sociedade não oferece a ele uma educação capaz de ajudá-los em suas dificuldades pessoais e familiares, mas um simulacro de aprendizagem que preenche a função social da socialização externa à família, mas com baixo nível de aprendizagem e formação para a vida social. (ESPINHEIRA, 2008b, p. 86).

É relevante enfatizar que a violência em Camaçari tornou-se um fato em variados meios sociais: nas famílias, nas escolas. A criminalidade e os atos violentos apresentam-se neste contexto como algo sem controle, um fenômeno contra o qual não existem grupos totalmente protegidos. Mas os jovens da faixa etária de 15 a 24 anos tornaram-se o principal alvo da violência urbana. A gravidade do problema é exposta através da média de idade dos jovens mortos no município de Camaçari no ano de 2008, que foi de 19, 5 anos.

Pesquisas mostram que o Brasil é considerado como um dos países mais violentos e que mais mata jovens no mundo. Segundo Pedrazzini (2006, p.95), “a nova geração de jovens de bairros pobres das cidades do terceiro mundo constitui um problema para as autoridades e a polícia”. E que muitos dos crimes cometidos por jovens de camadas mais desfavorecidas ocorreram por necessidade de sobrevivência. Isso mostra que o contexto e as condições sociais fabricam seus próprios delinquentes que, a cada dia, se arrastam mais para a exclusão. O Estado da Bahia não foge à regra conforme mostra o gráfico a seguir:

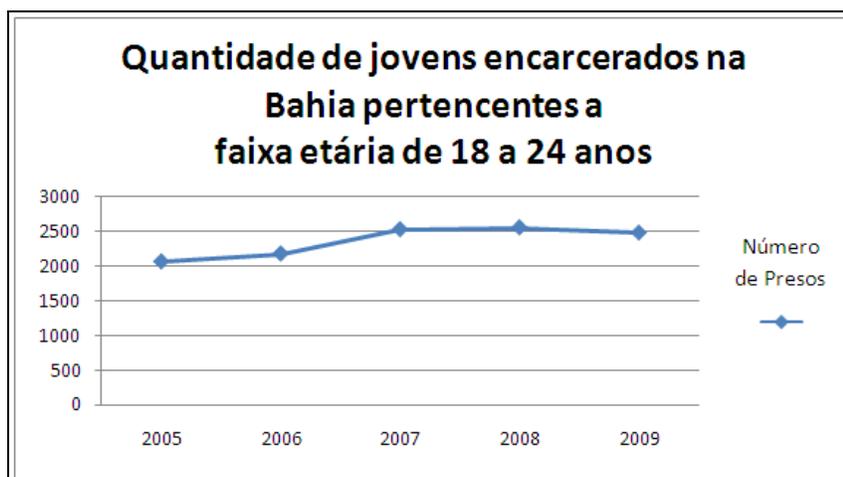


Figura 1 – Gráfico da população encarcerada na Bahia (faixa etária: 18 a 24 anos)
Fonte: Produzido pelo autor através dos dados encontrados no Ministério da Justiça

Os dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça, mostram que o número de jovens encarcerados na Bahia vem aumentando nos últimos anos: em 2005, o Estado possuía 2.074 jovens presos, em 2007 chegou-se a 2.529 presos, em 2009 houve 2.481 registros. Apesar de ter havido um declínio entre os dois últimos números há uma tendência de crescimento. Santos e Gomes (apud ESPINHEIRA, 2008a, p. 103) comentam este tipo de crescimento da seguinte forma:

O aumento dessa população “carcerária” juvenil representa o fracasso do Estado em prover oportunidades e acesso à educação e à economia. São os pobres, negros, jovens, com baixa escolaridade que superlotam as cadeias públicas. Há uma migração das periferias, das favelas, em direção as cadeias onde, por falta de assistência adequada, aprofundou-se o envolvimento com o crime, retroalimentando esse sistema excludente.

Desse modo, cresce o número de crianças e adolescente que se agrega ao mundo do crime, como resultado de uma política de descaso social, de um cenário que Sudbrack e Conceição apresentam em artigo (2005, p. 191):

Esta dimensão transgeracional da construção de pessoas violentas nos reporta à hipótese muito atual na literatura e muito presente em nossas pesquisas: a

perspectiva de que a violência é um fenômeno co-construído na sociedade através de um padrão relacional que pode se consolidar e perpetuar na história dos indivíduos, das famílias, dos grupos, das instituições e mesmo de comunidades inteiras.

Assim, compreender a dinâmica criminal não significa apenas detectar os espaços de crime e aplicar as ações repressoras aos criminosos. É preciso mais. Antes, entender os processos e antecipá-los. Pois a prevenção deve ser coletiva e comunitária, com a presença de políticas públicas eficazes, com ênfase nos aspectos que valorizem a cidadania. Entre esses processos, encontram-se a inclusão e a oportunidade. Incluir e dar oportunidades (de educação, de cuidados com a saúde, de ascensão social através do trabalho) são ações complementares com as quais o Estado previne a violência através do seu papel de provedor de políticas de assistência social, evitando ser avaliado apenas como o Estado que responde pelo papel de quem tem que proteger a sociedade do medo.

2.3 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, ESPAÇO, ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E LUGAR

Os conceitos de lugar, espaço, organização espacial, territorialidade e território, foram imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa e são úteis para esta dissertação, pois, além de enriquecer seu caráter geográfico, explicam de forma didática e mais clara como as articulações do homem atuam na organização espacial.

O espaço geográfico é resultante da interferência humana no espaço natural. Toda ação antrópica promove algum tipo de mudança na natureza, umas mais tímidas, como o consumo dos grupos indígenas primitivos que vivem na natureza, e outras mais agressivas, aquelas do homem dito “civilizado”, como o desmatamento de florestas tropicais proveniente do consumo de quem vive da natureza.

Da mesma forma que essa interferência do homem modifica a paisagem através do desmatamento, provoca a destruição de um morro ou desvio do curso de um rio, as interferências humanas sobre o território definem as relações de poder que irão se desencadear sobre os lugares.

O primeiro desses conceitos é o de *território*. Segundo Andrade (1995, p. 19), o território não deve ser confundido com o espaço ou o lugar, pois está muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado ao poder, ao controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Acrescente-se que o território, para Andrade, pode ser entendido como o próprio controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, do espaço ou de uma região. E sabemos que muitos desses elementos são ferramentas indispensáveis ao combate a criminalidade.

No nosso caso, é imprescindível considerar o território como o lugar onde o crime acontece e o lugar sobre o qual a sociedade deve atuar para combater a criminalidade. Para isso, é necessário traçar o perfil de cada instituição deste espaço e tentar identificar quem está, comprovadamente, coerente no discurso e na prática do jogo de combate ao homicídio de jovens no município de Camaçari. Sendo assim, a avaliação será feita em cima do que está sendo realizado pelo poder público nos territórios de descoesão social¹⁶ para diminuir o grau de exclusão¹⁷ e dificuldades que vivem os jovens que são os sujeitos desta pesquisa.

Um exemplo do que se compreende como território de descoesão social são os territórios escolhidos pelo Pronasci para serem implementadas as políticas do *Territórios de Paz*. Trata-se de um projeto integrado de atendimento e ação em comunidades de regiões metropolitanas. As principais ações deste projeto que estão sendo implementadas em Camaçari são: o *Mulheres da Paz*, o *Programa de Esporte e Lazer da Cidade (Pelc)* e o *Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo)* que discutiremos na Seção 4. A escolha do território obedece a critérios técnicos e eles são selecionados a partir das observações feitas localmente, principalmente quanto à condição de vulnerabilidade social e de propensão à violência. Uma vez que a área se caracteriza como necessitada de intervenção, o governo sinaliza e pontua as políticas públicas adequadas para reduzir os índices da violência.

No caso de Camaçari, esses territórios de falta de coesão social são palco do domínio da violência e da criminalidade que migraram para lá, à medida que as intervenções públicas se fazem presentes em outros locais. Quando definiram as comunidades do Programa Habitacional Organizado de Camaçari (Phoc), como território de paz, em 2008, e os investimentos públicos foram chegando, a violência na região declinou. Porém, outras regiões passaram a ser mais assediadas pelo tráfico de drogas e apareceram nas estatísticas da polícia

¹⁶ Fragmentação social ou descoesão social, resultante dos efeitos da disjunção entre nação, economia e sociedade inerentes à nossa condição histórica de periferia da expansão capitalista, acelerados pela subordinação à globalização hegemônica pelo capital financeiro (GOMES, 2009, p. 30).

¹⁷ O termo exclusão aparece no cenário público nos anos 1970, passando a ser usado ao lado das clássicas oposições opressores/oprimidos; exploradores/explorados. O fracasso do modelo econômico chama a atenção para o processo excludente de industrialização e dá uma maior visibilidade aos “excluídos”, embora isso não signifique uma maior atenção dos governos dessa época para a massa que se formava nas periferias das cidades. O termo aparece nos anos 70, no Brasil, como “um fenômeno considerado fruto do fator tecnológico inibidor”. É o que afirmavam alguns economistas, políticos e empresários (RAMOS, 2009, p.145).

com mais frequência. Foi o caso dos bairros Nova Vitória e da região de Vila de Abrantes no litoral do município.

A ação do projeto consistiu em viabilizar algumas medidas políticas mais complexas, como a reconstrução total de algumas escolas da rede municipal de ensino, com reforma física profunda, mudando a concepção que se tinha da escola pública sem condições adequadas de abrigar seus alunos. Outras intervenções foram mais simples, porém não menos importantes, como a iluminação das ruas e a melhoria do policiamento nos bairros.

Isso é uma prova de que a divisão territorial facilita o tipo de ação de combate ao crime, pois cada região tem um tipo mais específico de violência, sendo assim, o tipo de ação para determinado território deve ser diferenciado.

Associada ao território tem-se a expressão *territorialidade* que, para Andrade (1995, p. 20):

Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado [...] A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas.

É justamente esse sentimento de territorialidade que deverá servir como um forte aliado das políticas públicas no combate ao crime, quando as pessoas entenderem que, para o espaço se transformar em um ambiente saudável para sua família e de proteção para seus filhos, elas se sentirão corresponsáveis pelo processo de diminuição da violência, ajudando, através de denúncias e não dando cobertura aos marginais da área.

Santos (1996) também alerta para não se confundir o espaço com o território. Na sua obra *Metamorfoses do espaço habitado*, ele denomina o território como *configuração territorial* e define-o como o todo. Quanto ao espaço, é conceituado como a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. E acrescenta: “Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes.” (SANTOS, 1996, p. 77).

Esses últimos posicionamentos de Santos ratificam a possibilidade da inversão das estatísticas negativas atuais, principalmente as que se referem à violência, já que se entende que a dinâmica do espaço está muito ligada ao comportamento humano e, no que se refere ao elemento *comportamento humano*, há a vontade política de se mudar para melhor as coisas, principalmente em virtude das pressões sociais e da própria concepção que o mundo está tendo quanto ao respeito aos direitos humanos.

A *organização espacial*, a próxima categoria, é definida por Corrêa (1991, p. 53) da seguinte forma: “[...] é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer a sua própria história. Ela é, no processo de transformação da sociedade, modificada ou congelada e, por sua vez, também modifica e congela. A organização espacial é a própria sociedade espacializada”.

Um bom exemplo da organização espacial sobre este território, sobre este lugar, sobre esse espaço é o modelo de organização da divisão social do trabalho, em que o homem pode vender produtos e serviços, através da produção do setor primário, secundário ou terciário da economia. Paralelamente a isso surgem as mazelas da organização social, que são os excluídos, aqueles que, por algum motivo, não conquistaram espaço em um dos grupos. Por sua vez fortalece a capacidade de mutação da sociedade de se apresentar de forma degenerada através da economia informal, através da marginalidade como outros elementos da organização social e territorial.

A ação marginal, como o crime contra a pessoa física propriamente dita, requer a definição territorial do local onde o bandido, o delinquente, atua ou irá atuar.

É inerente ao ser humano utilizar planejamento e estratégias quando pretende conquistar algo. Mesmo que venha trazer prejuízo à sociedade, no momento da ação, o que importa é dar certo o que se almeja. As ocorrências dos crimes têm, na maioria das vezes, um perfil, os locais em que eles acontecem, os horários de maior frequência, os tipos mais comuns de crimes (grupos de extermínio, crime contra a honra, crime contra a natureza, contra a pessoa, etc.). Ao observar essas características, a polícia desvenda com mais facilidade as ações criminosas, além de propor a seus superiores que tipo de atitude e de estratégia de segurança é melhor para determinada área, região ou lugar.

Esta última observação conduz à definição da categoria de *lugar*. De acordo com Adriana Filgueira Leite (1998), para

[...] os seguidores da corrente humanística, o *lugar* é principalmente um produto da experiência humana: “[...] lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979). Ou ainda, “lugar é um centro de significados construído pela experiência” (TUAN, 1975).

Trata-se, na realidade de referenciais afetivos os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro. Eles são carregados de sensações emotivas principalmente porque nos sentimos seguros e protegidos (MELLO, 1990); ele tanto nos transmite boas lembranças quanto a sensação de lar (TUAN, 1975; BUTTIMER, 1985a). Nas palavras de Buttimer (1985b, p. 228.), ‘lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas’. (LEITE, 1998, p. 10).

2.4 O PODER PÚBLICO E A COMUNIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma característica marcante e realmente transformadora da sociedade democrática é o papel do Estado como agente fomentador da organização social. Um governo que se preocupa com a criação de associações, mobilização social, transparência no uso do dinheiro público e mantém diálogo efetivo com a comunidade tem muitas possibilidades de cumprir corretamente seu papel e maiores chances de dar certo.

Porém, para que um determinado problema seja visto como merecedor de uma solução válida para toda a comunidade, isto é, como uma demanda pública, dentro de um governo, há um longo caminho a ser trilhado. Se o gestor não tiver a sensibilidade necessária para antecipar os problemas a fim de evitar que a situação em questão (no caso a violência) chegue a dados alarmantes, só resta à sociedade organizada disputar seu espaço dentro da gestão pública, levando a opinião popular a gritar em favor desta demanda.

O fato de se aproximar do povo e ouvir suas reivindicações é um sinal de que as políticas públicas que este governo pretende executar terão um forte apelo popular. Essa forma de governar diminui o risco de se criarem modelos engessados de ações públicas que muitas vezes estão em contradição com a realidade do local onde a gestão municipal, estadual ou federal pretende implementá-las.

Entendendo que políticas públicas para a juventude precisam estar associadas à educação, o conceito utilizado nesta dissertação é baseado no livro *A educação como política pública*, de Azevedo (2004). Em sua produção, a autora faz uma abordagem crítica às interferências que o capital privado estabeleceu na educação, através do neoliberalismo, mas faz também uma abordagem marxista acerca do que seria o ideal de política pública para o desenvolvimento da sociedade, avaliando todo o sistema das ações públicas, desde a sua concepção até sua execução.

Entende-se também que é a atividade política que define o que é prioridade, as pressões populares ajudam os gestores públicos a decidir, durante seus planejamentos onde alocar mais dinheiro e o que traz mais votos.

Azevedo (2004, p. 5) comunga desta opinião, quando afirma que “políticas públicas, representam a materialidade da intervenção do Estado ou o “Estado em ação”. Para ela, “[...] o conceito de políticas públicas implica em considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente”.

Uma curiosidade em relação ao conceito de políticas públicas, na concepção dos parentes das vítimas de homicídios, é que, para eles, políticas públicas repressoras do crime não são corretas quando atingem seus entes, ou seja, eles não conseguem entender a polícia como uma política pública de segurança com a função de prevenir e reprimir o crime.

Neste caso só seriam políticas públicas as coisas boas que atingem sua família, como se a ação criminosa de seus parentes não merecesse esta política pública que é considerada ruim, mas, se as boas viessem (oportunidade de emprego, por exemplo), teriam, por si sós, tirado o filho da marginalidade.

2.4.1 Políticas públicas e participação popular

Nunes, além de ter mostrado, em seu livro *Pedagogia da participação* (2002), o compromisso com a cidadania, tem o cuidado de provar a seu leitor o quanto é fácil entender de participação comunitária, falando de coisas tão sérias com um vocabulário científico, mas, ao mesmo tempo, esclarecedor.

O texto deixa muito claro que, apesar da tentativa de propor uma sociedade mais organizada e solidária, alguns destoam desta concepção de organização social, olhando sempre na perspectiva de se produzir ou procurar um “salvador da pátria”, um “super-homem” que surgisse na comunidade ou que viesse de fora como um político importante, para que resolvesse todos os problemas do grupo.

No momento histórico (ano de 1996) em que foi desenvolvida a pesquisa, as políticas públicas pensadas eram a construção do bairro Vila Verde em Salvador-Ba e a implantação, com a opinião favorável da população, dos equipamentos públicos, através da parceria com a comunidade. Vários, porém, foram os obstáculos encontrados pelo poder público para que isso acontecesse de forma mais harmônica.

A insatisfação com a moradia foi um entrave:

Contrariando ao que se pensava, as pessoas achavam que as casas cedidas pela Prefeitura eram piores do que as que tinham antes (72,8% responderam ‘pior’; 13,2% ‘igual’; 14,0%, ‘melhor’). Conhecendo-se alguns dos bairros de invasão de onde vinham os habitantes, esperava-se que esses, na maioria dos casos, fizessem uma boa avaliação das casas [...]. Isso não aconteceu. (NUNES, 2006, p. 30).

Outro aspecto que deve ser considerado é a rotatividade dos participantes em reuniões com o poder público. Muitas vezes, aqueles que comparecem só têm em mente verificar se há um jeito de falar com o político ou representante legal do governo a fim de solicitar uma

solução para um problema pessoal. O relato de uma dessas situações de rotatividade pode muito bem ilustrá-las:

Para dar um aspecto mais concreto às discussões, um funcionário da representação da Prefeitura no bairro foi convidado para ouvir os habitantes e falar das propostas do Poder Público para aquela comunidade. Para começar, perguntou-se as pessoas presentes quem dentre elas tinha respondido o questionário; de fato, não havia muitas, o que mostra que a intervenção tinha um público diferente a cada momento. (NUNES, 2006, p. 75-76).

Há uma análise positiva do que ficou no inconsciente coletivo após a intervenção externa, pois ficou plantada a idéia da importância da participação popular nos momentos de tomada de decisões sobre os problemas do bairro, além de evidenciar-se que esses participantes ainda têm um certo respeito pela autoridade do poder público.

Mesmo em questões cujo objetivo era compreender o potencial de participação, é visível que, para as pessoas, a autoridade do Poder Público e sua responsabilidade estavam evidentes. Um exemplo – à questão ‘Como será possível resolver os conflitos de interesse dos habitantes, a exemplo da ordem de prioridades das intervenções no bairro?’ –, 77,2% dos entrevistados estimam que habitantes e autoridades devem resolver juntos tais questões; 6,1%, pensam que os habitantes devem buscar a resolução sozinhos, e 16,7%, que as autoridades devem resolver sem ouvir a população. (NUNES, 2006, p. 41).

Propor democracia na condução das políticas públicas deve ser uma prática constante, na medida em que fomenta no cidadão a independência de pensamento, contribui para construir a concepção de que o eleito deve servir à sociedade da melhor forma possível e para erradicar essa idéia de autoridade presente no contexto da comunidade de Vila Verde.

Na relação direta entre os habitantes e os funcionários da Prefeitura nada havia mudado e tudo se passava como em qualquer outro bairro popular. Tratava-se da relação tradicional entre “pedintes” e autoridades, derivada daquela, majoritária, dependência dos pobres relativamente à elite dirigente. (NUNES, 2006, p. 111).

O texto de Nunes serve de alerta aos planejadores públicos, pois, além de apontar as dificuldades e resistências que as políticas públicas podem encontrar se não forem levados em consideração a cultura local, as condições geográficas, o poder aquisitivo da comunidade e sua história pretérita, tanto quanto as outras tentativas frustradas para a implantação das mesmas idéias.

2.5 PRINCIPAIS ÁREAS DE RISCO: ÍNDICES DE VIOLÊNCIA EM CAMAÇARI

O problema da violência que envolve os jovens camaçarienses nos últimos anos atrai a atenção da opinião pública, preocupação que é justificada pelos dados e pela própria percepção da violência e da criminalidade na região. A cidade também influencia a história

individual dos sujeitos, pois os índices de desemprego e de concentração de renda, a deterioração policial e a falta de compromisso com a condição humana justificam e explicam o crescimento das atividades criminosas em diversos bairros em Camaçari, como Bomba/Gleba B, Camaçari de Dentro, Phoc I, II e III, Parque Satélite, Vila de Abrantes e Nova Vitória, lugares onde pequenos furtos, arrombamento de casas, roubos de veículos e tráfico de drogas têm sido as constantes preocupações dos moradores. Uma visão do índice de mortalidade de jovens motivada pela violência pode ser obtida pelos dados da Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Jovens mortos em Camaçari por unidades territoriais⁽¹⁾ (2008)

N.	REGIÃO	TOTAL	%
1	Vila de Abrantes (litoral)	12	14,8%
2	Nova Vitória/Bairro Novo Horizonte	12	14,8%
3	Phoc I,II, III	9	11,1%
4	Parque Satélite/Gleba A/Mangueiral/Ficam I e II, Gravatá	9	11,1%
5	Jauá/Arembepe/Areias (litoral)	5	6,2%
6	Verde Horizonte/Parafuso	5	6,2%
7	Lama Preta/Gleba H/Triangulo	3	3,7%
8	Gleba E, Parque Verde I e II	3	3,7%
9	Camaçari de Dentro/Gleba C/ 46	3	3,7%
10	Inocoop/Piaçaveira/Ponto Certo/2 de Julho	3	3,7%
11	Pq. Das Mangabas/ Machadinho	3	3,7%
12	MonteGordo/B.doPojuca/B.Jacuípe/Setubal (litoral)	2	2,4%
13	Gleba B/Bomba/Natal	1	1,2%
14	Não Identificado	11	13,6%
Total		81	100%

Fonte: Produzida pelo autor, utilizando dados coletados na mídia local, cemitérios e delegacias.

Nota: ⁽¹⁾ Para definir unidade territorial, o autor considera a proximidade entre os bairros e o alcance dos atendimentos dos equipamentos públicos que as atende.

Esta tabela nos mostra o quanto Camaçari é violenta para os jovens. Segundo Gomes (2008, p. 161), referindo-se a dados relativos ao Brasil inteiro, “[...] desde 1996, mantivemos constante a taxa de 26/27 por grupo de 100.000 habitantes até 2006, significando uma década com essas taxas”. Esses dados são médias gerais do país, com índices relativos a todas as faixas etárias, mas o próprio Gomes afirma que há uma maior incidência de vítimas na faixa etária que cobre os adolescentes e os jovens.

Levando em consideração que só de jovens assassinados em 2008 foram 81, em uma população que possuía nesta época em torno de 200 mil habitantes, tem-se uma média de 40 jovens assassinados em cada grupo de 100 mil. Porém a análise detalhada exige uma comparação com a mesma faixa etária na qual os jovens representam 20% do total da população, o que corresponde a 40 mil habitantes. Sendo assim, a cada grupo de 100 mil

jovens, os índices sobem para 200 homicídios, o que corresponde a 747%, o que está muito além da taxa média brasileira.

A incidência de vítimas e vitimizadores na faixa etária correspondente ao período escolar, e a tendência de redução das idades dos envolvidos com crimes que antes eram majoritariamente centrados e típicos da população adulta, indicam um desajuste no processo de desenvolvimento dos jovens e de seu ajustamento à sociedade, funções inequívocas do processo educacional. (GOMES, 2008, p. 158).

A situação se torna mais hostil quando se comparam os índices brasileiros com aqueles dos Estados Unidos e a Europa:

[...] os índices de homicídios nas aglomerações urbanas brasileiras são trinta vezes ao das cidades européias, dez a vinte vezes ao dos Estados Unidos. A principal vítima é o jovem. A opção pela carreira criminoso é uma opção real, próxima, factível, muito mais factível que ser um empregado do setor de serviços ou operário. (GOMES, 2008, p. 158).

Ao fazer uma análise mais detalhada da Tabela 1 e averiguando o perfil social das vítimas de homicídios, verifica-se que são mais elevados os números dos assassinatos em bairros mais desprovidos de equipamentos públicos e da presença do Estado.

O problema crucial se centraliza nas quatro primeiras unidades territoriais da Tabela 1, pois atingem 51,8% do total de homicídios de jovens no ano de 2008. Na maioria dos casos, trata-se de bairros periféricos, carentes de infraestrutura digna e comandados pelo tráfico de drogas. Estas também são as características dos chamados territórios de descoesão social.

Com frequência, nesses bairros, as famílias são “desequilibradas”, sem acesso a bens, equipamentos e serviços que correspondam a suas necessidades básicas e as habitações se encontram em condições precárias, o que evidencia a ausência do Estado e de grupos executores de políticas públicas mais efetivas para o combate a pobreza. Veja nos mapas a seguir a distribuição espacial dos crimes na sede e no litoral de Camaçari.

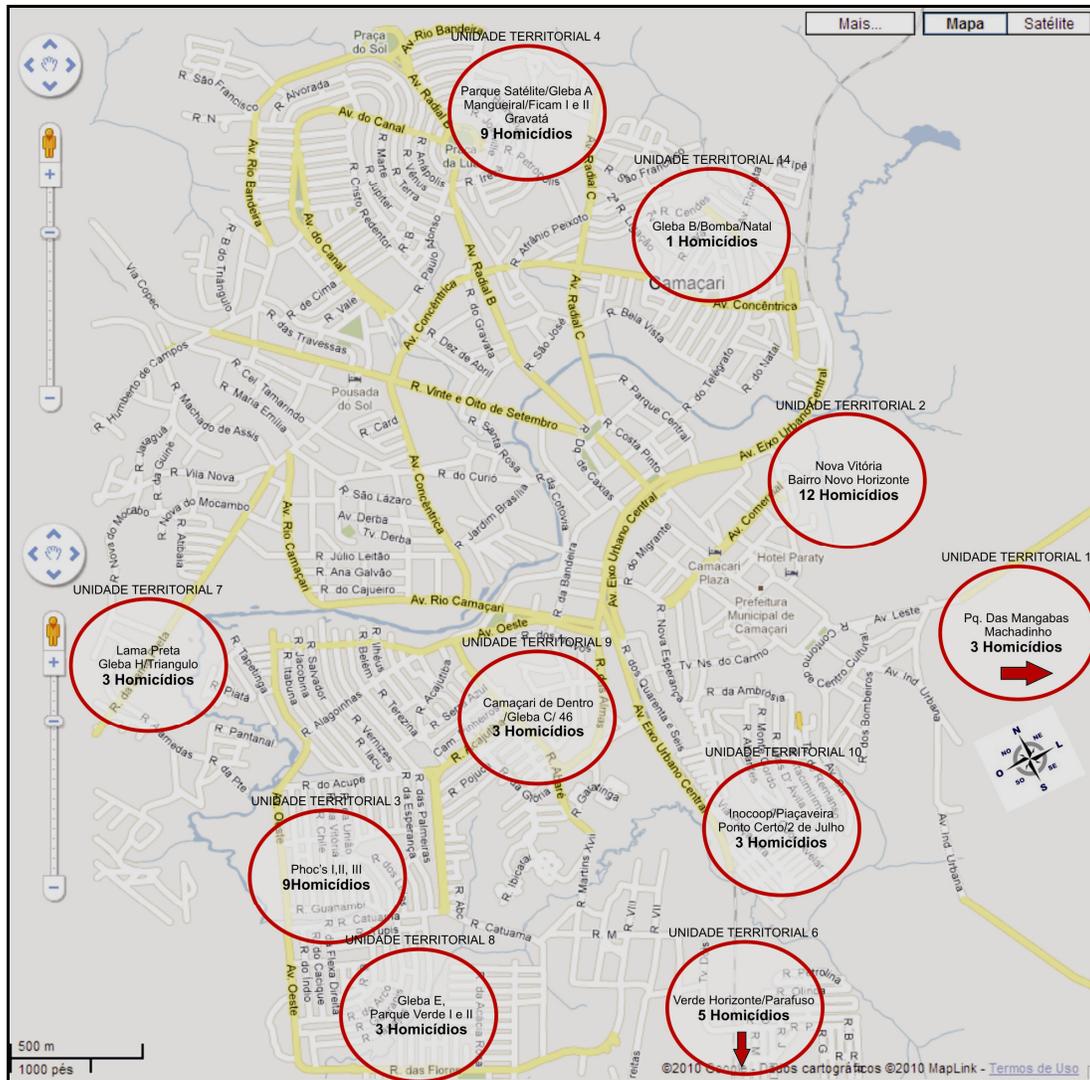


Figura 2 - Mapa dos homicídios de jovens ocorridos nas unidades territoriais 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 13 localizadas na Sede de Camaçari.

Fonte: elaboração do autor a partir de dados da pesquisa

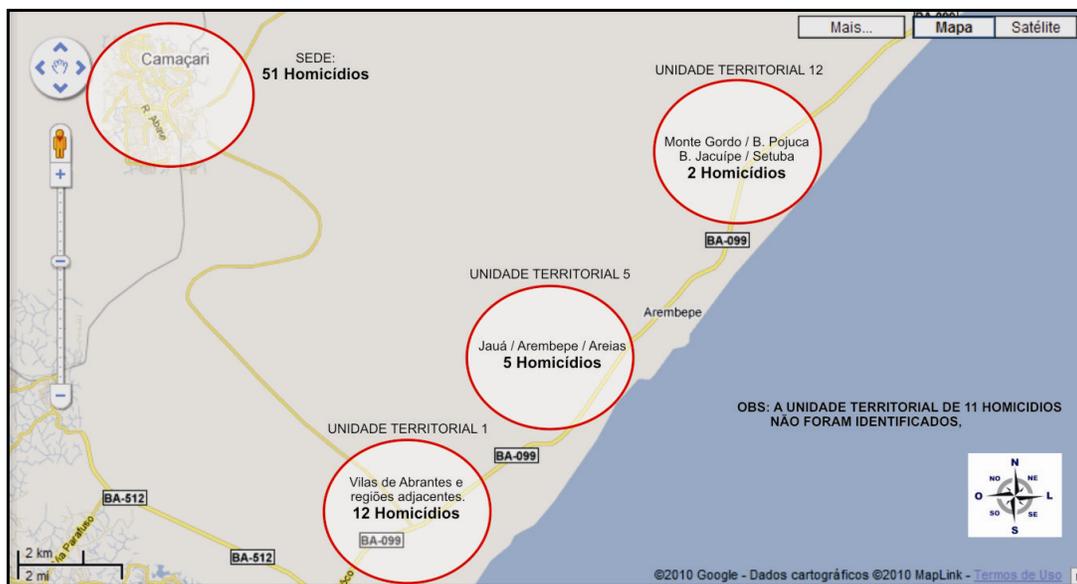


Figura 3 - Mapa dos homicídios de jovens ocorridos nas unidades territoriais 1, 5 e 12 localizadas no Litoral de Camaçari

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa.

Esta, porém, não é uma situação exclusiva de Camaçari. Este quadro é muito frequente:

Estas são as condições da explosão de criminalidade das metrópoles brasileiras: desorganização espacial, inexistência de serviços públicos ou ineficiência quando existem, que somados a falta de empregos e a dicotomia entre a população e os órgãos de polícia criaram as condições para o aumento da criminalidade que assistimos em nosso dia a dia. (GOMES, 2008, p. 158).

É sempre importante ponderar algumas afirmações, principalmente quando estas disseminem uma idéia preconceituosa das coisas. Assim, é preciso esclarecer que a intenção aqui não é associar a pobreza com a violência, pois a maioria da população é pobre e nem por isso está envolvida com a criminalidade. Entretanto, também não se pode ser hipócrita: é preciso reconhecer que a segregação social acirrada estimula a existência de uma sociedade desigual, impotente e volúvel às benesses que a criminalidade oferece.

2.6 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL EM CAMAÇARI

A proposta desta seção é fazer uma relação da estrutura ofertada pelo poder público e pela iniciativa privada para as quatro regiões mais violentas do município de Camaçari, além de traçar um perfil de cada região em termos de sua precariedade. O conceito de propriedade de transferência de Castel (2009) servirá como parâmetro para definir os equipamentos que foram construídos com os recursos do poder público:

A propriedade social está no coração do desenvolvimento dos serviços públicos. Estes representam bens coletivos que deveriam permitir uma redução das desigualdades, colocando à disposição de todos oportunidades comuns e, em primeiro lugar, a instrução. [...] O desenvolvimento da propriedade social e dos serviços públicos representa, desse modo, a realização do programa solidarista contra o individualismo-egoísmo do liberalismo clássico. (CASTEL, 2009, p. 397).

Deste modo, será identificada a existência e a eficiência dos postos de saúde, das escolas, da segurança pública, as condições dos equipamentos de lazer, a situação das praças e parques públicos, da iniciativa privada avaliar-se-á os serviços bancários, se o comércio atende as necessidades básicas da comunidade e se é gerador de emprego e renda.

Para melhor entendimento do funcionamento da avaliação, é preciso esclarecer que, em cada unidade territorial, algumas lideranças e pessoas da comunidade contribuíram para a elaboração do quadro de avaliação qualitativa. Durante a avaliação, cada equipamento ou serviço recebeu uma nota baseada nos seguintes critérios (Quadro 1):

CONCEITO (CONDIÇÕES DE USO)	AValiação QUALITATIVA	NOTA
Ótimo	Contempla os anseios da comunidade	10
Bom	Atende bem a comunidade mas não é unanimidade	8
Regular	Funciona relativamente bem, mas a comunidade reclama	6
Ruim	Funciona, mas de forma deficiente	4
Péssimo	Há o espaço, mas não funciona	2
Não existe	Nunca foi oferecido a comunidade	0

Quadro 1 - Critérios de avaliação da infraestrutura das unidades territoriais mais violentas de Camaçari
Fonte: elaboração do autor a partir de dados da pesquisa

A partir desses critérios, os dados da pesquisa permitiram chegar aos Quadros 2 a 5 a seguir, que apresentam a avaliação dos equipamentos e serviços dos bairros segundo sua localização nas diferentes unidades territoriais.

ITEM	SERVIÇO / EQUIPAMENTO	O QUE TEM	QUANTIDADE	CONDIÇÕES DE USO	NOTA
1	Saúde	Posto de saúde da família	Buris de Abrantes: 1 Catu de Abrantes: 1 Vila de Abrantes: 1	Regular	6
2	Educação	Escolas e creches	Catu de Abrantes: 3 escolas, 1 creche Phoc de Abrantes: 1 escola Buris de Abrantes: 1 escola, Vila de Abrantes: 3 escolas, Fonte da Caixa: 1 escola	Bom	8
3	Segurança	Delegacia 26ª Circunscrição Policial	Uma delegacia, com delegada titular e viaturas	Regular	6
4	Serviço bancário	Buris da Abrantes: Posto de atendimento bancário e caixa 24 horas.	1	Ruim	4
5	Lazer	x	x	Não existe	0
6	Praças e parques públicos	Vila de Abrantes: praça Parque e quadra poliesportiva e campo, Buris de Abrantes: praça parque e quadra poliesportiva.	Vila de Abrantes 2 Buris de Abrantes 2	Regular	6
7	Comércio	Relativamente pequeno com alguns minimercados	Gera empregos modestos	Ruim	4
Média geral do bairro					4,8

Quadro 2 - Avaliação da unidade territorial 1 – Vila de Abrantes (Buris de Abrantes, Phoc de Abrantes, Catu de Abrantes)

Fonte: elaboração do autor a partir de dados da pesquisa

ITEM	SERVIÇO / EQUIPAMENTO	O QUE TEM	QUANTIDADE	CONDIÇÕES DE USO	NOTA
1	Saúde	Posto de saúde.	Nova Vitoria: 1 Bairro Novo: 1	Ruim	4
2	Educação	Escolas	Bairro Novo 2	Bom	8
3	Segurança	Sem pontos de apoio policial (módulos)	x	Ruim	4
4	Serviço bancário	x	x	Não existe	0
5	Lazer	x	x	Não existe	0
6	Praças e parques públicos	Praças e campos de futebol	Nova Vitoria: 2 praças em construção, 2 campos de futebol, Bairro Novo: 1 praça 1 campo de futebol.	Ruim	4
7	Comércio	Desenvolvido	Gera empregos modestos	Regular	6
Média geral do bairro					3,7

Quadro 3 - Avaliação da unidade territorial 2 – Nova Vitória e Bairro Novo Horizonte

Fonte: elaboração do autor a partir de dados da pesquisa

ITEM	SERVIÇO / EQUIPAMENTO	O QUE TEM	QUANTIDADE	CONDIÇÕES DE USO	NOTA
1	Saúde	Posto Médico, Policlínica Nova Aliança	1	Regular	6
2	Educação	Escolas e creches	Phoc I: 2 escolas e 1 creche, Phoc II: 1 escola Phoc III: 1 escola e 1 creche	Bom	8
3	Segurança	Sem pontos de apoio policial (módulos)		Regular	6
4	Serviço bancário	Phoc II: caixa 24 horas, demais localidades sem serviços	1	Regular	6
5	Lazer	x	x	Não existe	0
6	Praças e parques públicos	Praças, quadras poliesportivas e campos de futebol	Phoc I: 1 campo de futebol, Phoc II: 1 praça Phoc III: 1 praça, 1 campo de futebol, 1 quadra	Bom	8
7	Comércio	Desenvolvido: mercados, lojas, padarias, armarinhos, farmácias	Gera empregos modestos	Regular	6
Média geral do bairro					5,7

Quadro 4 - Avaliação da unidade territorial 3 - Phoc I, II e III

Fonte: elaboração do autor a partir de dados da pesquisa

ITEM	SERVIÇO / EQUIPAMENTO	O QUE TEM	QUANTIDADE	CONDIÇÕES DE USO	NOTA
1	Saúde	Postos de Saúde	Gravatá: 2, Parque Satélite 1, Ficam I e II: 1, Mangueiral: 0	Regular	6
2	Educação	Escolas, creches	Gravatá: 2 escolas 1 creche, Parque Satélite: 0, Ficam I e II: 0, Mangueiral: 1 creche		
3	Segurança	Sem ponto de apoio policial (módulo)	0	Ruim	4
4	Serviço bancário	x	x	Não existe	0
5	Lazer	x	x	Não existe	0
6	Praças e parques públicos	Parques e praças	Gleba A: 2, Ficam I e II: uma quadra poliesportiva, Mangueiral: 1 praça e uma quadra	Bom	8
7	Comércio	Relativamente desenvolvido	Gera empregos modestos	Regular	6
Média geral do bairro					4,3

Quadro 5 - Avaliação da unidade territorial 4 - Parque Satélite (Gleba A, Mangueiral, Ficam I e II, Gravatá)
 Fonte: elaboração do autor a partir de dados da pesquisa

Depois do estabelecimento da média geral do bairro, apenas o grupo dos Phoc ultrapassaram os 50% da nota, chegando à média 5,7. Isso é fruto de uma política de investimentos feitos nos últimos anos nesta mesma região, inclusive do fato de ela ter sido escolhida como *Território de paz* do Pronasci.

A unidade territorial 3, dos Phoc, há apenas três anos, liderava os índices de violência no município e hoje se apresenta na terceira colocação, segundo os critérios aqui estabelecidos. Os índices gerais de violência em Camaçari vêm aumentando nesses últimos anos, mas sofreram queda na região dos Phoc. Como a violência migra para áreas onde o Estado não chega ou pouco se apresenta, pode-se concluir que ela apenas transferiu-se para outros bairros.

O que há de positivo é que se pode pensar que, se todos os territórios aqui definidos tiverem os mesmos investimentos paralelamente e de acordo com as necessidades de cada bairro e de cada população, chegará um momento em que a violência será sufocada e morrerá, na mesma medida que vem destruindo nossos jovens.

2.7 OS PRINCIPAIS FATORES DE FAVORECIMENTO DA CRIMINALIDADE EM CAMAÇARI

2.7.1 Localização geográfica

A posição geográfica de Camaçari é considerada privilegiada, pois faz parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS), possui um litoral com mais de 42 quilômetros de extensão e faz fronteira com 4 dos 13 municípios da RMS (ver Mapa 1).



Figura 4 – Mapa da localização geográfica do município de Camaçari
 Fonte: Captado do *site* wikimédia.org e adaptado pelo autor

É o maior município da RMS em termos territoriais, com 759.802 km², com uma população em torno de 220.495 habitantes. Dados do governo municipal revelam o seguinte:

Sede do maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, Camaçari abriga a única montadora de veículos do Norte/ Nordeste - a Ford -, e empreendimentos do porte da Braskem, terceira companhia privada do país, da Bridgestone Firestone, grupo líder na fabricação de pneus no mundo, e da Caraíba Metais, principal produtor de cobre do Brasil.

Além dessas, a cidade abriga outras importantes fábricas como a Continental Pneus, Discobrás, Bahia Pulp, Monsanto, Columbian Chemicals, Oleoquímica, Peroxi Bahia, Remplari Embalagens Plásticas, entre outras. (BASTOS, 2010).

De acordo com a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração da Bahia, Camaçari conta com 133 empresas. Por conta do grande crescimento industrial, a arrecadação, com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cresce a cada ano: em 2007, o ICMS arrecadado no município foi de R\$ 197 milhões, enquanto o IPI atingiu o montante de R\$ 5,9 milhões.

Em 30 anos de funcionamento, completados recentemente, o Polo recebeu investimentos superiores a US\$ 11 bilhões, de acordo com o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic).

Com estas características, a de ser um município de porte médio em termos populacionais e, ao mesmo tempo, a de possuir uma população com perfil social tão preocupante, há de se questionar a razão pela qual as condições precárias de vida da maioria da população contradizem dados financeiros tão robustos.

2.7.1.1 Migração

Em virtude de um intenso fluxo migratório que atinge Camaçari nas últimas décadas, ocorre um aumento considerável da população jovem, muitos deles em busca de seu primeiro emprego no mercado de trabalho, com o intuito de se inserir em outra etapa da dinâmica do capital financeiro que é o mercado consumidor. Mas, além da busca por emprego, ocorrem também um aumento das demandas populacionais por bens e serviços públicos e um crescente aumento dos índices de violência, já extremamente alarmantes. Algumas considerações a propósito desse processo são esclarecedoras.

A história de Camaçari é dividida em duas partes: antes e depois da instalação do Polo Industrial. Até a década de 1960, a economia baiana teve um lento crescimento, e as atividades produtivas de maior importância estavam relacionadas ao setor secundário. Em 30 anos, o município experimentou um grande crescimento, com a vinda de importantes empresas e aumento da população, que passou de 33.273, em 1970, para 242.984 mil habitantes hoje.

Todos esses fatos foram momentos de atração de imigrantes, pois as políticas oficiais induziam e fomentavam o desenvolvimento da região, o que acabava atraindo a atenção das pessoas que passavam pelo município à procura de emprego ou até mesmo em busca de lazer. Esta última se iniciou ainda na década de 1930, com a descoberta da fonte vital, de água leve e cristalina, quando Camaçari passou a ser considerada estação de veraneio, atraindo pessoas em busca de cura e repouso.

Na metade do século XX, Camaçari não apresentava sinais de violência na sua estrutura social, ocorrendo apenas pequenos furtos, como roubo de galinha no quintal das pessoas, o que, ainda assim, quando acontecia, indignava as pessoas.

Parente (2002, p. 62) descreve aspectos do cotidiano policial da cidade:

Camaçari era uma cidade muito calma, de um povo ordeiro, não sentia falta de segurança embora existisse a segurança do Estado, que era constituída apenas de um delegado, geralmente um comerciante ou outra pessoa da cidade de conceito e conduta ilibados. A sua indicação era feita ao Governador do Estado pelo Prefeito do Município. Era constituída também, de um escrivão, da mesma forma indicado pelo prefeito, além de um cabo de polícia e dois ou três soldados designados pelo 4º BPM, sediado na cidade de Alagoinhas. Existiam os inspetores de quarteirão que fiscalizavam as ruas da cidade com um facão, o temido cipó-caboclo e até um três oitão.

Como informa Bastos (2010), utilizando dados do Plano Diretor do Complexo Petroquímico, em janeiro de 1974, Camaçari contava apenas com nove indústrias de grande porte, que empregavam 4.125 pessoas. Havia também indústrias de pequeno e médio porte, dedicadas ao ramo de minerais não metálicos. Ao lado delas, a atividade pesqueira rudimentar era apenas suficiente para garantir a subsistência e o emprego de pessoas que moravam perto do litoral, já que praticamente não existia atividade agrícola e o setor terciário dependia de Salvador.

O processo de imigração se acelerou verdadeiramente com a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, o maior complexo petroquímico do Norte/Nordeste do país. Entenda-se que, em 40 anos, a população teve aumento de 730% conforme mostra a tabela fornecida pelo IBGE (2010).

Tabela 2 – Crescimento da população de Camaçari

ANO	POPULAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO
1970	33.273	2000	161.727
1980	89.164	2007	220.495
1991	113.639	2010	242.984
1996	133.929		

Fonte: IBGE (2010)

O crescimento populacional médio de Camaçari está muito acima dos dados da Bahia e do Brasil. A expectativa do IBGE em 2000 era de que o próximo censo demográfico apurasse uma população de 237 mil habitantes, no ano de 2010, dados esses acrescidos de mais 5 mil habitantes e confirmados pelo próprio IBGE que identificou nos últimos dez anos, que Camaçari registrou um fluxo imigratório de 81 mil novos habitantes.

Com a fundação, no ano de 1972 e ampliação projetada para o final da década, da Companhia Petroquímica do Nordeste Ltda. (Copene), o projeto exigiu uma melhor organização e qualificação da mão de obra, a ponto de se criar um conselho de engenheiros,

muitos deles vindo de outros locais. A necessidade de mão de obra braçal levou Camaçari ao patamar de uma das áreas mais procuradas do país para se morar e trabalhar.

A mão-de-obra utilizada na construção do COPEC, veio de Salvador e do Recôncavo Baiano. À PMC, coube a tarefa de montar a infra-estrutura social do município, adaptando as cidades de Camaçari e Dias D'Ávila, ao fluxo migratório previsto. Os 40% dos imigrantes e baixa renda eram analfabetos ou semi-analfabetos, vindo de todo o Brasil e, sobretudo de outros estados do Nordeste. (PARENTE, 2002, p. 216).

Um novo capítulo do crescimento de Camaçari está intimamente ligado ao complexo automobilístico da Ford, inaugurado em 2001. Além de criar grandes expectativas na população em relação à geração de emprego, o estabelecimento do complexo determinou o retorno de Camaçari à condição de cidade de atração populacional.

Junto à imigração acentuada, vieram os problemas urbanos típicos das cidades médias e de regiões metropolitanas, com destaque para a especulação imobiliária e a ampliação das favelas já existentes.

Nos últimos anos, ocorreu um aumento expressivo da população. Paralelamente a isso, houve um aumento dos índices de criminalidade, tanto na sede quanto na orla. A Prefeitura Municipal de Camaçari enfatiza:

As projeções indicam que a população de Camaçari cresceu, a cada ano, entre 2000 e 2004, em torno de 3,64%, mais que a média anual do Brasil para áreas urbanas, que foi de 2,45%. Na Orla, o número de delitos registrados aumentou consideravelmente, na ordem de 1.000%, no ano de 2004, [...], associados principalmente ao uso e tráfico de drogas. Na sede municipal o número de ocorrências vem aumentando quanto aos furtos, roubos simples e qualificados, associados também ao uso e tráfico de drogas. É significativo o número de adolescentes envolvidos em delitos e uso de drogas, como também é relevante o número de causas de mortes de adultos jovens relacionadas a violência. (CAMAÇARI, 2005, p. 21, 53).

Afirmativas como esta permitem definir o tipo de criminalidade do município como violência da delinquência por causa das características presentes nos crimes. Um dos resultados mais constrangedores deste processo é a impunidade dos criminosos e a impotência da sociedade para reverter o quadro.

O trecho acima transcrito (CAMAÇARI, 2005) apresenta dados oficiais. Por isso, é necessário avaliá-los com maior cuidado, pois o número dos componentes do tripé a que se refere à análise – imigração, aumento da criminalidade e juventude – tende a aumentar, pois, à medida que a média de idade dos jovens envolvidos com o crime diminui, à medida que o fluxo migratório do município aumenta e, ao mesmo tempo, que novos empreendimentos são anunciados pela mídia local e regional, cabe ao poder público traçar metas para revertê-los, aproveitando-se esta fase de crescimento econômico pela qual o município vem passando.

Este momento é crucial para os gestores públicos, pois, apesar de o desafio ser grande, a oportunidade de evitar que a história se repita negativamente os promoverá à condição de condutores de um processo que conseguiu unir o crescimento econômico ao desenvolvimento social.

2.7.1.2 Região metropolitana: um ponto estratégico

De acordo com o mapa do município de Camaçari, verifica-se que ele se localiza entre as latitudes 12°27'05" e 12°52'30" e longitudes 38°01'53" e 38°28'52". O município faz parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS) que abrange, além dele, Salvador, Lauro de Freitas, Candeias, Simões Filho, São Francisco do Conde, Vera Cruz, Dias D'Ávila, Itaparica, Madre de Deus, Mata de São João, São Sebastião do Passé, Pojuca. Todos esses municípios possuem um histórico de violência urbana, que apresenta índices bastante elevados.

Dentre os 300 municípios brasileiros com maiores taxas médias de óbitos por arma de fogo, a cada 100.000 habitantes da população total, mesmo sendo dados relativos, cinco estão localizados na RMS (WAISELFISZ, 2007, p. 178-185).

Tabela 3 - Municípios com maiores taxas médias de óbitos por armas de fogo (em % da população total, em 100.000 habitantes) – 2002-2004

MUNICÍPIO	UF	ORDEM ESTADUAL	TAXA MÉDIA	ORDEM NACIONAL
Simões Filho	BA	1°	56,6	41°
Lauro de Freitas	BA	2°	52,2	55°
Juazeiro	BA	3°	52,1	56°
Itabuna	BA	4°	46,8	87°
Camaçari	BA	5°	41,9	125°
Rodelas	BA	6°	38,8	149°
Salvador	BA	7°	36,5	175°
Itapebi	BA	8°	35,9	182°
Entre Rios	BA	9°	34,5	203°
Abaré	BA	10°	32,6	244°
Candeias	BA	11°	31,4	260°
Curaçá	BA	12°	31,1	264°
Catu	BA	13°	30,0	285°
Dias D'Ávila	BA	14°	29,5	293°

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados de Waiselfisz (2007, p.178-185).

Entre os 14 municípios mais violentos do Estado da Bahia, seis fazem parte da RMS, sendo Camaçari o terceiro da região com situação mais grave, perdendo apenas para Simões Filho e Lauro de Freitas.

Com este desenho, o que os dados mostram é que, da mesma forma que o capitalismo criou as metrópoles para garantir um mercado consumidor que o sustente, o tráfico de drogas e a criminalidade em geral, veem neste mesmo espaço geográfico a condição de sobreviver como um parasita, garantindo-se e pulverizando-se em outros territórios, ampliando sua rede de poder.

A situação torna-se mais grave quando se faz um recorte etário dos crimes: os índices quase dobram em alguns casos.

É na faixa “jovem”, dos 15 a 24 anos, que os homicídios atingem maior expressividade, principalmente na dos 20 aos 24 anos de idade, com taxas em torno de 65 homicídios por 100.000 jovens. É na faixa da minoridade legal, dos 14 aos 17 anos, que os homicídios vem crescendo em ritmo assustador, com pico nos 14 anos, onde os homicídios, na década 1994/2004, cresceram 63,1%. (WASELFISZ, 2007, p. 23).

Vários são os fatores que favorecem a incidência elevada da criminalidade no litoral de Camaçari entre os quais se destacam:

- a) Camaçari está no roteiro de quem sai de Salvador em direção ao Litoral Norte e ao Estado de Sergipe e vice-versa;
- b) o fato de fazer fronteira com o município de Lauro de Freitas, com seus territórios conturbados, onde a violência é latente (no bairro de Lauro de Freitas chamado Portão);
- c) as frequentes festas de largo (as populares *lavagens*) que vão de dezembro a março em todo litoral camaçariense;
- d) as belas praias que durante todo o ano são palco do turismo sexual;
- e) os altos índices de desemprego cuja liderança a RMS sustentou, por mais de uma década, perdendo esse posto há pouco tempo;
- f) a desmetropolização e a tendência das pessoas de irem morar nas cidades médias, próximo às grandes metrópoles, aumentando seu contingente populacional.

Mas essa violência não é o único problema enfrentado por Camaçari e tais problemas não são exclusivos deste município. Por esta razão, este trabalho vem enfatizando a

interferência da desigualdades como fator que deve ser combatido pelo poder público através de políticas públicas mais justas. A este propósito, afirma Carlos (2001, p. 83):

As desigualdades não podem mais ser ignoradas, não se pode mais governar forjando uma unanimidade. O acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade brasileira.

2.7.2 Ausência de planejamento estratégico ao longo de sua história

2.7.2.1 Deficiências estruturais

O que mais inquieta qualquer cidadão, quando se fala de problemas relacionados às condições estruturais no município de Camaçari, é a relação de dissintonia gritante entre a sua riqueza e sua pobreza, contradição evidente até para os mais desatentos.

Um município que foi escolhido para ser a sede do maior Polo Petroquímico do Nordeste deveria ter sido mais bem equipado para atender essa nova demanda de oferta de emprego, por exemplo. É no mínimo questionável a idéia de se implantar um grande empreendimento desse porte e não se pensar em instalação paralela de um complexo universitário e outros equipamentos que viessem propiciar o desenvolvimento de novas tecnologias e seu desenrolar no futuro. Ainda que o município de Salvador esteja próximo de Camaçari, a capital baiana não consegue cumprir este papel de forma plena.

Um município que tem investimentos de bilhões de dólares, ao longo de 30 anos, e passa a ter sua primeira universidade pública décadas depois da fundação do Polo Petroquímico, adiou o desenvolvimento social. É notório o desenvolvimento econômico que o município tem alcançado ao longo desse tempo, os dados confirmam.

Tabela 4 - Cinco maiores municípios em relação ao PIB - Bahia: 1999, 2006 e 2007

PIB	PIB TOTAL (em milhões)			PARTICIPAÇÃO TOTAL NO ESTADO (%)		
	1999	2006	2007 ⁽¹⁾	1999	2006	2007
Estado	41.883	96.521	109.652	100	100	100
Município	21.442	46.434	51.474	51,19	48,11	46,94
Salvador	12.126	24.139	26.727	28,95	25,01	24,37
Camaçari	4.346	9.529	10.402	10,38	9,87	9,49
São Francisco do Conde	2.593	6.664	7.144	6,19	6,90	6,52
Feira de Santana	1.521	3.867	4.721	3,63	4,01	4,31
Candeias	855	2.233	2.480	2,04	2,31	2,26

Fonte: Bahia (2007).

Nota: ⁽¹⁾ Dados sujeitos a retificação.

Camaçari é o principal responsável pelo PIB industrial do Estado, mas, sem investimento em educação, a sociedade fica refém da oferta de emprego braçal. Nas tabelas abaixo, temos uma noção da grandiosidade do que é o PIB de Camaçari: o município se apresenta na segunda colocação no Estado, nas duas hipóteses propostas, entre os cinco maiores PIB, correspondendo em média a 10% do total, com valor bruto de R\$ 10,402 trilhões (portanto, dez trilhões e quatrocentos e dois milhões de reais) e, quando a comparação se refere ao PIB per capita, com R\$ 47,173 mil (quarenta e sete mil cento e setenta e três reais).

Tabela 5 - PIB per capita – os cinco primeiros municípios – Bahia: 1999, 2006 e 2007

PIB	PIB PER CAPITA R\$ 1,00			POSIÇÃO NO RANKING
	1999	2006	2007 ⁽¹⁾	
ESTADO	3.219	6.919	7.787	
São Francisco do Conde	94.795	216.844	239.506	1º
Camaçari	24.100	48.337	47.173	2º
São Desidério	8.490	30.634	34.182	3º
Candeias	12.168	26.810	31.539	4º
Mucuri	15.533	18.588	30.418	5º

Fonte: Bahia (2007).

Nota: ⁽¹⁾ Dados sujeitos a retificação

Ao longo desses anos, as escolas públicas atenderam apenas a sua função básica, que é a de colocar o aluno e o professor na sala de aula, e nada de atrativo que seduzisse o aluno a

estudar. A possibilidade de se empregar em uma das empresas do Polo passou a ser o seu maior sonho e o suficiente para acomodá-lo na situação socioeconômica que vivia.

As condições de moradia apresentam-se, na maioria dos bairros populares, como os Phoc I, II e III e as Glebas A, B e C, criados para atender à classe trabalhadora que se dirigia ao município em busca de emprego. Há uma diferença entre a qualidade das habitações dos Phoc e a das Glebas. As Glebas possuem casas maiores e ruas mais largas; as condições das moradias dos Phoc são menos confortáveis, com ruas estreitas e microcasas.

Não dá para entender como Camaçari, o segundo maior PIB do Estado, não tem em sua sede bairros de classe média com condições razoáveis de moradia. Há apenas o aproveitamento das Glebas para aqueles que possuem melhor condição econômica, que melhoraram e ampliaram a estrutura de suas casas, e o bairro do Inocoop que possui um perfil social de classe B¹⁸. Os condomínios da classe A só se encontram no litoral do município.

O mercado imobiliário está aquecido, com os altos investimentos do governo federal, com o projeto Minha Casa, Minha Vida. Grandes empreiteiras viram neste hiato habitacional a oportunidade de ampliar seus lucros e passaram a investir em bairros mais modernos e confortáveis. É o caso do Bairro Novo, que tenta alcançar a classe A, através dos investimentos da Odebrecht e da OAS Construções.

O lazer, no município, limita-se aos passeios nas praças públicas da sede, na qual há apenas um clube social. Para se divertir nos finais de semana, as pessoas são obrigadas se deslocar para as praias do litoral.

Um motivador deste atraso na estrutura urbana do município foi o contexto político em que Camaçari viveu durante os 21 anos da ditadura, como área de segurança nacional. Os prefeitos que foram eleitos ou colocados pelo regime militar não residiam aqui, e essa não-convivência com os problemas do dia a dia talvez não os sensibilizasse para a necessidade de investimentos nessas áreas acima citadas. Juntam-se a essa repressão política as dificuldades de organização social para pressionar o poder público a melhores condições de moradia e de serviços públicos em geral.

Apesar de o Polo Petroquímico ser a principal fonte de renda do município, quem mais gera empregos em Camaçari é o setor terciário da economia (serviços e comércio). Um fato curioso é que a proximidade de Salvador inibe a expansão do comércio local, em virtude da preferência de quem possui uma renda maior por se deslocar para os *shopping centers* da capital para fazer suas compras, principalmente no período das festas.

¹⁸ A definição de classes sociais foi feita com base na classificação utilizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Esse modelo econômico e estrutural que se desenhou em Camaçari promoveu a falta de qualificação profissional de seu povo. Quando da chegada do Complexo Ford, os cargos de alto escalão foram ocupados por funcionários da empresa que vieram das filiais de São Paulo e Minas Gerais. O mesmo acontece com as outras empresas do Complexo Petroquímico, restando a Camaçari apenas os postos de serviços braçais, ou seja, aqueles do setor de produção, como controle de estoque, montagem de andaimes, manipulação de empilhadeiras e outras máquinas, etc.

Fica evidenciada, nesta seção, a relação entre crescimento econômico e surgimento de problemas urbanos através do uso dos vários elementos da geografia que se propõem a entender os vários atores fomentadores da violência em questão. Os conceitos aqui discutidos objetivam um melhor entendimento das questões construtoras da conjuntura política e social em que estamos inseridos.

A análise dessa relação ressalta a necessidade da parceria entre o Estado e a comunidade para uma melhor resolução dos problemas que afetam grandes grupos de pessoas. A localização dos crimes serve como indicador para a ação do governo com a finalidade de combatê-los e, para complementar esta lógica, faz-se necessário avaliar a eficiência e a qualidade dos equipamentos públicos presentes nestes territórios.

O fenômeno migratório contribui para incrementar os problemas sociais que o município já possui, pois a chegada descontrolada de novos moradores exige do poder público mais investimento em saúde e em educação, principalmente. As deficiências estruturais e a falta de planejamento estratégico é um retrato da falta de conexão entre o aumento dos investimentos econômicos que reproduzem bilhões de dólares em bens intermediários¹⁹ em detrimento de uma política de desenvolvimento social eficiente.

¹⁹Entende-se por bens intermediários, os bens produzidos pela indústria de base que são absorvidos na produção de outros bens. No caso do Polo Petroquímico de Camaçari, tem-se o exemplo do polipropileno utilizado para fabricação de plástico.

3 A CONSTRUÇÃO DOS CRIMES

Nesta seção, que trata da construção dos crimes, parte-se do pressuposto de que o crime tem várias formas de emergir, pois ele se apresenta de maneira multifacetária, geralmente vinculada aos motivos constituídos de acordo com a realidade social de cada território. O processo de construção de uma sociedade violenta passa por etapas, dentro de um conjunto de ações e fatos que se interligam e que resultam numa estrutura que se torna cada dia mais complexa.

As ações violentas que ocorrem em uma sociedade surgem de alguma motivação ou são reflexos de uma necessidade dos indivíduos de exercer seu poder através da força que resolveu impor a um grupo ou sobre uma pessoa. São, no entanto, provenientes de uma reação a alguma necessidade pessoal de provar a seus pares que pode ou de esconder deles suas fragilidades psíquica, financeira ou de outra ordem. Alguns autores defendem a posição de que há situações em que o crime pode ser evitado, pois, em grande parte das situações em que há ação criminosa, os envolvidos, tanto vítima quanto o algoz, se conheciam.

Há uma rede da criminalidade composta pelos vários nós que a sustenta e esses nós podem ser de ordem intrafamiliar (problemas de convivência entre os membros de uma família, maus tratos, violência doméstica) e extrafamiliar (desemprego, tráfico de drogas, ineficácia dos serviços públicos).

Esta seção propõe um panorama de como estes crimes foram construídos ao longo da história e avalia a posição de subcidadãos a que são relegados os jovens de Camaçari. Não se pretende aqui criminalizar a pobreza e sim alertar para os problemas relacionados às desigualdades sociais, conforme indicam Santos e Gomes (2008, p. 108):

A violência não é sinônimo de pobreza, não devemos portanto, criminalizá-la. Isso corresponde à desumanização do pobre, o que direcionaria o indivíduo aos espaços da rua, onde a mendicância e/ ou o crime tornam-se formas de vida. A pobreza não tem como consequência direta a violência. A construção da desumanização da pessoa coloca como diferente o outro (diferente dos parâmetros da sociedade) deve ser execrado, cria-se um estado de separação social. Estigmatiza-se a pessoa, ela deixa ter direito à proteção do estado.

A incidência do crime e da criminalidade está associada a três grandes hipóteses: 1. A opção do indivíduo pelo crime; 2. Fatores estruturais (econômicos, sociais, políticos e culturais); 3. Falência das instituições sociais e das normas.

Ainda que estas três hipóteses tenham sido identificadas na pesquisa, o objeto deste estudo se além mais à hipótese 3, segundo a qual presume-se que a falta de integração da rede de proteção social e a qualidade questionável dos serviços públicos prestados à sociedade,

permitem falhas que ratificam essa inoperância do Estado – os dados podem ser conferidos na seção 4.

3.1 O PERFIL DAS VÍTIMAS

Os índices obtidos na pesquisa qualitativa confirmam resultados de pesquisas nacionais e internacionais, por exemplo, há um número de jovens do sexo masculino envolvidos com a criminalidade é infinitamente superior ao de jovens do gênero feminino. Confirmam-se também os resultados evidenciando que, em parte significativa dessas famílias, o pai ou a mãe não conviviam com o jovem assassinado, o tempo médio de vida destes jovens situava-se em torno dos 20 anos e que, em sua maioria, esses jovens possuíam baixa escolaridade.

Aqui, porém, outros dados mais específicos entraram em pauta, como foi o caso da questão religiosa. O IBGE confirma que a maioria da população de Camaçari, com renda salarial abaixo dos quatro salários mínimos e que mora em regiões com deficiências estruturais graves, se diz de religião católica. No entanto, segundo os dados da pesquisa, a maioria dos jovens mortos vincula-se a famílias ou pais evangélicos – em 55% dos casos –, mesmo fazendo parte do perfil social descrito pelo IBGE.

Outra questão deve ser avaliada: considerando que as religiões pentecostais ou neopentecostais têm uma rigidez mais acentuada no seu processo de doutrinação, como explicar o número significativo de jovens evangélicos ou de famílias evangélicas envolvidos com esta criminalidade?

Quanto ao comportamento, a maioria era de jovens alegres, populares entre os amigos e brincalhões. A maioria das famílias das vítimas, durante as entrevistas responderam que eram filhos que possuíam ótimas relações com os irmãos e pais. Os outros restantes tinham comportamento agressivo, tinham “pavio curto” (eram explosivos, irritavam-se com facilidade) e não se interessavam pelos problemas familiares. Em alguns casos, apresentavam-se como teimosos, não gostavam de ouvir conselhos, tinham certo respeito pela mãe, mas frequentes atritos com o pai.

Há ainda aqueles casos em que o jovem era ótimo companheiro da família, quando estava sóbrio, porém, quando estava sob o efeito das drogas, se transformava em uma pessoa violenta e desequilibrada.

A explicação proposta por Zaluar (2009, p. 13), ajuda na compreensão deste fenômeno:

Estes adolescentes, em plena fase de fortalecimento da identidade masculina, aprendiam rápido um novo jogo mortal para afirmá-la, devido à facilidade de obter armas. Havia então, um fluxo de recursos – armas, drogas e até dinheiro- cuja fonte transcendia a prática fatal dos adolescentes pobres.

Não foi possível entrevistar as famílias dos assassinos, pois, além de não fazer parte do objetivo desta pesquisa, a maioria dos casos não foram elucidados pela polícia, há apenas indícios de culpados. Mesmo assim, há outras evidências que ajudam a tirar algumas conclusões a respeito do autor do crime. Na sua maioria, segundo seus familiares, assassinos e vítimas eram amigos de saírem juntos, havendo casos em que ambos foram colegas de escola e possuíam amigos em comum.

O entendimento dos familiares das vítimas é que os homicídios ocorreram em situações em que o jovem sofreu influência das más companhias, uma vez que o envolvimento era com colegas da escola, vizinhos e amigos que possuíam o mesmo perfil social: a diferença é que alguns deles tinham uma convivência com o tráfico de drogas há um bom tempo.

3.2 CAUSAS FREQUENTES

3.2.1 Famílias desestruturadas

A conceituação de família contemporânea requer a consideração das novas formas de relacionamentos que se constitui entre os membros deste núcleo de organização social. O termo desestruturadas sugere que algo não anda condizente com o conceito básico de família que representa união entre pessoas de afinidades em comum.

Os novos arranjos das novas famílias não necessariamente significa desestruturação familiar. Um individuo pode conviver em um lar integralmente de convivência saudável, sem que este possua as características de uma família tradicional composta por pai, mãe e filhos. Segundo Medeiros (2000, p. 04):

O modelo de arranjo familiar dominante ainda é o casal, mas este vem perdendo participação no total, especialmente devido ao crescimento dos arranjos baseados em uma mulher sem cônjuge. Isso se reflete no aumento da chefia feminina de arranjos o, que, em uma pequena parte, também se deve à mudança do *status* das mulheres nas famílias. [...] Diminuem os casos de convivência de mais de duas gerações em um mesmo domicílio. Arranjos familiares de idosos são compostos predominantemente por idosos. [...] diminui a incidência de viuvez, resultado da combinação do crescimento da sobrevivência masculina e da redução do diferencial de idade entre homens e mulheres em uma união conjugal. Os jovens, por sua vez, ficam mais tempo nas escolas, mas também passam por maiores dificuldades no

mercado de trabalho: estão mais sujeitos ao desemprego ou à ocupação de empregos de pior qualidade, o que, em certos casos, os torna mais dependentes de seus pais.

É dentro desses novos arranjos que surge a ‘família homoparental’²⁰, propondo um modelo alternativo, no qual o vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo incluindo, também, os casos da parentalidade de travestis e transexuais. Tais uniões não possuem capacidade procriativa (no sentido biológico) embora seus componentes possam tê-la individualmente. (ZAMBRANO, 2006, p. 127).

Entenderemos aqui como *família*, seguindo Parolin (2007, p.12), “um agrupamento de pessoas que têm o compromisso mútuo de dar e receber afeto e respeito”, evitando assim associar a desestruturação familiar apenas à ausência da figura masculina ou de algum outro membro. A desestruturação só se caracterizará, segundo este autor, quando existirem problemas graves na família, com sucessões de agressões físicas, agressões verbais, uso indiscriminado de drogas lícitas e ilícitas.

Não se nega que pais presentes, comprometidos com a educação dos seus filhos e que respeitam seu cônjuge tornam mais qualificados os ambientes familiares. Isso também facilita o processo de disciplina familiar, principalmente quando os filhos estão na fase da pré-adolescência ou na adolescência propriamente dita, períodos de formação da personalidade e do caráter. Nestas etapas, necessita-se de alguém que saiba dizer *não* na hora certa e que, muitas vezes, defina regras que nem sempre coincidem com as idéias e as liberdades que esses adolescentes esperam.

Segundo Parolin (2007, p.13), “o conceito de família funcional, tenha ela a constituição que tiver, é importantíssimo para que possamos olhá-la de forma diferente e, conseqüentemente, trabalhar com ela de forma igualmente diferente”. Portanto, mesmo com pai ou mãe ausentes, o arranjo familiar pode constituir uma boa estrutura para o apoio das crianças e jovens.

Viapiana (2006, p. 110) afirma que:

Os estudos sobre delinquência juvenil conferem suporte a essas formulações, a ponto de torná-los de certo modo óbvios entre os especialistas. Com efeito, esses estudos evidenciam que quanto maior e mais intensa for a ligação entre pais e filhos, menor é a probabilidade desses virem a se tornar delinqüentes. Da mesma forma, conforme sublinha Gottfredson e Hirschi, a disciplina e os compromissos constituem fortes preditores da não-delinqüência.

Por outro lado, entre os fatores associados à opção pela delinquência, encontramos os seguintes: negligência dos pais, abuso, pais solteiros, grande número de filhos e pais criminosos. É mais ou menos óbvio que pais separados, ou pais com problemas comportamentais ligados às drogas, abuso do álcool ou a outras condutas desviantes, por exemplo, têm maiores dificuldades de exercer papel ativo na correção de condutas ou atitudes desviantes de seus filhos.

²⁰ *Homoparental* é um neologismo criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), em Paris, nomeando a situação na qual pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual é (ou pretende ser) pai ou mãe de, no mínimo, uma criança. (ZAMBRANO, 2006, p. 127).

Os dados da pesquisa qualitativa confirmam todas essas teorias mencionadas por Viapiana. Entre os 20 casos pesquisados, 12 jovens não residiam com seu pai e, entre os 8 restantes, 6 tinham pais alcoólatras ou violentos.

Os exemplos deixados pelos pais ainda servem como a melhor forma de educar os filhos. As crianças e jovens veem seus pais como super-heróis, os quais devem protegê-los e portanto procuram imitá-los. Pais fracassados destroem os sonhos dos filhos e desqualificam sua imaginação. O refúgio de quem teve esse sonho desmontado, na maioria das vezes, é o descompromisso social e pessoal: ele passa a entender que, filho de fracassado, fracassado é.

A racionalidade da vida cotidiana é acompanhada de uma não-racionalidade da fruição da vida. Há um padrão de reprodução da vida social que é a família. A expectativa é a de que os filhos, à medida que cheguem à vida adulta, façam o mesmo percurso que fizeram os pais: trabalhem, casem e vão constituir família. Esse percurso, entretanto, é tumultuado por uma série de fatores que se relacionam com pré-requisitos, a exemplo de: capital educacional, capital profissional e articulação social.

Há para as pessoas que se ressentem desses pré-requisitos, dificuldades em ter uma vida normal, e isso inclui em sair da adolescência e tornar-se um adulto reprodutor da vida social familiar. Cada vez mais um número maior de jovens não consegue inserir-se no mundo adulto familiar e reproduzir o modelo social, provocando um desvio pela incapacidade de auto-sustentação. (ESPINHEIRA, 2008, p. 79).

Com esse quadro apresentado à sua realidade, alguns jovens debandam pelos caminhos das drogas e da criminalidade. Buscam, através da violência, uma forma de se vingar da sociedade ou dos “culpados” pela família miserável de que provieram.

Exemplo clássico dessa desestruturação familiar são alguns relatos encontrados durante a pesquisa qualitativa. Houve um momento, nas entrevistas, em que os parentes foram questionados quanto ao porquê de o jovem ter optado por este caminho da criminalidade. As acusações partiram de todos os lados, porém com maior frequência entre os pais.

Uma parcela significativa das respostas dadas pelas mães acusou a negligência do pai e justificou a violência e a revolta dos jovens pela ausência de seu carinho. Mas também houve acusações de pais, fazendo referência a suas ex-esposas, quanto a sua falta de habilidade de cuidar do lar de forma adequada.

J.F.O. (pai): Percebi a predisposição dele para se envolver com o crime desde quando ele morava em Itapuã com a mãe, e lá só tinha traficantes, assaltante e os amigos dele eram os filhos dessas pessoas.

Ilda (madrinha): O pai está inconformado e culpa a mãe por ter saído de casa para trabalhar, já que não precisava tanto financeiramente. Ele se envolveu muito cedo com a criminalidade desde os 10 anos e o que levou a tudo isso foi a ausência da mãe e as constantes brigas dos pais.

Da mesma forma algumas mães acusam seus ex-maridos pelo fracasso do filho:

R. P. C. (mãe): Percebi a predisposição dele para o crime quando começou a fugir de casa com 10 anos, mas não tava ainda envolvido com o crime, só se

envolveu com seus 13 anos de idade, a grande decepção foi com o pai que não quis reconhecê-lo, chegou a fazer exame de paternidade e o pai não quis pegar o resultado.

M. C. S. (mãe): Se o pai tivesse dado mais atenção, ele só queria isso, ele adorava a família tentava sair do vício, chorava para receber ajuda, ele tinha uma decepção com minha separação do pai dele e demonstrava uma carência afetiva, principalmente a falta do pai.

Essas famílias apresentam tal quadro de deterioração, gerado pelas constantes agressões e conflitos vividos entre eles, que se tornou impossível reconstruir o afeto. O crime representa o golpe final na quebra da relação familiar e o que ainda restou de sentimento positivo no seio desta família, se canaliza para uma reflexão quanto à perda do jovem assassinado.

Quando foram indagados sobre o sentimento que melhor se manifesta entre os familiares, acerca da perda da vítima, a maioria (60%) respondeu: “foi uma perda irreparável” (Gráfico 1). Há relatos em que a mãe desabafou da seguinte forma: “Ele era assim, mas era meu filho, tinha esperança que voltasse para a igreja e melhorasse”.

Em 30% dos casos, a família expressou indiferença pela perda. Parte deste sentimento vem da lógica de que a morte é o destino natural de quem se envolve com o mundo das drogas. Em outras situações, o desgaste e os constantes atritos entre os familiares e a vítima levaram os entrevistados a expressar uma angústia e incerteza sobre o que esta morte representa verdadeiramente para eles. É uma mistura de alívio com dor, levando à indiferença.



Gráfico 1 - Sentimentos das famílias em relação à morte dos jovens
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

Diante destas condições familiares, fica a certeza da importância da família como instituição estruturadora. Este agrupamento de pessoas que se respeitam consolida-se a cada

dia como um porto seguro, capaz de propor caminhos de sucesso a seus membros mais inexperientes. A qualidade de vida que se deseja para os jovens ocorrerá no momento em que lhes cheguem inspirações e referências positivas capazes de induzi-los ao acerto. Ao contrário da euforia dos prazeres imediatistas que são propostos pelo uso das drogas e da criminalidade.

3.2.2 Envolvimento com o tráfico de drogas

A maioria dos homicídios de jovens que ocorreram no ano de 2008, no município de Camaçari, foi diretamente associada ao uso e ao tráfico de drogas. Entretanto cabe uma ponderação: por que, antes mesmo de haver uma investigação, o senso comum já faz essa referência? Mesmo no ambiente policial, o que leva os boletins de ocorrências, antes mesmo de fechar a investigação, darem como certo esta relação?

Em alguns dos casos analisados, foram confrontados o que pensam a polícia e a família das vítimas e nem sempre as opiniões são convergentes. Por esta razão, faz-se necessário averiguar se o poder público, em alguns casos, não coloca esses dados nas suas estatísticas com intuito de ocultar sua incapacidade de proteger o cidadão de bem ou mesmo de apresentar-se à sociedade como uma instituição ágil no processo das investigações.

Não se pretende com isso desmerecer o trabalho das polícias (civil e militar): apenas pretende-se ter o cuidado necessário para chegar conclusões cientificamente válidas e próximas da verdade, com o único objetivo de entender os caminhos traçados pelos jovens até chegar a seu envolvimento com a criminalidade e a sua morte, a fim de encontrar propostas de ações que venham a amenizar esta situação.

Através dos dados da pesquisa qualitativa, percebe-se uma dificuldade das famílias em aceitar que um membro do seu corpo seja criminoso, tanto que, diante da pergunta se seu filho era envolvido com o crime, em alguns casos a resposta foi *não*. Porém, quando se perguntava com que ele trabalhava, chegava-se em alguns casos até a resposta de que ele vendia drogas.

As dificuldades para se entender este mundo do tráfico de drogas são várias. Se, de um lado, o trabalho de investigação policial pode ser questionado, também as respostas dos próprios familiares não colaboram. Entre os 20 homicídios pesquisados, apenas em 9 casos, os familiares das vítimas as declararam envolvidas com a criminalidade, o que representa 45% do total dos jovens estudados conforme mostra o Gráfico 2.

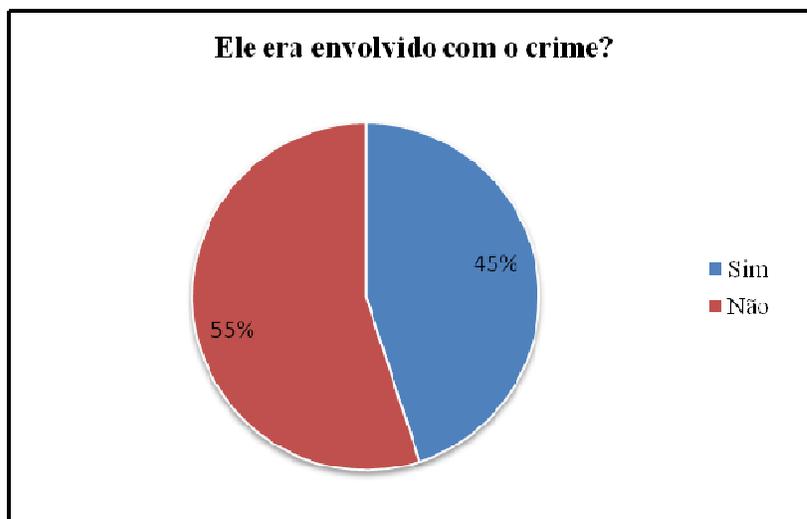


Gráfico 2 – Envioimento da vítima com o crime organizado segundo seus familiares
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

O membro da família, principalmente a mãe, tem dificuldade em assumir o envolvimento do seu ente querido com a criminalidade. Se a pergunta “ele (a) era envolvido com o crime?” fosse feita a vizinhos ou a outros parentes, provavelmente teríamos um resultado diferente.

As opiniões dos vizinhos dos jovens vitimados foram levadas em consideração e em alguns casos estudados houve contradições com a informação passada pelos familiares. A divergência de informação é fruto do distanciamento emocional entre a vítima e o informante: na maioria dos casos, os dados passados transmitem para a vítima um perfil de culpado.

A análise feita entre as informações transmitidas pelos familiares das vítimas, populares e pelo laudo técnico da polícia quanto à identificação das drogas como motivação dos crimes na totalidade dos eventos, sugere que se deve levar em conta que, boa parte do que eles classificam (principalmente a polícia) desta maneira, na verdade está situada apenas como pano de fundo para a ocorrência do evento criminoso. Além disso, em alguns dos casos estudados, mesmo existindo um histórico desses jovens, relacionando-os ao tráfico de drogas, sua morte não teve conexão específica com este tipo de crime em si.

Outro dado que deve ser levado em consideração são os laudos da polícia técnica, que também, em alguns relatórios, apresentaram respostas diferentes dos familiares quanto à idoneidade da vítima. Há também as informações passadas pela mídia local que, mesmo sensacionalista, procura ouvir de pessoas próximas da vítima como era sua conduta no dia a dia e assim produz de certa forma, um perfil social mais verdadeiro sobre ela.

A dificuldade em aceitar a culpa da vítima associa-se à relação sentimental, pois, por mais que a sociedade a considere como criminosa, seus familiares não a têm como marginal e sim também como vítima relegada pelo destino.

Como vimos no Gráfico 2 acima, em 45% dos casos, os jovens assassinados foram declarados como envolvidos com o crime por seus familiares. Esses mesmos familiares também declararam (ver Gráfico 3), em 60% dos casos, que estes jovens assassinados tinham amigos nesta condição. Dos 40% restantes, apenas 20% deles não tinham amigos delinquentes e, em 20% dos casos, os familiares disseram que não sabiam. Vale lembrar que alguns destes “não sei” foi uma resposta oriunda do medo de acusar alguém e se expor.

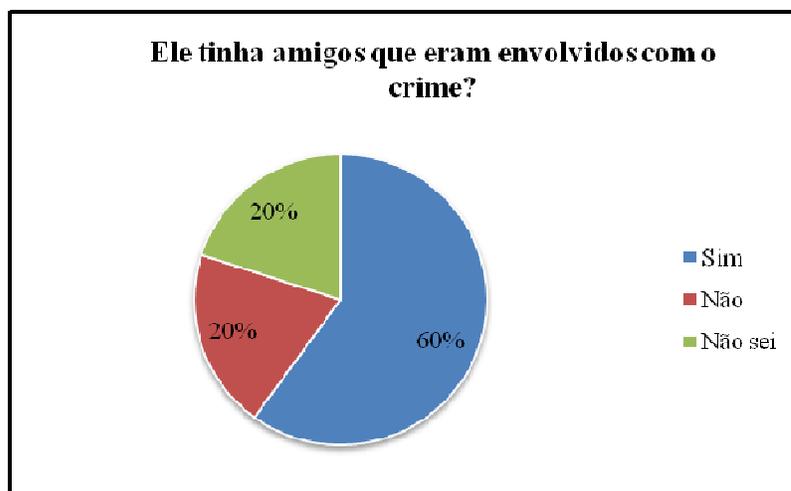


Gráfico 3 – Envolvimento dos amigos da vítima com a criminalidade
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

Na maioria dos casos pesquisados, os pais responsabilizam as más companhias pelo destino que o filho teve. Neste caso, eles se sentem mais confortáveis em afirmar que os filhos andavam com usuários de drogas, como mostra o Gráfico 3, o que pode levar à presunção de que esta seja uma forma de eximir-se da culpa.

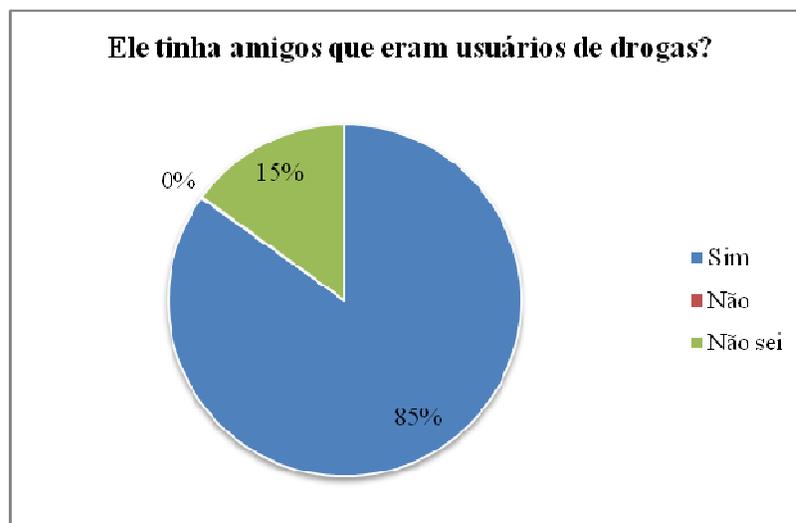


Gráfico 4 – Relacionamento da vítima com usuários de droga
 Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

C.A.S. (pai): O que poderia ter salvo meu filho, era se ele tivesse se afastado de amigos delinquentes, percebi seu envolvimento com o crime quando começou a andar com pessoas que era de má índole”.

M.H.J.B. (mãe): “Atribuo esse envolvimento dele com o crime devido às amizades”.

As tentativas das mães para afastar seu filho da criminalidade e da violência são sempre as mesmas: a maioria tentou fazer alguma coisa, além de aconselhá-lo. A principal atitude que as mães tomam é tentar levar seu filho para morar em outra cidade. Em muitos casos, com a ajuda de parentes, principalmente nas situações em que o pai não morava em Camaçari, mas estava disposto a ajudá-lo.

Ainda assim, na pesquisa qualitativa, familiares das vítimas revelaram que muitas mães que acompanharam o drama do seu filho investiram recursos muito superiores aos que permitia sua realidade financeira. Apesar de estas ofertas terem deixado a família endividada com instituições financeiras, elas não foram capazes de persuadir os jovens a sair da vida criminosa em que se inseria.

Quando os pais conseguiam afastá-los de Camaçari, sua grande dificuldade para mantê-los longe da criminalidade vinha da continuidade dos contatos com as amizades. A maioria dos parentes mencionou o fato de que eles não resistiam às investidas que os amigos de Camaçari faziam através de telefone e sites de relacionamentos. Assim, retornavam para a morte.

A partir dos dados coletados, pode-se deduzir que entre os vinte casos analisados, apenas um não tinha relação com o tráfico de drogas. Trata-se de um jovem que residia longe

dos pais não pelas características das famílias desestruturadas apresentadas nesta dissertação, nem era usuário de qualquer tipo de drogas: ele morava com a avó apenas por dificuldades financeiras da família. Os demais casos apresentam-se como uma grave relação com o mundo das drogas ou mesmo uma relação indireta com o crime.

3.2.2.1 Vingança

A vingança apresenta-se como o principal motivo dos assassinatos envolvendo os jovens, que morreram na faixa etária dos 15 a 24 anos no município de Camaçari em 2008. Ela se materializa através de brigas, cobrança de dívidas de drogas e do crime passional provocado por ciúmes e inveja.

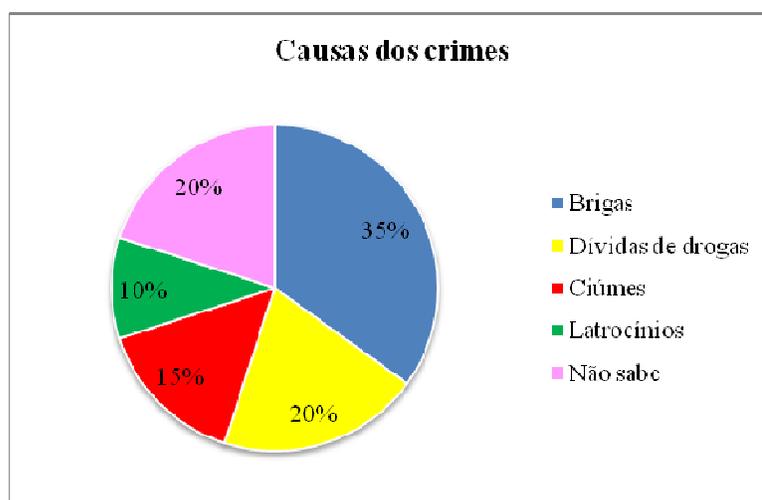


Gráfico 5 – Causas dos crimes

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

Podemos verificar no Gráfico 5 que as brigas – na forma de brigas em bares, discussão no trânsito, brigas em festas, vinganças ligadas ao tráfico, rixas entre traficantes e acertos de contas com a polícia –, se apresentam como o estímulo de maior incidência (35% dos casos) para o crime.

A frase “A vingança é um prato que se come frio”, dita pelo personagem Khan Noonien Singh, interpretado por Ricardo Montalbán, no filme *Jornada nas estrelas II*, e um dos piores inimigos que o capitão Kirk já enfrentou, indica que é preciso planejar bem e esperar o momento oportuno para realizar um ato de revide. Não é porém o que ocorre em

Camaçari: tanto o planejamento quanto a execução da vingança são muito rápidos, de maneira que a impressão que passa é que a ordem no mundo do narcotráfico é não esperar esfriar, contradizendo Khan (que provavelmente só repetiu um ditado popular muito conhecido).

Em 20% dos casos de homicídios de jovens, aparece a visita do cobrador da dívida de drogas que, na maioria das vezes, é o próprio assassino. Entretanto houve casos em que o devedor foi quem provocou a morte do cobrador.

Esses homicídios vinculados às dívidas, em muitos casos, segundo os depoimentos, ocorrem em virtude do fato de o indivíduo pegar a droga para vender e acabar consumindo. Sem dinheiro para pagar pela mercadoria, o jovem fica refém do traficante que cobra um preço muito alto, como a vida, por exemplo.

Espinheira (2008) lembra que uma pesquisa de opinião feita pelo instituto Datafolha em 2008, aferiu da população paulistana qual seu maior medo. A violência aparece em primeiro lugar, com 38%. Ele prossegue sua análise da seguinte forma:

O envolvimento com drogas é tido como uma ameaça concreta às famílias e é visto como porta de entrada para a delinquência ou para a vitimização do usuário. {...} A supervalorização das drogas como fatores criminais amplia o medo e põe em confronto grupos que lutam pela discriminação, com no caso do 03/05/2008, quando a Marcha da Maconha foi proibida em todas as cidades, visto como apologia ao uso da *canabis*, quando o que se pretendia era abrir espaço social para se discutir uma questão extremamente controversa. No imaginário social, 76% da população rejeitam a liberação da maconha, seguindo o mesmo Datafolha em outra pesquisa, e assim fica o grande problema que discutimos neste livro, a banalização da morte pela simples imputação à vítima de ser usuária de drogas. A morte torna-se plenamente justificada, não causa nenhum impacto social, gerando o fenômeno da banalização do homicídio com a espantosa estatística de desconhecimento da autoria do crime próxima a 90% dos casos. A vítima torna-se responsável pelo que lhe acontece. (ESPINHEIRA, 2008, p. 260-261).

Os dados da pesquisa em Camaçari mostram que, em 90% dos casos estudados, os jovens mortos eram usuários de algum tipo de droga. Independentemente se usa drogas ditas lícitas (álcool e cigarro) ou ilícitas (maconha, cocaína, crack, entre outras), o álcool é a porta de entrada, o principal estimulante para a dependência química, e o caminho é o mesmo. A maconha, citada por Espinheira, aparece em 60% dos casos aqui pesquisados.

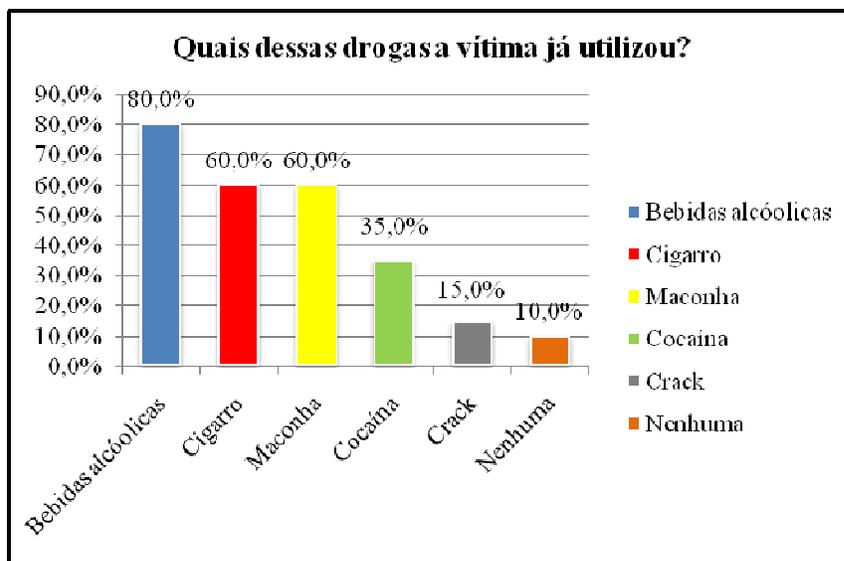


Gráfico 6 – Uso de drogas entre as vítimas
 Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

Entre os 20 casos levantados, 60% dos jovens eram usuários de pelo menos três tipos de drogas (geralmente, bebida alcoólica, cigarro e uma outra) e, ainda neste universo, 35% eram usuários do crack.

As questões afetivas também têm espaço no mundo do crime, pois representam o motivo de 15% dos casos de homicídios. O ciúme se apresenta com várias facetas e os casos de homicídio podem ser motivados pelo envolvimento amoroso da vítima com mulheres de traficantes, pelas brigas de jovens por causa de mulheres não envolvidas com o tráfico, mas também, há casos em que uma das partes foi rejeitada e não aceita o rompimento. Nestas situações, os crimes são caracterizados como passionais.

3.3 CAUSAS ESPORÁDICAS

3.3.1 Latrocínio

Assalto seguido de morte tem a menor parcela de participação neste contexto dos homicídios, mas chegou a atingir 10% do total dos casos. Nas situações levantadas na pesquisa, a forma de coagir a vítima durante o latrocínio foi através de assalto a mão armada com arma de fogo. Foram assassinados sem mesmo oferecer resistência, o que configura situações brutais e covardes.

Estes crimes foram provocados por jovens da mesma faixa etária daquela das vítimas e com o objetivo de furtar objetos de pequeno valor, como celular e corrente de prata, coisas que despertam interesse nos jovens. Este tipo de crime retrata bem a violência da delinquência de Minayo e é fruto de uma necessidade de provar sua existência conforme indica Gomes (GOMES, 2007, apud SANTOS; GOMES, 2008, p. 108-109):

Posteriormente entra-se em uma nova fase, a da admiração pelos jovens, da glorificação dos comportamentos criminosos, da sua adoção como 'moda' e como forma de ascensão social em uma sociedade que nega outras formas de reconhecimento, como o esporte, a arte, a educação, o trabalho, etc.

Camaçari apresenta um forte histórico de jovens que furtam em frente ou nas proximidades das portas das escolas. Os principais objetos na mira destes delinquentes são: bonés, tênis, dinheiro e, o mais desejado, o telefone celular.

3.4 CAUSAS PREVISÍVEIS

3.4.1 Territórios vulneráveis

Territórios vulneráveis, segundo Castel (1997, apud SANTOS; GOMES, 2008, p. 109), são aqueles em que predominam grupos com características de vulnerabilidade social. Sendo assim, vulnerabilidade social é a condição de indivíduos que vivem em grupos heterogêneos submetidos a um processo de precariedade das suas redes sociais, que comprometem sua subsistência. Está associado também a disponibilidade negativa de recursos e o acesso a bens sociais produzidos pelo Estado, sociedade e mercado. A questão que deve ser avaliada é o fato de que os casos estudados aqui foram de jovens que moravam em espaços geográficos justamente nestas condições de pobreza e de descoesão social, ou seja, ausência de atenção de algumas políticas governamentais.

Foi detectado, também, que a maioria dos locais onde moravam as vítimas é tida como área de tráfico de drogas. Em alguns casos, como nos bairros de Nova Vitória e Vila de Abrantes, essa situação é de grande preocupação, como vimos na seção 2 desta dissertação.

No momento atual, existe, na postura de profissionais que lidam com o problema da violência urbana, um forte apelo solicitando o cuidado para não se associar violência à pobreza. É o que orienta Zaluar (2007):

Convém não esquecer que, apesar da enorme desigualdade neste país, pouquíssimos são os jovens pobres que seguem a carreira criminosa, exigindo assim um entendimento especial que considere o contexto social mais próximo de suas ações, tenham eles maior ou menor controle sobre elas [...] ²¹ (ZALUAR, 2007, apud SMITH; DIAS, 2008, p. 198).

A atitude correta, segundo essa concepção, é a de buscar avaliar quanto a desigualdade social é capaz de instigar a violência. Coincidentemente, os territórios onde encontramos, no município de Camaçari, os maiores índices de pobreza são os mesmos em que encontramos os principais focos de tráfico de drogas denunciados pelos comandos das polícias civil e militar.

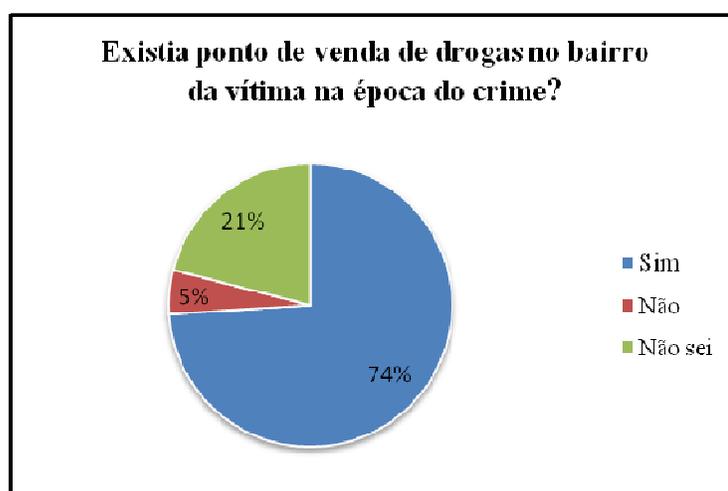


Gráfico 7 – Existência anterior de ponto de venda de droga no bairro da vítima
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

Ao compararmos os gráficos que mostram as respostas sobre pontos de venda de drogas antes e após o crime, verificamos que a realidade deste tipo de comércio pouco mudou nessas localidades. Por mais que o tempo venha passando e que a polícia intensifique suas ações nestes bairros, a diminuição dos pontos de vendas de drogas é pequena.

²¹Esta autora usa como argumento os resultados de pesquisa realizada na Cidade de Deus (um conjunto habitacional da COHB no Rio de Janeiro, que serviu de cenário para um dos filmes brasileiros que tem como mote a denúncia à explosão da violência urbana), indicando que neste lugar o número de pessoas envolvidas nas diversas atividades ilícitas era muito menor do que se dizia. Segundo o levantamento feito, algo em torno de 1% da população total do conjunto.

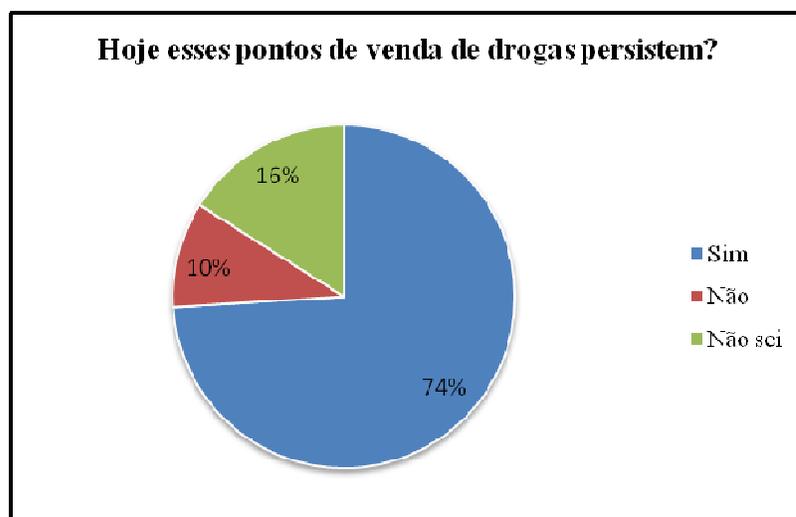


Gráfico 8 – Persistência dos pontos de venda de drogas no momento da pesquisa
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

As alterações ocorridas no que diz respeito à violência, ao longo desses anos em Camaçari, foram geográficas. Houve, na verdade, mudanças de lugares dos pontos de venda onde o tráfico de drogas se abastece. Quando o Estado interfere, inibindo a ação do narcotráfico em um território dominado por ele, há uma necessidade de ajuste nas estratégias desses criminosos, avaliando outros territórios vulneráveis e se transferindo para lá. Isso é uma demonstração de como o crime é dinâmico em suas ações sobre o espaço.

3.4.2 As escolas e o recrutamento de novos traficantes

O contexto histórico da educação de Camaçari, apresentado na seção 2, evidencia o quanto erraram os vários governantes que administraram este município, por deixarem faltar investimentos em educação.

Por ser uma cidade industrial, Camaçari ostenta a fama de cidade rica. Não merece, entretanto este conceito, pois tudo o que apresenta é um crescimento econômico que não se fez acompanhar do equivalente desenvolvimento social.

A falta de planejamento levou ao surgimento de uma sociedade despreparada para o mercado de trabalho, o que favoreceu a ocupação dos altos cargos ofertados hoje pelas indústrias instaladas no Polo Petroquímico e no Polo Automotivo, por mão de obra qualificada vinda de outras cidades do país.

Segundo Viapiana (2006, p. 69), “os estudos mostram, de forma robusta, que um ano de aumento na escolaridade da população produz um aumento de 10% no crescimento

econômico”. Imaginemos o quanto Camaçari se teria desenvolvido se esta relação, capital-educação, tivesse se estabelecido desde a implantação do Polo Petroquímico.

Nas últimas décadas, algumas políticas do governo federal ajudaram a melhorar a qualidade do ensino no país e, conseqüentemente, no município de Camaçari. Foi o caso reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que melhorou a vida do professor e que forçou os municípios a capacitarem seus docentes.

Igualmente importante foi a inserção de dispositivos como o Art. 212 da Constituição federal que define em 25% o percentual mínimo da arrecadação municipal a ser obrigatoriamente investido em educação. É também o caso da promulgação de leis (como o ECA) que obrigam os pais ou responsáveis a garantir a matrícula dos menores de 18 anos nas escolas e de outras políticas sociais que estimulam o jovem a frequentar a escola, de que é exemplo o principal programa social do governo federal, o Bolsa Família.

Todos esses fatores possuem seu grau de importância para o desenvolvimento social e econômico do município. Entretanto, permanece um problema que deve ser avaliado: o de indagar por que as escolas não possuem uma estrutura física atraente para que os jovens passem nelas uma boa parte de seu tempo. Esta falta de estrutura, unida a uma política pedagógica deficiente, estimula o indivíduo a desistir desta obrigação de ir todo dia fazer dever e estudar.

Paralelamente a isso, nas portas das escolas é possível encontrar os fomentadores do crime organizado, associado ao tráfico de drogas, tentando cooptar esses jovens para uma vida criminosa, através da oferta de dinheiro e facilidades que muitas vezes seus pais não têm condições de bancar.

Nos últimos cinco anos, a Secretaria da Educação do município realizou altos investimentos para, na medida do possível, atender às demandas de sua área, dentro do orçamento limitado e dentro da realidade do município, como veremos na seção 4 desta dissertação. Porém os esforços foram insuficientes para alcançar os índices necessários.

Não existe uma política pedagógica que registre e sistematize os dados estatísticos acerca da violência nas escolas. O que se tem é um conhecimento empírico, fundamentado nas reclamações dos gestores escolares, professores e funcionários das escolas que reclamam o quanto os alunos estão violentos e que também denunciam as frequentes investidas dos marginais nas portas das escolas, vendendo drogas às crianças e jovens estudantes.

Outra observação que deve ser feita é quanto às dificuldades que a família, o Estado e a sociedade em geral enfrentam para convencer os jovens de hoje acerca da importância da formação profissional regular e também da necessidade de se possuir um diploma.

Quando essa correlação de forças consegue convencê-los da importância da educação formal, vêm os representantes da criminalidade, na contramão desta dinâmica, arrebatam este jovem, levando-o para a vida de contravenção.

A esse respeito, Gomes (2008, p.158) esclarece:

A incidência de vítimas e vitimizadores na faixa etária correspondente ao período escolar, e a tendência de redução das idades dos envolvidos com crimes que antes eram majoritariamente centrados e típicos da população adulta, indicam um desajuste no processo de desenvolvimento dos jovens e de seu ajustamento à sociedade, funções inequívocas do processo educacional.

A idade média dos jovens envolvidos com a criminalidade está a cada dia diminuindo, e, na opinião do professor Costa Gomes, isso é um reflexo da fragilidade do ECA, que protege os jovens delinquentes da repressão policial, despertando no tráfico de drogas o interesse pelos mais jovens. O que pesa nesta lógica dos empresários do tráfico é que estes meninos não precisam entregar os responsáveis pela boca de fumo, pois sabem que não serão torturados ou não sofrerão qualquer tipo de agressão para denunciá-los.

3.4.3 Jovens expostos ao apelo do consumo

A juventude contemporânea é altamente exposta às pressões da sociedade de consumo. O apelo do consumismo afeta profundamente esta faixa etária, cuja personalidade está em formação e busca ser aceita pela sociedade. Em casos extremos como o que se está estudando, a busca por bens materiais pode levar ao assassinato. Aprofundando esta análise Espinheira (2008) declara:

O fenômeno da banalização da morte está correlacionado com a desvalorização da vida, o que estabelece uma relação negativa de reciprocidade: 'se você tem alguma coisa, você vale alguma coisa; se você não tem nada você não vale nada'. Desvalorizando a si mesmo, o reflexo é a desvalorização do outro, já que não valendo nada o outro também se inscreve nessa mesma apreciação, assim, em conflitos difusos a solução pela eliminação torna-se comum, por que se inscreve como comum a penalidade máxima para uma pessoa que é devedora no comércio de drogas (tráfico) ou que falha na repartição do butim de furtos e roubos. (ESPINHEIRA 2008a, p.75).

Podemos encontrar uma parcela significativa da juventude totalmente desprovida de bens materiais ofertados pelo mercado de consumo, fruto da indústria de bens não duráveis principalmente (tênis, roupas de marcas caras, celulares, *pen drives*, MP, entre outros).

Dados do IBGE confirmam que os jovens são a maioria de nossa população e que vivem em condições sociais precárias, nas quais frequentemente são obrigados a trabalhar

cada vez mais cedo a fim de ajudar no orçamento da família e também para adquirir bens materiais ofertados pelo mercado.

Pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgada em julho de 2009, mostra os índices de informalidade e de desemprego entre os jovens brasileiros quando se refere ao mercado de trabalho. Segundo o relatório, *Trabalho decente e juventude no Brasil*, 67,5% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados ou na informalidade em 2006 (OIT, 2009, p. 25).

É comum os jovens de Camaçari reclamarem que as instituições que oferecem vagas de emprego geralmente exigem experiência e questionam a maneira como vão ter experiência se não têm a oportunidade do primeiro emprego.

Sem emprego, mesmo que informal, a maioria destes jovens não tem dinheiro para o consumo. Sem consumir, como se apresentar em suas respectivas tribos? Esta contradição da dinâmica do mercado de trabalho interfere no sistema do mercado de consumo, além de levar os jovens a uma angústia, principalmente por estarem em uma etapa de formação de personalidade numa sociedade em que “ter” conta muito. Em tal situação, “junta-se a falta de perspectiva dentro de uma sociedade de consumo, que enfatiza a posse, o “ter” ao invés do “ser”, e teremos a situação dos jovens de periferia, que, ao contrário do que o senso comum pode aceitar, é a maioria de nossa população [...]”, como bem enfatiza Gomes (2008, p. 158).

Ao utilizar o conceito de Minayo (seção 1), acerca da delinquência, pretendemos mostrar que esta sociedade do “ter” favorece e estimula o jovem a desejar possuir e usufruir coisas que não condizem com a realidade financeira e com o padrão social em que ele vive. Muitos desses jovens são desta forma traídos pela vaidade e pela inveja. Envolvendo-se com a criminalidade, entendem que poderão, de uma forma mais rápida, usufruir de uma vida mais abastada.

Segundo Gomes (2008, p. 159), existe no senso comum, entre os jovens que se predispõem ao crime, uma máxima norteadora de suas ações: “Vive-se pouco, mas com direito a tudo”.

Esta máxima, absorvida por estes jovens que se envolvem com o crime, acarreta, na realidade, uma média municipal de mortalidade que se situa nos 20,3 anos (já citado). E, mesmo sabendo que o preço pago pelo envolvimento com o crime é muito alto, apostam que vale a pena correr o risco.



Gráfico 9 – Atividade econômica dos jovens assassinados em 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

Os dados do gráfico acima revelam que a maioria (o percentual chega a 55% dos casos) dos jovens que morreram no ano de 2008, em Camaçari, desenvolvia algum tipo de atividade econômica. As informações passadas pelos familiares comprovam que apenas dois deles estavam no mercado formal, representando 10% dos casos pesquisados. Todos os outros desenvolviam atividades no mercado de trabalho informal.

Entre os 15% que nunca trabalharam, coincidentemente, eles tinham o estigma de preguiçosos. Igualmente, 15% foram considerados como desempregados por já se terem registrado em alguma empresa anteriormente. Mas o que surpreende é o fato de, no que se refere aos 15% restantes, suas famílias considerarem como emprego a atividade ilícita de venda de drogas. Este panorama demonstra o quanto necessitamos correr para inibir a proliferação da marginalidade entre este setor da sociedade. Outro aspecto grave é que, mesmo não se envolvendo com a criminalidade, os jovens podem ser vítimas da violência, simplesmente pelo fato de possuírem objetos de desejo de outros jovens que não os possuem.

3.5 OS JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Através de uma enquete realizada com jovens, com intuito de averiguar o que eles vivenciavam da violência e das drogas no município e o que eles fazem com seu tempo ocioso, detectaram-se informações que podem conduzir a um melhor entendimento do modo de viver dos jovens que vivem na cidade e têm um perfil mais ligado à vida escolar.

Quando perguntados se já foram vítimas de algum tipo de delito, 38% dos entrevistados responderam que sim, enquanto os outros 62% responderam negativamente.

Entre os que responderam afirmativamente, o delito consistiu no roubo de seus objetos pessoais, como celular, bonés, relógio e dinheiro.

Quando questionados se eram usuários de algum tipo de drogas, 90% responderam que não são usuários e apenas 10% assumiram o uso de drogas. Porém, nas perguntas seguintes a esta, há uma contradição entre os dados, pois, ao serem indagados (através de pergunta cuja resposta implicava em assinalar a(as) alternativa(s) que melhor se aplicava(m) a seu caso) se usavam ou já usaram algum tipo de droga, 41% das respostas são positivas contrastando com os 10% anteriores (terem experimentado não quer dizer que sejam usuários).

Na verdade, entre esses 41%, 76% são usuários de bebidas alcoólicas, o que evidencia que o fato de a venda dessas bebidas ser autorizada para maiores de 18 anos, a maioria de seus usuários não a considera nociva à sociedade e, por isso, não se inclui no grupo dos usuários de drogas.

Quanto ao tempo ocioso, ele se apresenta bastante agitado. As duas últimas perguntas do questionário procuraram saber o que os jovens fazem quando não estão estudando ou trabalhando e com o que se ocupam nos finais de semana. A Tabela 6 abaixo mostra as respostas obtidas.

Tabela 6 - Atividades dos jovens de Camaçari quando não estão trabalhando ou na escola

N.	ATIVIDADE	%
1	Lazer (praia, passeio na praça, assistir filme, ir a festa, shopping)	22,0%
2	Prática de esportes	12,0%
3	Acessar internet	12,0%
4	Programa de família (ficar em casa, sair com os familiares)	9,0%
5	Atividades religiosas	9,0%
6	Sair com os amigos	8,0%
7	Ler livros	5,0%
8	Assistir à TV	5,0%
9	Descansar	4,0%
10	Namorar	4,0%
11	Fazer nada	3,0%
12	Atividade da escola	2,0%
13	Curso profissionalizante	2,0%
14	Curso de dança	2,0%
15	Estuda música	1,0%
16	Serviço voluntário	1,0%
Total		100%

Fonte: Produzida pelo autor através de dados coletados em uma enquête.

Os itens 9 - descansar - e 11- fazer nada-, são os únicos que realmente demonstram a ociosidade dos jovens, somando um total de 7%. A tabela também mostra o quanto o jovem de Camaçari diversifica suas opções de ocupação, o que é um sinal de multiplicidade de opinião e de gosto, servindo de alerta ao poder público quanto a sua responsabilidade em atender grupos tão heterogêneos.

3.5.1 Jovens fora da escola

A fragilidade do discurso e da participação política, o baixo poder de consumo devido à falta de recursos financeiros, o estigma estabelecido, ao longo dos anos, de que são pessoas sem condições de assumir compromissos sérios, são alguns dos elementos que explicam a falta de investimentos públicos que contemplem as necessidades dos jovens na atualidade. Aliada a tudo isso, temos a irresponsabilidade do Estado, que se junta à falta de pressão política da sociedade, levando a esta situação de descaso em que se encontra parte significativa das escolas públicas e instituições que propõem políticas de atendimento à juventude.

Inquestionavelmente, com as mudanças nas leis educacionais ao longo dos anos e com o amadurecimento político que o nosso país vem conquistando, podemos afirmar que nenhuma instituição que não a escola consegue atrair tantos jovens. Entretanto, a qualidade da educação oferecida a nossa sociedade e a relação de poder que caracteriza o entorno das escolas dificultam as possibilidades de a instituição cumprir o seu papel de local de referência que deve executar nas comunidades onde se localiza.

O poder de sedução que estas instituições devem exercer sobre a juventude ainda está muito distante de ser alcançado. O prédio parece uma prisão. Em muitos casos, o projeto pedagógico é ultrapassado e estas instituições não preparam nossos jovens para nada, nem para o mercado de trabalho e muito menos para vida.

O que um jovem vai fazer então em uma escola? Vai buscar o que? O que a escola tem mesmo para lhe oferecer? A análise de alguns dados acerca dos jovens mortos indica que é necessário associar sua morte e a passagem pela escola.

O tempo médio que um jovem assassinado em Camaçari, no ano de 2008, passou na escola foi de quatro anos e nove meses e, é possível verificar nos dados sobre os jovens evadidos, quanto mais cedo ele saiu da escola, mais rápido ele morreu.

Não há nada que destrua tantas perspectivas de vida, desperdice recursos humanos e ameace mais a insegurança de toda uma nação do que os milhões de seres que não

estudam nem trabalham. E, por não se sentirem ligados a nada, imaginam-se com pouco a perder. (DIMENSTEIN, apud ESPINHEIRA, 2008, p.31).

Dimenstein reforça a idéia de que, quando o jovem sai da escola, seja qual for o motivo, além de comprometer seu futuro, sofre outras consequências ruins para ele, pois acaba ficando com o tempo ocioso. Geralmente se envolve com atividades que não se constituem como cidadania, e isso faz parte da lógica de que o momento (a idade) de se delinear essa cidadania e de definir sua formação profissional é na escola abandonada por ele, e não na rua. Quanto mais cedo o jovem sai da escola, mais cedo ele se envolve com a criminalidade e mais cedo ele morre.

Com base nas respostas da pergunta 17 do Apêndice A, em que se indaga a idade da vítima quando teve o primeiro envolvimento com a polícia, e no seu cruzamento com a resposta 2, que pergunta a idade em que estava quando foi assassinada, foi possível traçar um perfil de quanto tempo esses jovens viveram entre o primeiro contato com a polícia e o dia de sua morte.

Os dados são implacáveis: o tempo médio que um jovem de Camaçari sobrevive após o primeiro envolvimento com a delegacia é de três anos e dois meses. Pode-se considerar pouco tempo para a preservação da vida humana, mas é tempo suficiente para que políticas públicas que possam inverter essas estatísticas sejam implementadas no município e mudar a história de vida dessas pessoas.

3.5.2 Jovens que perderam a referência masculina

O reconhecimento das mudanças estruturais por que vem passando a família brasileira não significa desconectar sua análise do contexto histórico que a construiu. A sociedade contemporânea, fruto da sucessão de ações das décadas pretéritas, mesmo com as interferências do novo formato de família que agora se estabelece, carrega forte influência das características do modelo das famílias anterior.

A inserção da mulher no mercado de trabalho e a necessidade de os avôs trabalharem um pouco mais, fez com que esta última geração de jovens se criasse praticamente sozinha em suas casas com pouca supervisão de um adulto. Porém, uma das principais mudanças desta família moderna que afeta o comportamento e incomoda os jovens, principalmente os do sexo masculino, estão associadas à ausência do pai ou a qualidade da convivência com eles.

A falta de referência masculina para os jovens está intimamente ligada à formação de sua identidade. A cobrança que a sociedade lhe impõe por ser filho abandonado pelo pai, ou

mesmo por ser filho de um alcoólatra, ou de um homem violento lhe provoca um constrangimento que a imaturidade na formação da identidade inerente a idade não suporta,

Souza (2006, p. 25) descreve como funciona a lógica da construção desta identidade:

A nossa identidade, diz Taylor, é formada pelas identificações e escolhas providas por este pano de fundo valorativo seja por afinidade, seja por oposição a elas. A idéia central aqui é a de que apenas formulamos sentido para nossas vidas com base na relação que estabelecemos com as avaliações fortes que formam a referência última da condução da vida do sujeito moderno. Um indivíduo sem referência a esse pano de fundo seria um caso patológico. Identidade é sempre uma matéria que tem a ver com 'redes de interlocuções' (webs of interlocution) que pressupõem um pano de fundo comum para que exista comunicação e até a originalidade humana possível que é aquela que se mantém no horizonte das visões compartilhadas.

As interlocuções citadas acima se referem às trocas de experiências dentro de um processo de socialização do indivíduo. O seio familiar é o primeiro momento desta socialização, por isso referências disciplinadoras são necessárias.

Na seção 3.2.1, foram discutidas as famílias desestruturadas. A seguir, abordaremos um dos motivos que leva a relação familiar chegar a essa condição. Ao detalharmos a informação e a analisarmos sob a ótica da convivência ou da ausência paterna, a relação é bastante significativa (ver Tabela 7):

Tabela 7 - Relação do crime com a convivência ou a ausência do pai

RELAÇÃO PATERNAL	TOTAL	RELAÇÃO COM O CRIME	PORCENTAGEM
Vivia com o pai	40%	Era criminoso	75%
		Não era criminoso	25%
Vivia sem o pai	60%	Era criminoso	33%
		Não era criminoso	67%

Fonte: elaborada pelo autor

A análise dos elementos da tabela indica que 75% (6 do total de 8) dos jovens assassinados que viviam com o pai eram criminosos, enquanto apenas 33% (4 do total de 12) dos jovens que viviam sem pai se tornaram criminosos. *Grosso modo*, poderíamos pensar que é melhor os jovens viverem sem a presença masculina, o que é um equívoco.

Ao aprofundar a análise, verificamos que a diferença dos dados estatísticos está na qualidade da presença masculina no lar. A maioria dos jovens que possuem pais diariamente próximos foi agredida por ele ou viu suas mães e seus irmãos sofrerem agressões. Além disso, esses chefes de família apresentam histórico de alcoolismo.

Quanto aos jovens assassinados que viviam sem o pai e não se tornaram criminosos, verificamos o seguinte: o quantitativo de jovens nesta condição foram 8; somados aos 4 que, vivendo sem o pai, se tornaram criminosos, temos um total de 12, no universo de 20 entrevistas, o que nos prova que 60% dos jovens assassinados em Camaçari, no ano de 2008, viviam em famílias sem a presença masculina, enquanto 40% dos jovens assassinados ou envolvidos com o crime no nosso município foram de famílias com pais morando no lar.

A esse respeito, Biddulph (2002, p.83-84) afirma:

Os meninos cujos pais estão ausentes são estatisticamente mais propensos a violência, a sofrer acidentes, a se meter em confusões, a ter um fraco desempenho na escola e a integrar gangues de adolescentes.

As filhas que crescem longe do pai têm mais propensão à baixa auto-estima, a ter sexo antes de estarem preparadas, à gravidez precoce, ao estupro e a abandonar os estudos. As famílias onde não existe a presença de um homem são geralmente mais pobres e é mais provável que as crianças desçam na escala socioeconômica.

Entre os 81 jovens assassinados em Camaçari no ano de 2008, 6 eram do sexo feminino, enquanto a maioria esmagadora corresponde ao sexo masculino. Estas mulheres assassinadas, na maioria dos casos, foram vítimas do seu envolvimento com homens ligados ao tráfico, ou mesmo de crime passional. A maioria dos crimes está ligada ao tráfico de drogas. Geralmente são jovens de famílias com baixo padrão socioeconômico, moradores de bairros periféricos e que frequentaram a escola por pouco tempo.

Zaluar (1999) sugere uma explicação para justificar o número excessivo de jovens de gênero masculino envolvido com essas mortes e com o crime do tráfico de drogas:

Todavia, a repetição de certos arranjos e associações simbólicas relacionando o uso da arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista das mulheres, o enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente autônomo e livre adquiriam uma forma que permitia vincular a violência a um etos da masculinidade que, posteriormente consideramos um etos guerreiro [...] Nesse etos, era central a idéia de chefe [...] ou de um indivíduo absolutamente livre, que se guiava apenas “por sua cabeça” (ZALUAR, 1999, p. 12).

Atraídos por essa identidade masculina, os jovens, nem sempre os mais destituídos, incorporam-se aos grupos criminosos em que ficaram à mercê das rigorosas regras que proíbem a traição e a evasão de quaisquer recursos, por mínimo que sejam. Entre esses jovens, no entanto, são os mais destituídos que portam o estigma de eternos suspeitos, portanto incrimináveis, quando são usuários de drogas, aos olhos discriminatórios das agências de controle institucional. (ZALUAR, 1999, p. 12).

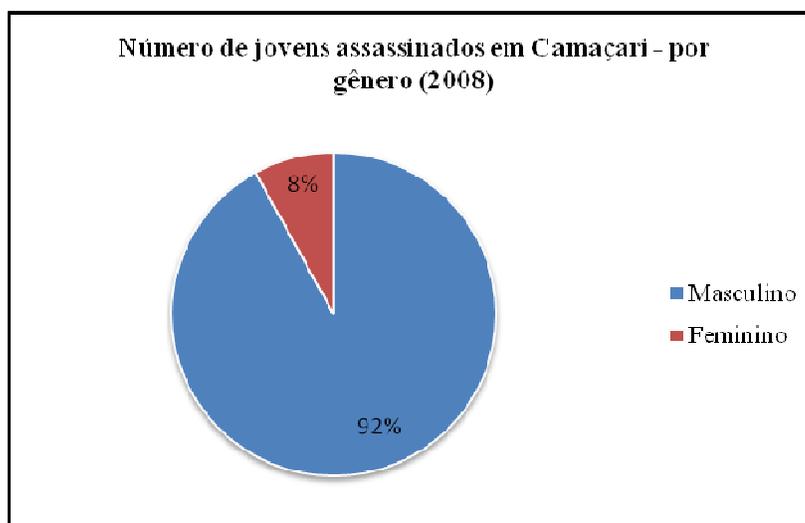


Gráfico 10 – Número de jovens assassinados em 2008, por gênero pesquisa quantitativa
 Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

O gráfico acima foi elaborado com os dados da pesquisa quantitativa, a partir do total de jovens assassinados no ano de 2008, no município de Camaçari. Podemos ver que ele representa uma divisão por gênero, com maioria esmagadora de jovens do sexo masculino. Apesar de não trazer novidade para esse tipo de pesquisa, ele reforça a participação deste gênero como principal vítima deste tipo de crime.

O gráfico abaixo foi elaborado com os dados da pesquisa qualitativa e corresponde à proporção de gênero encontrado no total de jovens assassinados no ano de 2008 no município de Camaçari, refletindo uma parcela do total. Embora os números não sejam idênticos, a proporcionalidade entre vítima feminina e vítima masculina é mantida.

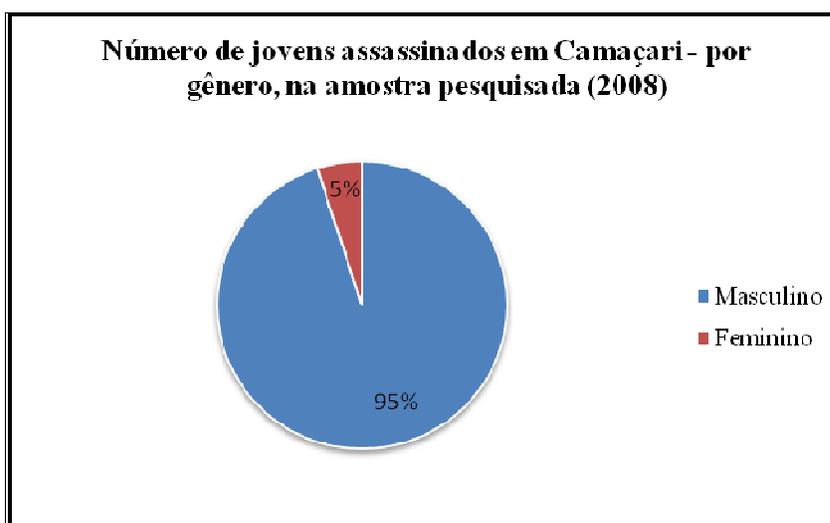


Gráfico 11 – Número de jovens assassinados, por gênero, na amostra pesquisada – pesquisa qualitativa
 Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

O que leva a se ter um cuidado especial com os jovens do sexo masculino, além das estatísticas, são as orientações de profissionais das áreas de psicologia e psiquiatria que geralmente afirmam a tendência dos jovens homens a não suportarem a sensação de perda nem as dores que as mulheres da mesma faixa etária conseguem suportar. As frustrações são inerentes aos dois, mas as mulheres têm mecanismos de superação mais eficazes. Veja-se, por exemplo, a afirmativa a seguir:

Seja causa hormonal ou ambiental, não há dúvida de que essas diferenças entre cérebros de homens e mulheres existem. Por causa da maior conexão entre os hemisférios, as mulheres que sofrem derrame cerebral em geral se recuperam mais rápida e completamente do que os homens. O cérebro delas consegue ativar novos caminhos entre a metade danificada e a sadia, restabelecendo as funções. Pela mesma razão, as meninas com dificuldade de aprendizagem melhoram depressa quando recebem acompanhamento. Os meninos são mais suscetíveis a problemas resultantes de danos causados ao cérebro durante o nascimento. Esta pode ser a explicação para o grande número de garotos com dificuldade de aprendizagem, autismo e outras disfunções. (BIDDULPH, 2002, p. 56).

Sinteticamente, apresenta-se acima uma entre tantas explicações para uma maior frequência da presença masculina no mundo do crime. Apesar de haver maior aptidão do homem para a violência, isso não quer dizer que os envolvidos com a criminalidade sejam casos irreversíveis.

Além de ser a minoria nas estatísticas da criminalidade, as mulheres assassinadas aqui têm um atenuante, que é o fato de terem sido vítimas do envolvimento com rapazes criminosos, ou seja, dentre estes 5% ou 8%, na sua maioria não tinha envolvimento direto com a criminalidade.

3.5.3 Jovens negros e pardos

Diferentemente das discussões em relação à questão religiosa, sabe-se que, em Camaçari, a maioria dos jovens e da população em geral é de cor negra ou parda. A quantidade de jovens mortos acompanha, de forma uniforme, a proporção da população correspondente a cada grupo de cor. O alerta faz-se necessário ao verificar que, dos jovens negros ou pardos que morreram, todos são de família de baixa renda.

Mesmo os homicídios ocorrendo de forma proporcional as etnias da população, isso não justifica a falta de empenho do Estado para detê-los. É preciso criar mecanismos que diminuam a exclusão promotora destes crimes conforme alerta Santos e Gomes (2008):

A violência não é localizada em um determinado espaço e tempo, classe social, raça e gênero, ela é plural, tanto no processo de vitimização, quanto na autoria, atinge a todos os grupos em maior ou menor escala, porém jovens negros, pobres, moradores de bairros periféricos são as maiores vítimas da violência institucionalizada pela desigualdade. A falta de equipamentos, serviços públicos e áreas de lazer, de

convivência, crescimento urbano desordenado e excludentes fazem aumentar o apartheid social, a violência e sua percepção. (SANTOS; GOMES, 2008, p.112).

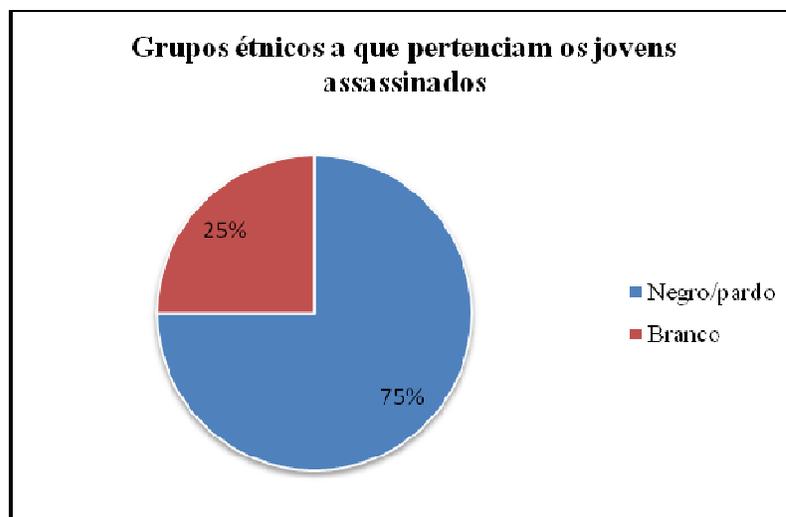


Gráfico 12 – Grupos étnicos a que pertenciam os jovens assassinados

A pesquisa que fundamenta este estudo não se propunha apenas a identificar a distribuição étnica dos que morrem, mas identificar, sim, os locais de maior incidência da violência, a faixa social da população mais vitimada, para que sejam criadas políticas públicas que melhorem e protejam esses setores da sociedade de Camaçari independentemente do grupo étnico mais frágil.

Kilsztajn (2005) lembra a importância das ações afirmativas como mecanismo para contornar as dificuldades históricas que promoveram esta situação de desigualdade que se encontra hoje a população de origem afro-descendente:

As políticas de ação afirmativa, de caráter temporário e que estão sendo tardiamente implementadas hoje no país, visam a compensar a população afro-descendente pelos obstáculos que enfrentaram e continuam enfrentando na afirmação de sua plena cidadania. Neste sentido, vale lembrar, o importante não é simplesmente a igualdade de direitos, mas sim a igualdade de oportunidades de acesso à educação e ao emprego. (KILSZTAJN, 2005, p.1415).

3.6 OS JOVENS MAIS PROTEGIDOS

A proteção de que os jovens precisam ultrapassa os limites da segurança pública e pode-se dizer que esta, em alguns momentos, é dispensável ou pelo menos deveria ser.

Partindo do princípio de que a escola é um centro de referência e de proteção para as crianças e os jovens, qual a necessidade das rondas policiais nas unidades escolares? A escola

há muito que não está cumprindo o seu papel de formar jovens cidadãos de bem e passou a ser um local de cooptação de aprendizes do crime.

Durante a etapa de levantamento dos dados da pesquisa que se relata aqui, algumas questões norteadoras mostraram que o tipo de vida que levam as pessoas mais velhas ou mais jovens do que as que pertencem à faixa etária em estudo, faz delas pessoas menos vulneráveis à violência.

Outra questão a ser debatida diz respeito à participação mínima de jovens religiosos e também daqueles com mais alto grau de instrução e anos de estudo entre aqueles envolvidos com o crime.

3.6.1 Jovens mais religiosos

A religiosidade dos pais não é condição suficiente para fazer com que os jovens frequentem os cultos de suas respectivas denominações religiosas. Os dados confirmam que, apesar de 95% dos jovens assassinados terem a sua família ligada a uma religião específica, na maioria dos casos estes não acompanhavam seus pais.

O caso dos jovens filhos de famílias evangélicas chama mais atenção, pois, como foi dito, além de ser o de maior número, com 55% das mortes, sua ligação com o crime representa uma afronta aos preceitos religiosos pregados pelos defensores desta linha de pensamento.

A doutrina evangélica, pentecostal ou neopentecostal, é uma religião mais rígida e disciplinadora. As famílias que a seguem geralmente carregam mais seus filhos para a igreja e a lista das proibições é mais extensa que as apresentadas pelas demais religiões.

A lógica predominante levaria qualquer um a supor que seria menor o número de jovens evangélicos entre as vítimas da violência, pois seu envolvimento com este submundo deveria ser menos frequente. Uma explicação mais aceitável é a de que estes jovens não frequentavam a igreja com seus pais ou haviam deixado de frequentá-la há um bom tempo. Uma prova disso é que jovens evangélicos que eram assíduos na igreja, na maioria dos casos, não entra na estatística de envolvidos com drogas ou com a criminalidade, embora um número significativo tenha sido vítima da violência a que todos nós estamos susceptíveis.

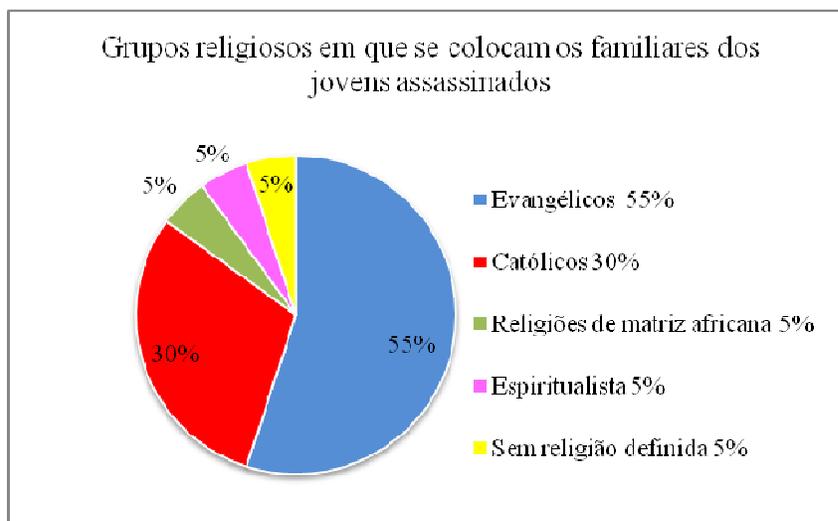


Gráfico 13 – Grupos religiosos a que pertencem os familiares dos jovens assassinados

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa (2010).

Os dados relativos aos jovens católicos surpreendem. Eles são maioria no nosso município, no entanto não constituem maioria entre as vítimas, uma vez que correspondem a apenas 30% do total de jovens assassinados no ano de 2008.

Esta situação também se assemelha ao caso dos evangélicos, quanto ao envolvimento com a criminalidade e quanto ao acompanhamento dos familiares aos templos religiosos. No caso de jovens praticantes das religiões de matriz africana e espiritualista, cada denominação religiosa se apresentou com um caso, o que corresponde a 5% do total.

Relatos dos pais confirmam que seus filhos estavam mais protegidos quando freqüentavam a catequese ou o grupo de jovens da igreja ou de outro templo. Confirmam ainda que nunca tiveram envolvimento com nenhum tipo de droga nesta fase de suas vidas, mas passaram a se envolver quando se distanciaram da igreja e fizeram amigos longe deste ambiente.

Há ainda o fato de que estes jovens religiosos são mais cobrados quanto a seu comportamento, e esta cobrança vem não só do seio familiar, mas de todos os que os cercam. Esta supervisão permanente o inibe a se envolver com atividades de caráter duvidoso.

3.6.2 Jovens universitários

Entre os jovens assassinados no ano de 2008, não há registro de que tenha havido um só caso de jovem universitário e, entre os 20 casos que foi possível pesquisar, nenhum chegou a este patamar do conhecimento.

Ao se lamentarem da morte de seus filhos, os pais são taxativos quanto à importância da escola na vida deles. Ratificam que o primeiro passo para o envolvimento com a vida criminosa foi sua saída da escola. Em seguida falam do envolvimento com as más companhias e a falta de oportunidade de emprego ou de algum curso para os jovens estarem com o tempo ocupado.

Talvez esta seja uma explicação possível para o fato de os jovens universitários estarem bem longe destas estatísticas. O mundo das drogas em que os universitários se veem envolvidos é encarada com uma certa aura de romantismo, como se fosse uma nova descoberta e a procura de uma liberdade até então tolerável.

O uso da maconha, por exemplo, é discutido com a maior naturalidade e, na sua maioria, seus usuários não fazem questão de esconder esta prática.

O estudante universitário também tem pouco tempo disponível para se envolver com a criminalidade. Os estudos ocupam muito seu tempo, e muitos têm que trabalhar para custear seus gastos, pois geralmente trabalham de dia e estudam à noite.

Outra razão para o distanciamento do universitário em relação ao mundo do crime são as oportunidades de estágio e da realização de cursos complementares a seus estudos em maior número. Como explica Espinheira (1994):

Poderíamos dizer, e sem exageros, mas também sem se constituir em 'propaganda enganosa', como falsas promessas, que o acesso à Universidades requer o fortalecimento do capital social desses jovens, o que não pode acontecer sem que essas instituições de ensino superior se abram para o diálogo com seus cursos de extensão e seus acessos a estagiários, rompendo as fronteiras simbólicas que separavam o 'povo' – o "popular" da 'elite' acadêmica. A *des-aristocratização* do ensino superior introduz no mundo subjetivo do jovem a universidade como uma possibilidade [...] como algo que lhe parece muito próximo de realização segundo suas capacidades. (ESPINHEIRA, 1994, apud ESPINHEIRA, 2008, p. 242-243).

É comum ao jovem universitário a frequente prática de esportes, os passeios a *shopping centers*, shows de artistas da MPB, maior acesso a arte e a cultura, cinema, teatro por exemplo. Tudo isso lhe dá um novo horizonte, protege-o da possível investida da criminalidade.

Por mais que a origem de um jovem seja humilde, ao se tornar universitário, ele passa a projetar para si mesmo um padrão de vida até então impossível de alcançar. A própria dinâmica do meio em que ele passa a conviver o leva a isso.

O uso de drogas não é exclusivo de qualquer padrão social, e o crack, hoje em dia, atinge as mais abastadas famílias, o que prova que o tráfico de drogas chega também a quem estuda e aos mais ricos. O que se está colocando aqui é que a atenção maior ao jovem, com

investimentos pesados em educação e em outras políticas públicas realmente voltadas para este setor da sociedade, pode ser capaz de diminuir consideravelmente o número alarmante de homicídios que temos hoje no município de Camaçari atingindo jovens em plena juventude.

Para se construir como um crime típico dos existentes em Camaçari se forma, é preciso descrever uma rede de problemas e de características inerentes a esta sociedade. Isso não quer dizer que Camaçari detém exclusividade em qualquer tipo de homicídio, apenas pretende-se indicar a responsabilidade de seu contexto de construção social, histórico, econômico e político que conduziu à existência de situações que terminam com um número significativo de jovens assassinados.

A sociologia empresta vários conceitos esclarecedores que foram aqui trabalhados, principalmente no que se refere ao envolvimento das vítimas com o submundo do crime. As armadilhas que envolvem a juventude com este meio estão associadas à oferta de uma vida de fartura e de prazeres, sem compromisso com as leis e rompendo com toda e qualquer regra de convivência social.

Há, porém uma expectativa legítima de resgatar os jovens de seu destino final, quando se considera o papel da escola e da educação na construção do indivíduo integral, além de avaliar que ferramentas básicas de convivência são utilizadas como fomentadoras de uma sociedade equilibrada e harmônica.

4 AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE

Discutir políticas públicas de juventude requer uma compreensão do mundo que o jovem estabelece como seu e em que ele realmente vive. É preciso também respeitar seus gostos e faz-se necessário aplicar essas políticas de forma que atenda suas várias “tribos”.

Esta última seção mostra todas as ações públicas voltadas para a juventude camaçariense, com investimentos genuinamente públicos. A pesquisa não teve como objetivo incluir dados provenientes de projetos de orientação e de assistência juvenil que estejam fora do controle estatal.

A análise individual de cada ação ou projeto tem como finalidade verificar a conectividade entre as várias políticas públicas voltadas para este setor da sociedade e a capacidade de intervenção social, o que ajudará a caracterizar o perfil desta rede de serviços e de proteção social. O significado de proteção social condiz com o que pensa Castel (2005) em seu livro *A insegurana social : o que é ser protegido?*, em que propõe um “novo regime de proteção social” baseado na flexibilidade das proteções principalmente com intuito de atender as populações em processo de exclusão. Esse novo regime valoriza a combinação entre a criação de novos projetos que atendam a um número maior de pessoas e à individualização das proteções como nos programas de renda da inserção, visando à reintegração das pessoas em dificuldade ou que estão a margem da sociedade sem o direito a acesso a bens básicos como alimentação.

Este ponto de vista de Castel pode ser complementado quando se considera o que pensa Ramos:

Neste sentido, falar de proteção social significa reiterar a importância do Estado e da sociedade civil, lembrando que a economia não é somente capital, fatores de produção e mercado. A economia é também gente, trabalhadores, famílias, desejos, paixões, necessidades, aspirações que devem ser regulados de uma maneira que beneficie a todos. É a partir dessa visão que ressaltamos a importância da simetria que deve existir entre uma sociedade civil forte e um Estado democrático. (RAMOS, 2008, p.149).

Em levantamento realizado junto às secretarias municipais da Prefeitura de Camaçari e em visitas a instituições que oferecem oportunidades ao público jovem com diversas linhas de ações, verificamos o quanto é extenso o leque de opções de políticas públicas voltadas a juventude do município. São mais de quarenta projetos, programas, órgãos e ações em funcionamento, que fazem mais de 60 mil atendimentos a crianças e jovens anualmente. Porém, nem todas são políticas públicas específicas, mas o público jovem tem uma significativa parcela de benefício.

O critério utilizado para considerar essas 44 ações como políticas públicas juvenis parte da análise do seu objetivo, do projeto político pedagógico e do público atendido. Em significativo número dos casos, o critério do público atendido é bastante elástico, englobando programas que atendem desde crianças até idosos. Algumas destas políticas possuem boa intervenção na orla do município de Camaçari, mas a sua ampla maioria se encontra funcionando na sede.

Dentro desta rede, foram detalhadas as 18 políticas públicas que, em seus projetos pedagógicos, propõem interferir diretamente no combate à vulnerabilidade social e criminal dos jovens. Para melhor entendimento, elas foram classificadas em pró-ativas, preventivas e repressivas, baseadas no conceito de Costa Gomes, em seu livro *Segurança e educação: uma abordagem para construção de um sistema de medidas pró-ativas, preventivas e repressivas coerentes com a realidade da juventude* (2008), diferentemente da forma de classificação utilizada pelo Ministério da Ação Social e, conseqüentemente, pela PMC.

A Sedes é a principal articuladora destas políticas sociais e as considera como uma rede de proteção social. Como já foi dito, o critério de classificação é o mesmo utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Por isso, dentro desta rede estabelecida por eles, há uma subdivisão em:

- a) serviço de proteção social de baixa complexidade, que atende pessoas que convivem em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, tanto no sentido da falta de bens materiais básicos como alimentação, quanto a elevados índices de violência física;
- b) serviço de proteção social de média complexidade, que atende pessoas que teve seus direitos violados, incluindo aí os casos de abuso sexual, de agressão doméstica e de maus tratos, entre outros.

Usaremos aqui a definição de risco social para os casos em que o jovem encontra-se em perigo associado a criminalidade e exposto a condição de subcidadania. São considerados nesta categoria os jovens que, mesmo não tendo ainda sofrido nenhum tipo de violência grave convivem com uma realidade social necessitando de atenção especial. O conceito de dano social será utilizado para reportar aos casos em que os jovens sofreram ou cometeram danos físicos graves e que em alguns casos chegaram à condição de óbito.

Os riscos dizem respeito a danos possíveis, mas ainda não concretizados e mais ou menos improváveis, que resultam de uma decisão e, por assim dizer, podem ser produzidos por este modelo vigente de sociedade em relação às tomadas de decisões. Ressaltem-se: decisões que não visem ao bem-estar da sociedade incrustada no território. Destas decisões, temos, como fator caracterizador, a

ausência de segurança e a presença de contingências. Infelizmente, estes são elementos constitutivos da sociedade pós-moderna. (FERREIRA, 2009, p. 68).

O panorama apresentado por esta dissertação destaca mais uma questão a ser refletida: o aumento da violência contra jovens é um fato incontestável e o Estado, nos últimos sete anos, implementou 65%²² das atuais políticas públicas de Camaçari. Cabe então algumas indagações: essas políticas são realmente eficiente e eficazes? Estão servindo para dar segurança aos jovens ou simplesmente são um reflexo do medo do Estado de perder o controle das coisas?

A sociedade industrial, também considerada salarial, gera a sociedade do risco, nas quais a ciência e as leis são atingidas pelas dúvidas, enquanto o mercado e as privatizações triunfam, fazendo presente o medo. Neste estágio, a sociedade do risco substitui o Estado do Bem-estar Social, vindo a tona os dogmas da segurança ou da insegurança. (FERREIRA, 2009, p. 69).

O Estado do bem-estar social a que Ferreira se refere, é que deve promover a proteção social necessária e esta proteção social é a condição para formar uma sociedade de iguais.

Ser protegido em uma sociedade moderna, em uma sociedade de indivíduos é poder dispor de direitos e de condições mínimas de independência, lembrando que a proteção social não é somente a concessão de benefícios, mas uma condição básica para todos. A proteção social é a condição para formar uma sociedade de semelhantes, o que podemos chamar de democracia. (CASTEL, 2005, apud ROSÁRIO, 2005, p. 187).

Classificados pelas esferas de poder que os mantêm (governo municipal, governo estadual e governo federal), esses programas e projetos representam uma esperança de políticas públicas que podem ajudar os jovens de Camaçari a se perceber como um cidadão que tem livre escolha na busca de uma identidade e de uma vida social saudável.

Muitas políticas aqui identificadas vão além da proposta de lazer e cultura. Algumas indicam uma formação profissional, uma melhoria no conhecimento propedêutico, além de propiciar a estes jovens a oportunidade de trilhar seu caminho com uma maior bagagem curricular.

Algumas dessas políticas propõem contornar as adversidades encontradas ao longo da vida por alguns jovens, tais como a prostituição e envolvimento com o tráfico de drogas, que são consideradas as mais recorrentes em busca do caminho para o “dinheiro fácil”. Em casos que o jovem possui pendência com a lei, a proposta é buscar meio de reintegrá-lo a sociedade.

Ao longo da pesquisa, foram identificados 23 programas e ações municipais, 10 programas e ações estaduais e 11 programas e ações federais. Em algumas situações,

²² Ver gráfico 14 desta dissertação.

programas federais ganharam uma nova roupagem no Estado: sendo assim, não foram contabilizados para não haver duplicidade. Houve também programas federais que tiveram sua ampliação com recursos do próprio município, como foi o caso do Alfabetiza Camaçari, uma cópia do Brasil Alfabetizado considerada pelo governo municipal um “plágio” bem sucedido. O quadro abaixo apresenta as informações pertinentes a todos esses programas.

ESFERA DE PODER: FEDERAL					
Item	Ação	Tempo ⁽¹⁾	Público-alvo	Atendimento/ ano	Principal mantenedor
01	Brasil Alfabetizado	5 anos	Jovens, adultos e idosos	1500	Seduc
02	IFBA	3 anos	Jovens acima de 14 anos	400	MEC
03	Mais Educação	1 ano	Alunos do ensino fundamental e médio	3800	MEC
04	Mulheres da Paz ⁽³⁾	1 ano	Mulheres a partir dos 18 anos	100	Ministério da Justiça/Sedes
05	Pelc	6 meses	Jovens de 15 a 27 anos	220	Ministério da Justiça
06	Peti	8 anos	Crianças e adolescentes de 7 a 15 anos	1200	Ministério do Desenvolvimento Social
07	Pronasci	2 anos	Jovens de 15 a 24 anos	Item 04+05	Governo Federal
08	Prouni	7 anos	Estudantes Universitários	+ 250	Governo Federal
19	Próximo Passo	1 ano	Beneficiários do Bolsa Família	264	Ministério do Desenvolvimento Social
10	Segundo Tempo	3 anos	Crianças e adolescentes de 10 a 15 anos	2200	Ministério dos Esportes
11	UAB	3 anos	50% professores da rede municipal e 50% demanda social	600	MEC/Seduc
ESFERA DE PODER: ESTADUAL					
Item	Ação	Tempo	Público-Alvo	Atendimento /ano	Principal mantenedor
01	Casa de Semiliberdade	1 ano	Jovens em pendência com a lei	20	Sedes Estadual
02	Centro de Inclusão Digital	5 anos	População do entorno que não possui acesso a internet	72 mil	Secretaria Estadual de Ciências e Tecnologia
03	Ceteb	9 anos	Estudante do Pós-Médio e Nível Médio	755	SEC- Estadual
04	Cursos Técnicos em Escolas Estaduais	3 anos	Jovens no Ensino Médio	1000	SEC-Estadual
05	Comissário de Menores	40 anos	Crianças e jovens até 17 anos	1000	Tribunal de Justiça
06	Proerd	2 anos	Crianças e adolescentes do 5º ano	400	12º Batalhão da PM

ESFERA DE PODER: ESTADUAL					
Item	Ação	Tempo	Público-alvo	Atendimento/ ano	Principal mantenedor
07	Protejo	1 ano	Jovens de 15 a 24 anos	48	Ministério da Justiça/ IAT-SEC-Ba.
08	UNEB Campus Camaçari	10 anos	Estudantes que concluíram o ensino médio	930	SEC- Estadual
09	Universidade Para Todos Pré-Vestibular	7 anos	Estudantes egressos de escolas públicas	400	SEC- Estadual/UNEB
10	Primeira Vara Especial da Infância e Juventude	3 anos	Crianças e adolescentes até 18 anos	1000	Tribunal de Justiça
ESFERA DE PODER: MUNICIPAL					
Item	Ação	Tempo	Público-alvo	Atendimento / ano	Principal mantenedor
01	Adolescente Aprendiz	6 anos	Jovens de 16 a 18 anos	250	Sedes
02	Alfabetiza Camaçari	4 anos	Jovens , adultos e idosos	1500	Seduc
03	Bolsa Estágio Nível Médio	11 anos	Jovens de 16 a 20 anos	100	Secretaria de Governo (Segov)
04	Bolsa Estágio Nível Superior	11 anos	Jovens acima de 16 anos	100	Segov
05	Bolsa Universitária	11 anos	Jovens acima de 16 anos	800	Segov
06	Casa da Criança e do Adolescente	21 anos	Crianças e adolescentes de 7 a 17 anos	1750	Sedes
07	Cidade do Saber	3 anos	Pessoas de 5 a 80 anos	70000	Gabinete do Prefeito (Gabip), Seduc, Secult e Sedel
08	Conselho Tutelar	15 anos	Crianças e jovens de 0 a 21 anos	500	Sedes
09	Coordenação de Juventude	1 ano	Jovens de 13 a 29 anos	Não há estatísticas	Segov
10	Cras	5 anos	Toda a família	1000 famílias por unidade (são 9 Cras)	Sedes
11	Creas	5 anos	Jovens e suas respectivas famílias com alta vulnerabilidade social e à violência	Não há estatísticas	Sedes
12	Cidade Técnica Universitária	Em construção	Complexo educacional	Em 2010 os 400 jovens do IFBA já citados	Seduc
13	Fanfarras Estudantis ⁽²⁾	33 anos	Crianças e jovens de 7 a 25 anos	384	Secult

ESFERA DE PODER: MUNICIPAL					
Item	Ação	Tempo	Público-alvo	Atendimento/ ano	Principal mantenedor
14	Gerência da Criança e do Adolescente	1 ano	0 a 18 anos	Itens 01+06 deste quadro	Sedes
15	Observatório de Combate a Violência	3 anos	Todo cidadão	200	Secretaria de Promoção da Mulher
16	Observatório Parlamentar da Juventude	3 anos	Jovens de 16 a 20 anos	60	Câmara de Vereadores
17	Pemse	1 anos	Adolescentes em situação de ato infracional	4	Sedes
18	Sedel*	Acima de 8 anos	Toda comunidade	Não há dados exatos	Prefeitura Municipal de Camaçari (PMC)
19	Sedes*	Acima de 8 anos	Pessoas com vulnerabilidade social	Não há dados exatos	PMC
20	Seduc*	Acima de 8 anos	Toda Comunidade	Não há dados exatos	PMC
21	Tiro de Guerra	11 anos	Jovens que completaram 18 anos	40	Segov
22	Transporte Universitário	10 anos	Estudantes Universitários	4000	Superintendência de Transportes Terrestres (STT)
23	Cesme	3 meses	Pessoas dependentes do uso de álcool e drogas	28	Sesau

Quadro 6 - Políticas públicas de atendimento a juventude de Camaçari

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa.

Notas: ⁽¹⁾ Corresponde ao tempo de existência da ação no município de Camaçari

⁽²⁾ Em Camaçari existem 4 fanfarras, sendo assim, para chegar a essa idade foi utilizado com parâmetro a mais antiga do município que é a Banda Municipal de Camaçari - Bamuca

⁽³⁾ Destaque em negrito para as ações em que o projeto pedagógico e a missão estão voltadas para a proteção do jovem em relação ao mundo do crime.

* As três secretarias ganham destaque em virtude do fato de a maior parte de seus recursos terem interferência direta na vida dos jovens.

Com tudo isso, os veículos de comunicação denunciam o genocídio da juventude de Camaçari, através de *sites*, jornais e emissoras de rádio, locais e da região metropolitana. Esta realidade nos faz questionar: por que tantos projetos que pressupõem ações socioeducativas não estão fazendo efeito na nossa sociedade?

As respostas devem ser muitas para esta pergunta, mas talvez uma delas esteja esboçada no gráfico abaixo, que mostra a falta de continuidade das ações que buscam sanar

esses problemas. A maioria das políticas públicas voltadas para a juventude tem pouco tempo de existência.

O Gráfico 14 evidencia que políticas para a juventude, implantadas entre 1 e 4 anos, são responsáveis por 53% das atividades, enquanto 11% delas têm entre 5 e 6 anos de existência e apenas 36% dos projetos hoje em execução estão implantados há mais de 6 anos.

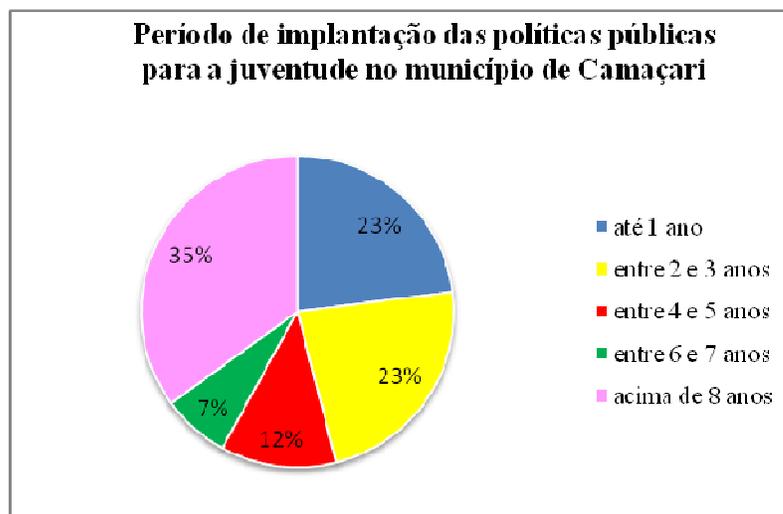


Gráfico 14 – Período de implantação das políticas públicas para a juventude
Fonte: Elaboração do autor, com base em dados da pesquisa

Camaçari possui um dos maiores PIB *per capita* do país (R\$: 48.362,00 - segundo o IBGE, 2007) e, só com a educação, nos últimos 10 anos (segundo o TCM-Tribunal de Contas dos Municípios) investiu mais de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), além de outras secretarias e instituições das três esferas de poder que atendem esse público que devem, na soma, ter investido outro volume desse recurso no mesmo período.

Levando em consideração que 20% da população de Camaçari encontram-se na faixa etária ente 15 e 24 anos e que boa parte desses recursos foram destinados a um total de 39 mil jovens, verifica-se que os efeitos são lentos na melhoria de sua qualidade de vida.

As estatísticas que envolvem violência contra jovens de Camaçari são mais dolorosas de analisar que os dados da capital baiana. Salvador também possui 20% de jovens na faixa etária entre 15 a 24 anos, porém seus índices de violência e vulnerabilidade social são mais favoráveis. Com os mesmos critérios com que o município de Camaçari foi avaliado, Salvador posiciona-se em décimo primeiro lugar na Bahia e octogésimo quarto lugar no Brasil.

Em termos de comparação, Camaçari é apontado pela OEI (2007, p. 107, 110 e 178) como o quinto município que mais mata jovens na Bahia com arma de fogo, enquanto Salvador aparece como o sétimo colocado. Quando a análise é feita com base no critério de homicídio juvenil, sem levar em conta que tipo de arma foi usado para o crime, Salvador aparece em décimo quarto lugar, distanciando-se ainda mais de Camaçari, que permanece em quinto lugar.

O Ministério da Justiça (2009, p. 27-28) mostra que, entre os 43 municípios de maior vulnerabilidade social e violência do país, Camaçari se apresenta em quarta colocação enquanto Salvador nem aparece na lista.

Salvador possui um total de 557 mil jovens e, neste mesmo período, destinou proporcionalmente um valor financeiro muito inferior aos investimentos feitos por Camaçari (TCM). Estes dados são uma prova de que não basta ter recursos para que os projetos dêem certo precisa-se de seriedade da gestão pública no acompanhamento dos projetos e programas de atendimento a este setor da sociedade.

Salvador não é nenhum paraíso para que os jovens vivam com total segurança, apenas foi utilizada como referência para mostrar que não é apenas o tamanho da população ou o volume dos recursos que definirá a capacidade gerencial dos governos acerca da qualidade das políticas públicas propostas à sociedade.

Faz-se necessário lembrar também que nem toda política pública juvenil consegue afastar o jovem da violência e da criminalidade, porque nem todas trabalham com esse objetivo. Sendo assim, não adianta colocar um projeto social em determinada comunidade, pensando que ele por si só resolverá os problemas relacionados àquela proposta. É imperativo acompanhar a execução do projeto político-pedagógico com mais compromisso.

A ONU é clara quando afirma que os temas centrais de uma política de juventude devem ser aqueles que compõem a própria agenda de desenvolvimento do país, notadamente: meio ambiente, saúde, educação, cultura, justiça, trabalho, esporte, turismo e lazer.

Uma política de juventude deve ter como eixo norteador o estímulo à capacidade do jovem em lidar com seus problemas, fornecendo mecanismos para que ele se afirme socialmente e tenha pontos de referência. Deve estabelecer valores e princípios que comprometam os jovens com as outras gerações, pois somente desta forma a juventude responderá positivamente às expectativas sociais a seu respeito, sendo uma efetiva protagonista social no pacto de desenvolvimento humano.

A falta de continuidade de alguns projetos governamentais que são implantados e que são esquecidos nos anos seguintes dificulta a construção da credibilidade perante a sociedade.

Desta forma, é questionada a capacidade dos governos em relação ao compromisso de proporcionar aos jovens políticas públicas que lhes promovam uma ascensão social ou até mesmo que os ampare.

A falta de entrosamento mais sistemático entre os órgãos encontrados em esferas de poder hierarquicamente diferentes inibe o alinhamento entre as políticas públicas das várias espécies, mais principalmente entre as que dizem respeito à juventude.

As três secretarias do governo municipal que estão mais próximos da população e que entram diariamente em suas casas são: Seduc, Sesau e Sedes. A Sedes e a Seduc apresentam-se em Camaçari como as principais secretarias estimuladoras para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para jovens.

Porém, quando o assunto é políticas públicas juvenis de combate a e proteção contra violência, as secretarias de Educação (Seduc) e Saúde (Sesau), apesar de possuírem os maiores orçamentos e a maior rede física de atendimento às comunidades (controlam Unidades Escolares (UE) e Postos de Saúde da Família (PSF)), desempenham um papel secundário neste combate e na proteção de jovens envolvidos ou não com o mundo do crime.

As políticas desenvolvidas pela Sesau são ainda mais tímidas que aquelas operacionalizadas pela Seduc, chegando a fazer um papel de coadjuvante no processo de combate ao uso de entorpecentes. Mas o grande problema está no fato de as duas secretarias não interagirem na intensidade que o problema da droga exige no município de Camaçari. Podem-se creditar a este problema administrativo três fatores básicos: primeiro, a falta de um setor responsável, nestas duas secretarias, pelas ações que combatam o uso e o tráfico de drogas entre jovens, principalmente nas escolas. Segundo, a permanência da visão estreita de que drogas é um problema de polícia, reforçando essa falta de interação entre estas secretarias, a polícia e a comunidade escolar. O terceiro fator é a grande quantidade de programas específicos pelos quais hoje cada secretaria se responsabiliza e, por isso, nenhuma quer assumir mais uma responsabilidade que em tese não está diretamente ligada a sua função.

Entre as 44 políticas que atendem a juventude no município de Camaçari, 11 vinculam-se diretamente ao governo federal. Entre estas 11, apenas o Prouni, não precisa de interferência do governo municipal, as demais só são executadas por causa desta intervenção.

Entre as 10 políticas ofertadas pelo governo estadual, a Casa de Semiliberdade é a única administrada por uma ONG, 5 dependem de intervenção municipal e apenas 4 políticas são geridas diretamente dentro da esfera do poder estadual.

A Prefeitura Municipal de Camaçari apresenta 23 políticas públicas que propõe benefícios à Juventude. Com exceção da Cidade do Saber que possui gestão independente, praticada por uma OS (Organização Social), as demais políticas são executadas pelas secretarias municipais, com destaque positivo para a Sedes e a Seduc enquanto a Sesau teve um destaque negativo, conforme o Gráfico 15 a seguir.

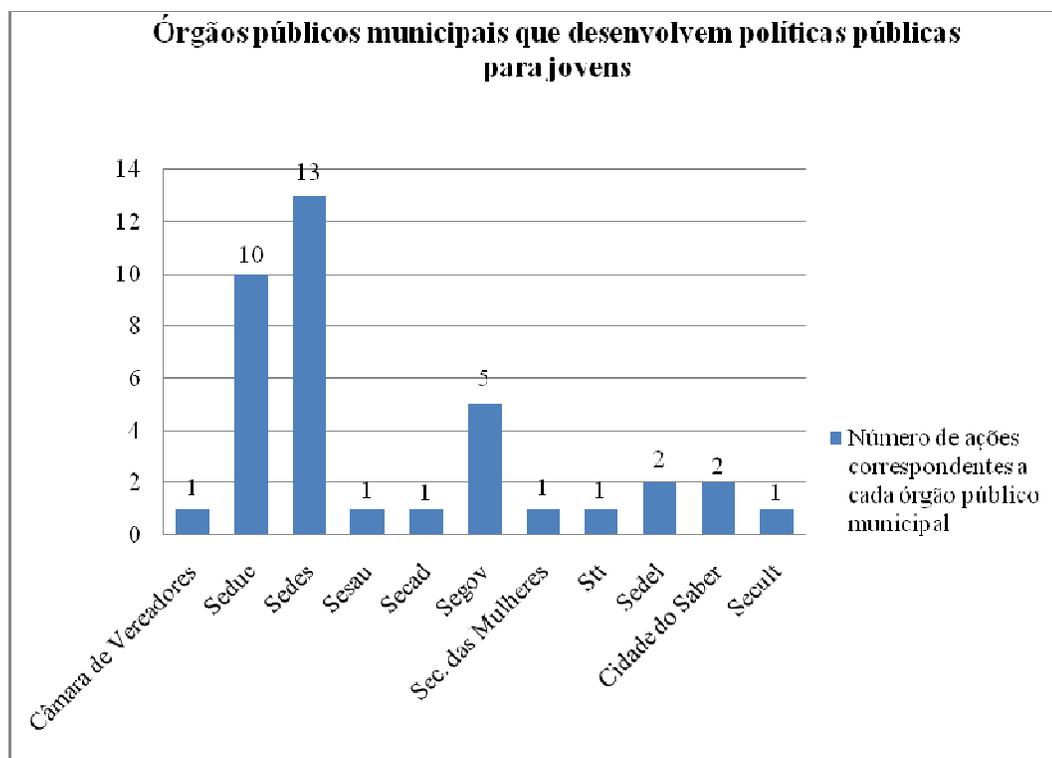


Gráfico 15 - Órgãos públicos municipais que desenvolvem políticas públicas para jovens

Fonte: Elaboração do autor com dados da pesquisa

Nota: ⁽¹⁾ Neste gráfico aparecem apenas as políticas públicas em que o município interfere diretamente na sua gerência totalizando 38, as outras 6, sofrem interferência apenas no âmbito estadual ou federal

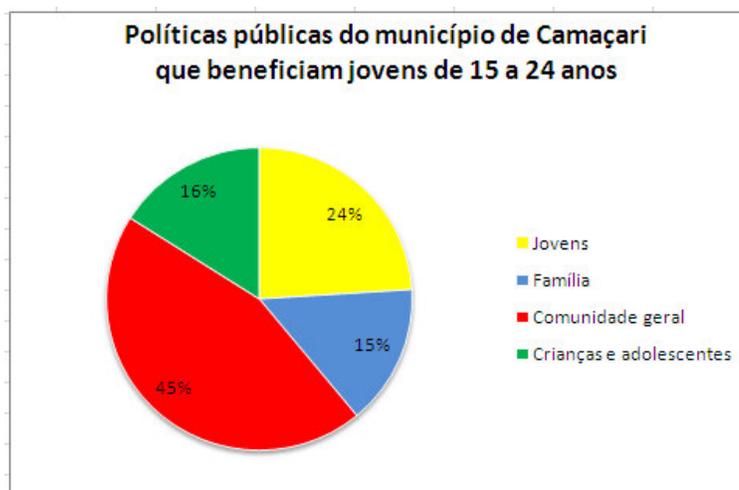


Gráfico16 – Políticas públicas que beneficiam jovens
Fonte: Elaboração do autor com base em dados da pesquisa

O Gráfico 16 mostra, de forma generalizada, como foram classificadas as políticas públicas que beneficiam a juventude. Em apenas 24% dos casos a política é voltada especificamente para este setor da sociedade. As demais beneficiam indiretamente a juventude, não apresentam exclusividade. Assim, os programas que não foram pensados com o único propósito de atender à juventude têm, neste setor da sociedade, um público mais interessado e beneficiado pelas ações desenvolvidas, o que os credencia a estarem classificados com tais.

Além desses argumentos, avaliou-se a capacidade que a política pública tem de entrar na casa de um jovem, entendendo que, ao ser divulgada a abertura de suas inscrições, os familiares ou responsáveis vão à procura de informação para inscrever seus protegidos.

Merecem destaque as 13 ações desenvolvidas pela Sedes. É nesta secretaria que encontramos a maioria das políticas públicas de atendimento ao jovem diretamente voltadas para a proteção contra a violência e para a inclusão social. Ao mesmo tempo, a Sesau tem apenas uma proposta concreta que representa ação de política pública nos moldes das demais secretarias através do Centro de Especialidade em Saúde Mental (Cesme). Além desta, as ações desenvolvidas por esta secretaria apenas se limitam a divulgar as campanhas antidrogas promovidas pelo Ministério da Saúde.

Entre as 44 políticas públicas mapeadas aqui, 18 são políticas realmente voltadas para a proteção do jovem envolvido ou não com o mundo do crime. Entre estas 18, nove são gerenciadas exclusivamente pela Sedes, uma pela Secretaria das Mulheres e Sedes, duas pela Seduc/PM/Sedes, uma pela Secretaria Municipal do Esporte e Lazer (Sedel) e Sedes, uma

pela Secretaria Municipal de Saúde (Sesau), uma pela Cidade do Saber e Sedes, uma por uma ONG e as outras duas que faltam não têm gerência municipal, estão sob a tutela direta do Governo Estadual (ver Quadro 7 abaixo).

Tipo de classificação	Ação	Gestor no município
Ações pró-ativas	Proerd	PM/Seduc
	Pelc	Sedel/Sedes
Ações preventivas	Pronasci	Sedes
	Mulheres da Paz	Sedes
	Gerência da Criança e do Adolescente	Sedes
	Casa da Criança e do Adolescente	Sedes
	Adolescente aprendiz	Sedes
	PETI	Cidade do Saber/Sedes
	Comissário de menores	Secretaria de Justiça do Gov. Estado
	Protejo	Sedes/Seduc
	Vara Especial da Infância e Juventude	Secretaria de Justiça do Gov. Estado
	Conselho Tutelar	Sedes
	Cras	Sedes
	Creas	Sedes
Ações repressivas	Observatório de Combate à Violência	Sedes e Seprov
	Casa de Semiliberdade	Uoscc
	Cesme	Sesau
	Pemse	Sedes

Quadro 7 - Políticas públicas voltadas para proteger os jovens do mundo da violência e do tráfico de drogas
Fonte: Elaboração do autor com dados da pesquisa

Para um melhor entendimento das funções destas políticas públicas, foi utilizada a síntese do funcionamento da estrutura da Gestão em Segurança Pública Federal - Capítulo III - Segurança Pública, Art. 144, sobreposta à Constituição do Estado da Bahia, nos Artigos 147 e 148 elaborada por Carvalho (2007, p.63-65) em sua dissertação de Mestrado.

Gestão de segurança pública envolve um universo bem maior de deveres que os especificados para a Secretaria de Segurança Pública. Dentre elas, podemos explicitar algumas: as ações pró-ativas em fatos de segurança, do domínio das diversas secretarias de governo estaduais e municipais, com emprego, moradia, iluminação. As preventivas, policiamento ostensivo e as repressivas caracterizadas pela busca e apreensão dos cidadãos que cometeram atos previstos na legislação como criminosos.

A última ação: a apreensão extrapola os limites da ação policial, sendo uma atribuição do sistema judiciário manter reclusos os apenados.

Uma analogia com afirmativa de Carvalho será utilizada quando se empregam os termos *pró-ativo* para caracterizar as ações que envolvem jovens sem indício de envolvimento com ações criminosas, *ações preventivas* serão utilizadas para classificar as políticas que

atendem jovens ou famílias encontradas em território de risco social e, por último, o termo *ações repressivas*, para as políticas que atendem jovens que provocaram dano social.

4.1 POLÍTICAS PRÓ-ATIVAS

As políticas públicas de juventude aqui classificadas como pró-ativas foram assim definidas pensando-se no fato de serem políticas que se antecipam e buscam evitar o envolvimento de jovens com a criminalidade ou com o tráfico de drogas. Nos dois casos, os do Proerd e do Pelc, os resultados foram considerados satisfatórios pelas suas coordenações e o retorno que vêm tendo da comunidade atendida surpreende os gestores.

O Proerd foi implantado há mais tempo, o que já permitiu o estabelecimento de uma rede de contatos com os órgãos públicos, principalmente com a Secretaria Municipal de Educação, com alguns empresários e com os veículos de comunicação que dão apoio ao programa.

O Pelc é o de implantação mais recente entre todas as ações: tem apenas alguns meses de funcionamento, porém a participação da comunidade e o envolvimento dos pais crescem a cada dia.

4.1.1 Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd)

Nos anos 1980, surgiu, nos Estados Unidos, um programa chamado *Drug-Abuse Resistance Education (D.A.R.E)*, com o objetivo de preparar os jovens para resistir às seduções do mundo das drogas. Nos anos 1990, com base nesta experiência, o Brasil desenvolveu projeto similar, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), tendo como sede os quartéis da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Hoje, o Proerd encontra-se implantado em vários cantos do Brasil e, no município de Camaçari, funciona desde 2008. Para executá-lo, foi preciso adequá-lo à realidade local, respeitando as condições de risco social e violência em que se encontra parte significativa das crianças e jovens no município.

Apesar de o projeto original possuir três currículos básicos – Proerd para 5º e 7º anos do ensino fundamental, Proerd para pais/responsáveis e Proerd para a comunidade –, no modelo implantado em Camaçari foi desenvolvido apenas o Proerd 5º ano do ensino fundamental.

A justificativa do coordenador do programa é que eles, como instituição policial (Polícia Militar da Bahia), consideram muito improvável a possibilidade de um jovem envolvido com o mundo do crime se reintegrar à sociedade, pelo que preferiram desenvolver o projeto para crianças e jovens de 8 a 15 anos, que ainda estejam cursando o início do ensino fundamental.

Ainda segundo o coordenador do Proerd – Camaçari, o tenente Osmilson do Amparo Carvalho,

[...] o programa consiste em uma ação conjunta entre a Polícia Militar, as escolas e as famílias, no sentido de prevenir o abuso de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajudá-los a reconhecer as pressões e as influências diárias que contribuem ao uso de drogas e a prática de violência, desenvolvendo habilidades para resistir a elas. (Entrevista pessoal).

Em Camaçari o programa atende atualmente 400 jovens de sete escolas, na maior parte, públicas. Há uma resistência muito grande dos donos de escolas da rede particular de ensino para a implantação do programa. Na maioria os casos, ao ser contatadas, essas instituições demonstram interesse, mas raramente retornam a ligação.

Esta é uma das justificativas para haver um número maior de alunos das instituições da rede pública sendo atendidos com maior frequência, além do fato de existirem poucas instituições privadas de ensino. A equipe é composta de apenas um tenente e duas soldados, que desenvolvem o trabalho com a comunidade. A rotina consiste em dois encontros semanais com uma aula de 50 minutos cada, durante o período de seis meses.

Após o cumprimento do prazo, os alunos participantes recebem um certificado. A formatura é feita através da visita dos estudantes à unidade do 12º BPM/Camaçari. A solenidade tem padrão de uma festa infantil, mas com os elementos de um espaço militar, por exemplo, os cachorros da polícia que fazem malabarismos e demonstração de treinos. É entoado Hino Nacional e a canção Proerd. Brinquedos são também postos à disposição dos alunos no pátio do quartel. Segundo os organizadores do evento, este momento é crucial para a imagem que as crianças e adolescentes levam da Polícia Militar para a sociedade, principalmente para suas casas.

Nestes três anos de existência em Camaçari, o programa já atendeu 2.289 alunos de 14 escolas das redes pública e privada. As maiores dificuldades para a ampliação dos programas são de ordem financeira e recursos humanos. Segundo a coordenação, a Prefeitura Municipal, representada pela Secretaria de Educação, possui um papel importantíssimo para que este projeto tenha alcançado estes índices.

O saldo é considerado positivo, pois a Polícia Militar entende que os conceitos são bem absorvidos e alimenta a esperança de que o projeto tem tudo para continuar dando certo. Porém o que os deixa angustiados é quando detectam jovens e crianças que perderam sua ingenuidade, pois são “crianças diferentes [...] quando a ingenuidade vai embora, elas já estão envolvidas com o crime ou com o sexualidade aflorada, são diferentes das crianças a quem o pai dá 5 reais para comprar doces: elas têm 100 ou 300 reais para comprar roupas de marca”.

Para que os pais estejam mais atentos ao envolvimento dos filhos com o uso de drogas, o Proerd tem como meta implantar o Núcleo de Orientação e Vigilância Antidrogas (Nova), com o objetivo de sensibilizar os pais e propor-lhes ferramentas que possibilitem o esclarecimento de seus filhos acerca da necessidade de se proteger do mundo das drogas além de ajudá-los a identificar os filhos suspeitos de serem usuários.

4.1.2 Programa de Esporte e Lazer na Cidade (Pelc)

O Programa de Esporte e Lazer na Cidade- (Pelc) é resultado da parceria entre os Ministérios dos Esportes e da Justiça, através do Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, em convênio com a Prefeitura Municipal de Camaçari, através da Sedes e da Sedel.

O Pelc é um programa de caráter preventivo que tem o propósito de evitar que os jovens se envolvam com o mundo das drogas e do crime. As atividades do Pelc/Camaçari tiveram início no mês de julho de 2010 e atendem jovens na faixa etária de 15 a 27 anos de idade. Porém a maioria dos jovens que estão matriculados hoje possui idades concentradas na faixa entre 19 e 21 anos.

As primeiras turmas foram formadas na região dos Phoc 1, 2, 3, bairros do município de Camaçari que fazem parte do Território da Paz do Pronasci. O projeto garante o direito constitucional ao lazer, previsto no artigo 6º da Constituição Federal.

A equipe é composta de um coordenador, um técnico, dois professores, um psicopedagogo, um pedagogo e mais alguns técnicos de áreas diversas (educação física, assistente social, artes, dança e teatro, por exemplo).

Todas essas pessoas tiveram que passar por um treinamento promovido pelo Ministério dos Esportes e pelo Ministério da Justiça. Aos poucos, estão sendo contratados pela prefeitura, através de recursos repassados pelo governo federal ao município.

Estão matriculados atualmente, nestas primeiras turmas, 220 jovens, que são ligados ao programa Bolsa Família e que foram recrutados em sua maioria pelo Mulheres da Paz. A

proposta de ampliação pretende contemplar, ainda este ano, mais 180 jovens com a intenção de fechar um número de 400 atendimentos, nas seguintes modalidades de cursos: karatê, capoeira, dança, skate, teatro e reciclagem.

Os primeiros cursos desenvolvidos aqui são de capoeira, dança e reciclagem, sendo que este último está produzindo com os alunos toda a decoração de Natal para o bairro com material reciclado. O objetivo é levantar a autoestima, mostrando que eles podem, através de uma ação muito simples, ajudar seus respectivos bairros a se tornarem locais aprazíveis para se viver.

Os encontros são realizados em dias de feriados, finais de semana e dias úteis, pois pretende-se ocupar o máximo possível o tempo ocioso dos jovens da comunidade. Embora o programa tenha pouco tempo em funcionamento em Camaçari, os primeiros resultados já podem ser sentidos.

Segundo o coordenador Edilso Oliveira “estes jovens tinham dificuldades até em se tocarem, hoje eles fazem declaração de amizade e volta e meia estão se abraçando nos corredores ou durante as atividades, mostrando uma sensível melhora na forma de demonstrar sua gentileza”.

4.2 POLÍTICAS PREVENTIVAS

Os programas e projetos classificados neste tópico como políticas públicas preventivas pretendem atingir jovens que vivem em territórios de descoesão social, que foram conceituados assim pelo fato de as atividades aqui descritas terem sido implementadas com um olhar mais apurado para o que é o assédio do crime aos jovens.

Neste caso, há um sinal de luz vermelha: os indicadores de violência sinalizam que medidas de caráter emergencial para proteção dos jovens e crianças devam ser tomadas no município. Aqui foram identificadas a maioria das ações, totalizando 13. O Pronasci é o principal articulador e provedor deste agrupamento que é a grande aposta do governo federal para atingir as comunidades mais inóspitas e mais vulneráveis do país.

Há uma interação em processo de formação entre estas ações, o que evidencia uma melhora no diálogo entre as coordenações dos projetos e, também, entre as secretarias, mas ainda é uma relação frágil e incipiente, não chega a concretizar uma rede: há “nós” muito frágeis que não se sustentam quando há qualquer tipo de mudança ou problema de ordem política ou administrativa no governo municipal. Um exemplo clássico é a mudança constante

de secretário ao longo dos anos que a principal secretaria que sustenta esses projetos passou: foram cinco secretários que passaram pela Sedes em 7 anos .

4.2.1 Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)

Embora o desmembramento da sigla Pronasci não registre, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania foi pensado principalmente com o intuito de proteger ou recuperar o jovem envolvido ou com sério risco de ser levado para o mundo do crime.

Em todo material publicado pelo Ministério da Justiça, inclusive em seu *site*, as diretrizes do Pronasci estão claras, quanto ao objetivo de sua existência: o programa existe porque existem jovens vulneráveis. O governo federal quer a parceria com as outras esferas de poder e a sociedade civil para atacar as ações dos aliciadores através de políticas públicas que protejam os jovens deste movimento.

Criado pelo governo federal em agosto de 2007, o Pronasci foi implantado no ano seguinte em Camaçari. Nestes dois anos e meio de existência, não foi possível implementar todas as 94 ações propostas pelo programa, mesmo porque, elas são classificadas como ações estruturais e programas locais.

As ações estruturais exigem mais recursos, pois visam a modernizar a polícia e o sistema prisional, valorizar os profissionais do setor, combater a corrupção policial e o crime organizado.

Os programas locais chegam mais próximo da população e esta sente mais de perto a proteção do Estado. O objetivo é justamente o de retirar o jovem da rota do crime e inseri-lo nos programas sociais mantidos pelos governos, principalmente os criados pelo próprio Pronasci como é o caso dos jovens do Protejo.

Em Camaçari, a equipe é muito enxuta para a importância do programa. Existem apenas uma coordenadora e três trabalhadores técnico-administrativos. Essa falta de alinhamento do município com o governo federal impossibilita o deslanche dos projetos.

Camaçari avançou muito nas discussões da segurança pública após o Pronasci. O problema é que, ao contrário do governo federal, o município não direciona as ações do programa para as políticas públicas para a juventude. O discurso político é muito generalizado e a impressão que passa é que os gestores não entenderam o objetivo principal do Pronasci.

Os principais avanços foram na relação com as Polícias Militar, Civil, Delegacia das Mulheres (Deam) e a Companhia de Polícia de Ações em Caatinga (CPAC), mais conhecida como *Caatinga*. Entre várias contribuições ao Pronasci de Camaçari, os quatro efetivos de

polícia neste município, vêm interagindo com a comunidade através de visitas e palestras em espaços públicos, sensibilizando as comunidades para a necessidade de uma sociedade pacificadora.

Houve também as melhorias tecnológicas e novos projetos. Camaçari foi contemplada com a instalação de câmeras nas ruas da cidade, com o projeto Mulheres da Paz, o Pelc (acima citado) e o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM).

Quando os Phoc foram escolhidos para serem os bairros do Território de Paz do Pronasci, o principal motivo é que eram os bairros mais violentos de Camaçari e onde os índices de homicídios e violência com jovens eram alarmantes.

Com os investimentos em infraestrutura, iluminação das ruas, rondas policiais com mais frequência, melhoria dos equipamentos públicos (escolas, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e posto de saúde), asfaltamento das ruas, melhoras de praças e quadra esportivas, o município viu os índices de violência despencarem nesta região em apenas dois anos.

4.2.2 Mulheres da Paz

O Mulheres da Paz é um dos projetos que vem tendo maior destaque entre as políticas públicas do Pronasci em Camaçari. Implantado desde 2009, tem como mérito apostar no papel de liderança exercido por mulheres em comunidades carentes, capazes de atender famílias que possuam jovens em situação de risco e vulnerabilidade social.

O município de Camaçari possui cem integrantes neste projeto e pretende atender cerca de trezentas mulheres nos próximos anos. Muitas dessas lideranças vieram inicialmente buscar uma nova fonte de renda que é uma bolsa de R\$ 190,00 e, ao serem capacitadas, perceberam-se como agentes mobilizadoras e construtoras de uma nova sociedade.

Esta visão acerca do projeto é modificada devido ao fato de sentirem seu poder para realizar essas tarefas e socialmente mais valorizadas. Ao incorporar os conceitos de cidadania, passam a ver a renda como algo secundário, mas não dispensável. Na maioria dos casos, são mães de jovens de vulnerabilidade social em níveis consideráveis. Alguns destes jovens integram o Protejo.

Esta dose dupla de orientação (mãe e filho), acerca dos cuidados necessários para evitar o envolvimento com as várias modalidades de crime, vem contribuindo para a diminuição dos índices de violência nesta comunidade.

A equipe orientadora destas mulheres é composta de psicólogo, pedagogo e assistente social. A junção destas três linhas de conhecimento ajuda a respaldar o projeto, dando a estas mulheres o suporte teórico e psicológico necessário para que desempenhem seu papel de forma satisfatória já que a temática abordada é muito delicada. O trabalho dessas mulheres consiste em acompanhar jovens da comunidade em que vivem, atraindo-os para outros programas integrantes do Pronasci. Elas recebem orientações e cursos acerca da Lei Maria da Penha, aulas de princípios básicos de cidadania e as reproduzem nas suas respectivas comunidades.

As famílias junto às quais as Mulheres da Paz desempenham melhor a função de orientar jovens são justamente aqueles lares formados por mães solteiras e seus respectivos filhos. Foi detectada, nestes casos, uma proximidade maior entre estes membros do corpo familiar. Talvez aqui esteja a resposta aos dados da seção 3.5.1.2, quanto à Tabela 6, que mostra a relação do crime com a convivência ou a ausência do pai.

A complexidade deste projeto exige uma rede de relações bastante amplificada, passando pelo Ministério da Justiça, pelas secretarias de Justiça, de Segurança Pública, de Desenvolvimento Social do município de Camaçari, Secretaria de Promoção da Mulher e da Reparação e da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam).

4.2.3 Gerência da Criança e do Adolescente

Parte integrante do organograma da Sedes, a Gerência da Criança e do Adolescente foi instituída com o objetivo de sistematizar e organizar as ações da Casa da Criança e do Adolescente.

Esta gerência existe há pouco mais de um ano e, junto com a Coordenadoria da Juventude, é um dos setores da Prefeitura de Camaçari que tem como norteador articular políticas públicas para a juventude. Vale lembrar que, mesmo sem existir oficialmente, sempre houve alguém responsável por estas ações anteriormente.

Apesar de hierarquicamente ser subordinada à Coordenação de Desenvolvimento Social Básica, o projeto político-pedagógico apresenta uma satisfatória preocupação com o desvio de conduta dos jovens, através do envolvimento com o crime e também faz referência à violência sofrida por eles.

O público atendido é composto por crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. Há uma reclamação acerca do tamanho da equipe – “é muito trabalho para pouca gente”. A gerente se queixa que, além dela, há apenas dois assistentes administrativos. Ao mesmo tempo, ela se diz

satisfeita com o trabalho e considera que, com a criação da gerência, as coisas passaram a ser mais direcionadas, “antes era tudo muito solto. Hoje há uma maior agilidade nas ações, antes não se tinha nem a quem reclamar”.

Apesar de ter sido criada para cuidar desses dois projetos específicos, há muitas atividades indiretas que “caem no colo” da gerência: são ações de que outras coordenações ou gerências não dão conta e sobrecarregam esta equipe.

Os principais relatos de órgãos ou instituições que confirmam a participação e envolvimento de sua clientela com o mundo do crime e da violência, foram feitos por esta gerência. Em um caso, foi relatado que um jovem do programa Adolescente Aprendiz, ao presenciar o assassinato de seu pai, foi se vingar e acabou matando a esposa do traficante. Outro caso foi o de um jovem que foi pegado com drogas no bairro Verdes Horizontes, no qual ele reside, um dos mais vulneráveis a violência.

Há ainda confirmações de que, ao longo destes anos, vários jovens foram assassinados durante o período em que estiveram integrados às ações desta gerência. Inclusive, já no ano de 2010, dois perderam a vida, sem falar dos vários casos de envolvimento com o crime nas mais diversas formas.

4.2.4 Casa da Criança e do Adolescente

Criado no final da década de 80, época em que a violência não possuía tanto destaque na mídia e também não exercia protagonismo entre as preocupações dos jovens, o Centro Integrado da Criança e do Adolescente, conhecido popularmente como a Casa da Criança, representa para a sociedade de Camaçari um marco histórico em políticas públicas juvenis.

O público da Casa da Criança e do Adolescente caracteriza-se por crianças e jovens, na faixa etária entre 7 e 17 anos de idade, que precisam estar regularmente matriculados para ter acesso aos benefícios. As atividades ocorrem no turno oposto àquelas da escola e ocorrem de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h. Os estudantes podem frequentar até dois cursos de uma só vez.

Os projetos desenvolvidos aqui têm como objetivo o resgate da cidadania, a melhoria da autoestima. Visam também a oferecer uma nova perspectiva de vida através da arte, da educação e de um complemento de renda como é o caso das ações do programa Adolescente Aprendiz. De forma sintética, pode-se dizer que o intuito é tirar o jovem ou a criança da condição de vulnerabilidade e colocá-la na situação de sustentabilidade.

Com 21 anos de existência, sua proposta pedagógica teve que ser reformulada para se adequar às necessidades da dinâmica de uma sociedade mais violenta e mais exigente. Com a preocupação de não perder alunos, foi adaptado para permitir a inclusão dos pais no atendimento das ações da instituição. Hoje, além de mil alunos atendidos pelos programas aqui desenvolvidos, muitos pais também recebem atendimento psicológico e fazem cursos profissionalizantes.

Os cursos ofertados para os jovens são: capoeira, percussão, maracatu, balé clássico, idiomas, serigrafia, dança contemporânea e marcenaria. Para os pais, são oferecidos os cursos de corte-costura, de mestre-de-obras e de informática. Além dos cursos, os alunos são atendidos com o lanche e o fardamento. Os pais participam de palestras que tratam de questões que valorizam a família.

Esta instituição é bem conceituada pela sociedade, independentemente de se ter passado ou não por lá. Acontece que o fato de Camaçari ter tido características de uma cidade interiorana, as pessoas se conhecem e quem nunca usou os serviços da Casa da Criança conhece e reconhece alguém que foi beneficiado por ela.

Artistas famosos, durante sua infância, já tiveram passagem pela Casa da Criança, onde desenvolveram suas habilidades musicais. Existem, na sociedade de Camaçari, pessoas com uma vida bem sucedida e com um certo grau de estabilidade financeira, que também passaram por lá e que são alguns exemplos do trabalho da Casa da Criança e do Adolescente ao longo dos anos.

O novo desafio da Casa da Criança é recrutar jovens e reintegrá-los à sociedade, trabalho que é desenvolvido por 17 profissionais. São pessoas de várias áreas de conhecimento. A equipe é composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, arte-educadores, professores de línguas estrangeiras e professor de informática.

Estabilizadas essas missões pré-estabelecidas, a meta agora é desenvolver um programa de extensão para atender, nas comunidades mais carentes, grupos de 100 jovens por bairro. Com este formato, pretende-se evitar a evasão que ocorre devido a falta de recursos destes jovens para pagar o transporte e também atender com um projeto político pedagógico mais específico para a comunidade local. Para a realização das atividades, é necessário parceria com as associações de bairros para ceder sua sede e a secretaria de educação para ceder os espaços das escolas.



Figura 5 – Foto de profissionais da Casa da Criança, em curso de planejamento estratégico
 Fonte: Fotografia Nelinho de Oliveira

4.2.5 Adolescente Aprendiz

Um dos programas articulados pela Gerência da Criança e do Adolescente, o Adolescente Aprendiz vem recebendo várias reformulações ao longo dos seus 21 anos oficiais de existência. A história oral registra que este programa existe desde 1977 com o nome de *Menor Trabalhador*, porém oficialmente foi constituído junto com a criação do Centro Integrado da Criança e do Adolescente.

O público-alvo são jovens de 16 a 18 anos com direitos violados ou não. Estão sendo atendidos atualmente 250 jovens que recebem meio salário mínimo para desenvolver funções administrativas em setores públicos do município de Camaçari.

Todos os jovens são atendidos por uma equipe formada por um assistente social, um psicólogo, um pedagogo, um assistente administrativo e três adolescentes do programa. Neste caso, a equipe é considerada satisfatória para atender o público e não há reclamações de ambas as partes quanto ao trabalho ou o atendimento, segundo a coordenação.

Quanto ao objetivo de proteger os jovens do mundo do crime, esta fala é tida como uma preocupação mais recente, já que o projeto é antigo, por isso necessita-se deste olhar novo. As principais transformações que este projeto vem realizando na vida destes jovens são percebidas através do senso de responsabilidade que eles desenvolvem com muita rapidez.

Eles também passam a se preocupar com a aparência se vestindo melhor. É muito comum tentar imitar o chefe imediato. O interesse por uma capacitação também é citada pelos avaliadores do projeto, pois a maioria passa a ficar atenta a novos cursos que surgem no

município e frequentemente pede à coordenação ou a seus respectivos chefes para ajudá-los a se inscrever.

Todos os recursos aqui aplicados são de total responsabilidade do município. A iniciativa privada entra com a parceria no recrutamento para a empregabilidade. Quando precisam de um profissional com determinado perfil, as empresas de Camaçari recorrem à coordenação do programa que seleciona um jovem, entre os que completaram 18 anos, para ser encaminhado para o mercado de trabalho.

A relação do programa com a família dos jovens é quase diária e os contatos ocorrem sempre que é necessário. Os jovens aqui matriculados exercem suas atividades no turno oposto àquele em que frequentam a escola. Eles também participam, duas vezes ao mês, de cursos socioeducativos com temas relacionados à violência, à sexualidade e à saúde.

Entre as instituições a que estes jovens prestam serviços temos a prefeitura, a Defensoria Pública, o Fórum e as escolas das redes estadual e municipal. Para melhor atender às pessoas, são preparados com cursos de formação profissional com módulos de recepcionista, telefonista, auxiliar administrativo, entre outros.

4.2.6 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)

Implantado no município de Camaçari desde 2002, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), é um programa do governo federal que tem o objetivo de combater a exploração do trabalho infantil entre crianças e jovens de 7 a 15 anos.

Em Camaçari, são 1.200 atendimentos no momento, porém a meta estabelecida para o município é de 1.680. A equipe é considerada satisfatória para a coordenação – inclusive o número de profissionais envolvidos é relativamente grande –, pois são 50 pessoas nas diversas funções e que realizam atividades de esforço escolar, esporte e artesanato com os beneficiados.

Geograficamente, as atividades são distribuídas nas seguintes localidades da sede e da orla: Parafuso, Machadinho, Cajazeira de Abrantes, Arembepe, Monte Gordo, Vila de Abrantes, Unidos de Areia, Pé de Areias, Gleba E, Phoc II, Verde Horizonte, Nova Vitória, Dois de Julho, Parque Florestal, Espaço Apito, Cristo Redentor, Buris de Satuba e Jardim Limoeiro.

Nos últimos anos, o atendimento e a estrutura do programa vêm melhorando consideravelmente, devido à inserção da equipe da Cidade do Saber no programa. “A cidade

não tem mais meninos de rua que ficavam nas praças cheirando cola” diz uma das tutoras do Peti.

A relação com as famílias dos jovens participantes do programa é muito próxima. As visitas as suas casas são frequentes e o fato de as equipes desenvolverem as atividades nos bairros facilita a aproximação com a comunidade.

4.2.7 Comissário de Menores

O Comissário de Menores é o projeto mais antigo dentre os 18 destacados do total das 46 políticas públicas de benefício a jovens aqui levantadas. Possui 40 anos de existência em Camaçari e, durante anos, ficou conhecido como Juizado de Menores.

Crianças e jovens infratores ou que são vítimas de qualquer modalidade de violência, têm este órgão como inimigo. Para estes jovens, ele é uma polícia de menores, por ser um órgão repressor. Este estigma, que foi criado, levou a sua rejeição também por parte de outros órgãos públicos.

Outras instituições, como o Conselho da Criança e do Adolescente, que trabalham com esta mesma clientela, também não gozam de simpatia por causa das metodologias de abordagem que são utilizadas com as crianças. Há frequentes denúncias por parte dos conselheiros que os comissários de menores agridem as crianças e as humilha.

O Comissário de Menor tem por função o trabalho de fiscalização, assistência, proteção, orientação e vigilância a menores, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como o cumprimento de medidas judiciais específicas. O Agente de Proteção ao Menor tem convicção de que o exercício de suas atribuições remete a uma efetiva proteção e ao reconhecimento dos direitos fundamentais, pois os serviços de atendimento cobrem denúncias, investigação e fiscalização que tenham como foco qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão contra crianças e adolescentes.

A equipe do Comissário de Menores em Camaçari é composta por 97 membros que fazem atendimento nos postos localizados no Centro Comercial de Camaçari (feira) e em outro posto na rodoviária. Com este número, a equipe é considerada suficiente.

Apesar de possuir um grande número de comissários, o trabalho desenvolvido se limita a campanhas de prevenção ao envolvimento do jovem com o mundo do crime e da violência.

A forma mais adequada para que a sociedade se integre às ações dos Comissários de Menores é através do *disque denúncia*, que é o *Disque 100*. A maioria das denúncias diz respeito a abusos provocados contra crianças e adolescentes de 9 a 15 anos de idade.

4.2.8 Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo)

A política pública para a juventude implantada mais recentemente no município de Camaçari é o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo). Suas ações se iniciaram em julho de 2010.

Podemos dizer que este projeto é o mais próximo do que pretende abordar esta dissertação, tanto no foco da proteção do jovem a violência, quanto na idade delimitada, que aqui também é de 15 a 24 anos.

O Protejo presta assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam nas ruas. O trabalho tem como objetivo a formação da cidadania desses jovens por meio de atividades culturais, esportivas e educacionais, de forma que eles sejam posteriormente disseminadores destes princípios de cidadania e respeitabilidade aprendidos durante sua formação.

O projeto se iniciou com o atendimento a cem jovens que recebem uma bolsa de R\$ 100,00 por mês durante um ano, mas, em virtude das precárias estruturas oferecidas aos jovens, a evasão fez com que o número de jovens atendidos caísse para 48. O gestor local deste projeto é o governo do estado, através do Instituto Anísio Teixeira (IAT). O município, através da Seduc, apenas cedeu o local para o funcionamento, que é o Centro de Atendimento Integral a Criança (Caic), uma escola da rede municipal de ensino.

Todos os jovens que participam do programa passaram, em algum momento, por algum tipo de sofrimento. As situações vão desde riscos sociais, violência doméstica, agressão física pela polícia, repressão sexual até violência sexual.

Entre as atividades desenvolvidas, encontram-se música, teatro, informática, dança e a pretensão de ampliação propõe fotografia e cinema. Com esse pouco tempo de existência, a coordenadora afirma que os alunos passaram a interagir: eles conseguem conversar, conseguem se socializar, até mesmo alguns foram inseridos no mercado de trabalho. Eles melhoraram a sua autoestima, quando conseguiram perceber que são capazes de superar-se, diz.

Apesar de haver um número significativo de órgãos envolvidos com este projeto, as reclamações são muitas em relação aos recursos e à disponibilidade dos materiais e equipamentos para que os trabalhos ocorram com uma qualidade razoável. Foi justamente essa burocracia que levou ao elevado número de desistentes em tão pouco tempo.

Um outro problema que o projeto vem enfrentando é a falta de interesse de alguns pais ou dos responsáveis pelos jovens justamente mais vulneráveis. Segundo a mobilizadora social “não existe o menor interesse da parte dos pais. Várias tentativas foram feitas para levá-los até o projeto. O que eles argumentam é que os filhos são marginais e por isso não querem saber de sua vida”. Esta situação contradiz as declarações feitas, durante a pesquisa qualitativa, por mães que afirmaram ter tentado até o fim salvar seus filhos da morte.

4.2.9 Primeira Vara Especial da Infância e da Juventude

Criada através da Lei de Organização Judicial (LOJ) – lei n. 10.845 de 27 de novembro de 2007, a Primeira Vara Especial da Infância e da Juventude de Camaçari é um órgão da Justiça, vinculada à Vara Crime.

Este organograma não é o adequado, pois a Primeira Vara da Criança e do Adolescente deveria ser independente, como as demais (Vara Civil, Vara da Família etc.). São atendidas crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, através dos seguintes serviços: ato infracional, medidas socioeducativas, guarda definitiva ou provisória, adoção, liberação para viagens internacionais (viagens nacionais é com o Juizado de Menores).

A equipe é formada por um juiz (o mesmo da Vara Crime), quatro oficiais de justiça, uma subscritã, um diretor de cartório que é o secretário, um assistente de coordenação e quatro estagiários. Havendo um só juiz para as demandas da Vara Crime e para as demandas da Vara da Infância e Juventude, os serviços acumulam e atrasam os pareceres dos processos.

Apesar de a equipe ainda não ser suficiente, nos últimos anos, a chegada de novos funcionários encaminhados pela prefeitura fez os atendimentos melhorarem. Mas a prestação de serviço está longe do ideal, mesmo porque é consenso entre os juízes que os funcionários do fórum devam ser efetivos do próprio Tribunal de Justiça, órgão ao qual a Vara da Criança e Juventude é ligada.

Uma das principais funções da Vara da Criança e do Adolescente é proteger as crianças e jovens da violência, além de fiscalizar seus direitos como garante o ECA. A dinâmica dos julgamentos, na maioria dos casos é positiva, quando se trata da parte dos menores relacionada às questões de família.

Quanto às questões relacionadas a crimes, depende muito da posição do juiz e envolve também o Ministério Público. Na prática, o Ministério Público (MP) determina a pena e a Vara da Criança e do Adolescente faz cumprir a lei.

Entre os casos de adolescentes infratores, a maioria deles provém de jovens na faixa etária entre 14 e 18 anos. Os crimes variam desde pequenos furtos a assassinatos. Após acordo entre MP e a Vara da Criança e do Adolescente, o menor é encaminhado para as medidas socioeducativas dos programas Bem-me-quer, Casa de Semiliberdade ou para o Pemse, que serão descritos a seguir.

4.2.10 Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

Vinculado à Sedes, o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Camaçari possui dois núcleos, um na sede do município e o outro na orla. Apesar de ter sido criado pela lei federal n. 8.069 de 13 de julho de 1990, apenas foi instituído em Camaçari através da lei municipal nº 328/95 de 10 de novembro de 1995.

Os conselheiros são escolhidos através de eleição democrática, sendo que na orla são quatro representantes da comunidade e na sede são cinco. Após o processo eleitoral, a Secretaria de Desenvolvimento Social empossa os conselheiros e os encaminha para serem nomeados pelo gabinete do prefeito. Os conselheiros têm remuneração mensal e recebem em média dois salários mínimos.

A principal função desses conselheiros é a proteção dos jovens vulneráveis a qualquer tipo de violência. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme o ECA.

Entre as várias atribuições do Conselho Tutelar, o maior desafio é garantir a redução da negligência e abuso contra crianças e adolescentes, principalmente em situação de rua. Os casos mais denunciados de violência contra crianças e adolescentes ocorrem na faixa etária de 06 a 17 anos, sendo que os mais novos são vítimas de maus tratos, enquanto os mais velhos sofrem mais com o abuso sexual.

Apesar de ter havido melhoras significativas na rede de proteção social, para as crianças e jovens, a demanda reprimida ainda é muito grande. Tais melhoras são atribuídas também às campanhas que os governos fazem acerca da importância das denúncias, fazendo com que as pessoas encorajam-se a procurar os serviços do Conselho Tutelar.

Segundo um dos conselheiros entrevistados, Adailton Rosário, os principais relatos dizem respeito à desestrutura familiar, ao uso de drogas em geral, à gravidez precoce e ainda à violência sexual intrafamiliar e à agressão física.

Quanto à imagem da instituição diante da sociedade de Camaçari, ela é muito bem vista, pois todos os setores públicos ou não, que trabalham com políticas públicas para jovens e crianças, atendem com muita agilidade às demandas e aos encaminhamentos que os conselheiros solicitam.

4.2.11 Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

O Centro de Referência da Assistência Social (Cras), também conhecido como A Casa da Família, é uma unidade pública de assistência social, implantada em área de vulnerabilidade para atender 1.000 famílias/ano. As atividades realizadas no Cras destinam-se à população em situação de risco social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos e de discriminações.

A Casa da Família visa a contribuir com o desenvolvimento local sustentável, a partir do fortalecimento dos vínculos familiares, do apoio à organização comunitária e do fomento à inclusão produtiva, de forma a gerar mobilização social para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social.

Vários bairros e alguns distritos de Camaçari receberam uma unidade do Cras, tendo como critério de escolha a alta vulnerabilidade social e os altos índices de violência registrados nos boletins de ocorrências das delegacias.

Cada unidade do Cras conta com coordenador, assistentes sociais, psicólogos, auxiliar administrativo, fisioterapeutas e advogado, sendo que os fisioterapeutas e o advogado atendem através de agendamento

As cinco primeiras unidades foram instaladas em 2005 nos bairros de Nova Vitória, Parafuso, Barra de Pojuca, Buris Satuba e Verde Horizonte. As outras quatro unidades foram instaladas recentemente e contemplam o Phoc II, Arembepe, Vila de Abrantes e Monte Gordo.

No primeiro grupo, as equipes estão melhor instaladas e com o quadro de pessoal completo. Já as unidades posteriormente criadas apresentam um déficit de funcionários e de equipamentos, não funcionando com a qualidade necessária.

Os jovens que são atendidos pelo Cras moram em condições habitacionais comprometedoras, geralmente são jovens de vulnerabilidade social, porém não possuem

histórico de furtos nem uso de drogas. O perfil social dos jovens atendidos pelos Cras é de alguém que não teve seus direitos violados.

O Cras realiza ações de inclusão social, familiar e comunitária através de acolhida e recepção, escuta e encaminhamento, oficinas de geração de renda, grupos diversos (criança, adolescente, adulto e idosos).

Pensando na necessidade de viver num ambiente saudável e avaliando a estrutura técnica e o amparo social que o Cras oferece às famílias atendidas, é que este programa foi classificado como uma política pública de juventude. Todo o ambiente familiar é preparado com os requisitos necessários para que um jovem se desenvolva como um cidadão de bem.

4.2.12 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas)

Os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) são unidades de execução descentralizada dos serviços de proteção social especial (de média complexidade), para atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social. Em Camaçari, existe apenas uma sede do Creas que atende a toda a demanda do município, enquanto o Cras, possui nove unidades que estão espalhadas por territórios de descoesão social.

O Creas de Camaçari foi criado em 2005, no mesmo período da instalação dos primeiros Cras. **Ao contrário daqueles assistidos pelo Cras, porém, os jovens atendidos aqui tiveram seus direitos violados e muitas vezes perderam seu vínculo familiar ou estão muito próximos disso.** No Creas, são atendidas **crianças e adolescentes** (e suas famílias) vítimas de violência doméstica/intrafamiliar, em situação de trabalho infantil, vítimas de abuso e exploração sexual.

Estar em situação de risco pessoal e social significa ter os direitos violados ou estar em situação de contingência (pessoa com deficiência ou idosa necessitando de atendimento especializado). Normalmente, essas pessoas ainda convivem com suas famílias.

O atendimento, personalizado e continuado, exige intervenções especializadas e acontece desde a escuta, feita por profissionais, até os encaminhamentos para a rede de serviços socioassistenciais e o sistema de garantia de direitos.

O principal objetivo é contribuir para a prevenção do agravamento e da reincidência das situações de violência, conforme situações identificadas. Diferentemente do Cras, que possui várias unidades em bairros e distritos diferentes, o Creas é apenas uma unidade localizada no centro da cidade, pois é um centro especializado.

São também atendidos jovens sob medida protetiva ou medida pertinente aos pais ou responsáveis, encaminhados pelo Conselho Tutelar. Há casos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade).

4.2.13 Observatório da Violência

A vontade política de se criar um observatório da violência representa um avanço na concepção de gestão em qualquer administração pública. Quando esta idéia parte de gestores em governos municipais, eles são merecedores de reconhecimento ainda maior.

Embora exista hoje um entendimento de que a segurança pública sempre foi vista como uma responsabilidade dos governos estaduais, nos últimos anos o governo federal e os governos de vários municípios do país colocaram este tema em suas agendas e, independentemente das disputas que estejam ocorrendo por conta do processo eleitoral, este assunto está sempre em pauta.

Em Camaçari, a implantação do observatório da violência ocorreu desde o ano de 2007, mas o formato se apresenta de forma equivocada. O modelo possui uma carga ideológica muito densa, o que, segundo os técnicos da Sedes, estigmatiza o projeto como uma ferramenta de defesa dos direitos apenas dos negros e homossexuais.

A Secretaria da Promoção da Mulher e da Reparação é o órgão responsável pelo projeto e defende uma concepção de observatório como agente fiscalizador do trabalho da polícia e não a tem como parceira. Outra concepção aplicada ao atual observatório é a de entender que o termo *observatório* significa ‘estar parado olhando as coisas acontecerem num evento popular de grande porte para que seja registrado o ato infracional’. A equipe é formada por onze técnicos e, no último grande evento do município, que foi o Camaforró (festejo junino), foi registrado um total de 43 casos de violência, todos envolvendo pessoas na faixa etária entre 14 a 30 anos. Estas informações foram passadas pelos técnicos da Seprov responsáveis pelo projeto.

O projeto ainda trabalha para desenvolver e implementar políticas públicas voltadas para o recorte racial e para a população LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), concepção que estigmatiza ainda mais o programa e muitas vezes foge do âmbito da violência imposta aos jovens e aos adolescentes.

Em outros momentos, foi citada aqui a falta de interação entre as políticas públicas do governo municipal e a criação de políticas públicas voltadas para o público jovem, sem haver

uma participação efetiva dos interessados. As idéias são colocadas em prática sem um alinhamento entre as secretarias afins. Muitos desses projetos são pensados por secretários e, quando o gabinete do prefeito fica sabendo, o processo já está em andamento.

A proposta do Observatório da Violência, desenhada pela Sedes, discute outros mecanismos para avaliação do que é violência, propõe conceitos menos carregados de discurso ideológico. Sem a carga sectária da proposta anterior, tem como objetivo central detectar as causas e os principais locais de maior concentração de violência e atacar com soluções repressoras e ações públicas classificadas como políticas sociais.

Esse modelo de observatório ainda está em andamento, mas o modelo em prática trouxe alguns benefícios para a comunidade juvenil. Basta avaliar que as maiores incidências de violência localizam-se contra o público da faixa etária de 14 a 30 anos. segundo a coordenação do projeto. e esta é exatamente a maioria de público que frequenta festas populares e grandes eventos de clubes.

Nos últimos anos, as estatísticas da Polícia Civil, apresentadas aqui na seção 2, denunciam que muitos jovens de Camaçari morreram em eventos deste porte. A polícia, sabendo que o movimento negro observa suas atitudes, controla a abordagem agressiva, o que nem sempre ocorre com as pessoas envolvidas e que provocam a violência.

A divergência de concepção de como deve funcionar um observatório de violência prejudica o desenvolvimento do projeto e, embora haja uma convergência na idéia de que o observatório é necessário, os modelos propostos são antagônicos.

Uma comparação entre as duas propostas, evidencia que a metodologia apresentada pela Sedes visa um resultado a médio e longo prazo e este modelo de observatório propõe um elemento norteador das políticas públicas que inibirão a violência no município de Camaçari, conforme projeto apresentado no Estado de Pernambuco. O observatório proposto pela Seprov tem uma ação imediatista, limitada em sua fundamentação teórica.

Um verdadeiro observatório precisa servir como uma ferramenta de monitoramento e combate à violência. Ele deve ter a função de traçar um diagnóstico exato da situação violenta e, sobretudo, tem que ser usado como uma forma eficiente para criar iniciativas para sua prevenção.

4.3 POLÍTICAS REPRESSIVAS

Esta categoria, denominada *políticas repressivas*, trabalha na perspectiva de mostrar ao jovem em dano social que a sociedade tem regras e que aquele que não se ajusta a elas tem sua devida punição. Estas ações requerem um cuidado especial, pois o indivíduo é devedor da justiça e representa um risco para a sociedade. As medidas aqui executadas visam a reverter condições de comportamentos comprometidos com o mundo do crime e, caso o adolescente em questão não consiga entender-se como agente desarticulador desta ordem, precisa pelo menos entender que as infrações recorrentes terão punições mais severas. Castel (2009, p. 136) sugere o por que da existência deste tipo de política:

Essa construção de um paradigma negativo do vagabundo é um discurso do poder. Com isso, quero dizer que ela é, primeiro, um ato dos responsáveis encarregados da gestão dessas populações e que é o instrumento desta gestão. A política repressiva com respeito à vagabundagem representa a solução para uma situação que não comporta solução. Que fazer com indivíduos que suscitaram problemas inextricáveis, por não estarem em seu lugar mas que não têm, em parte alguma, um lugar na estrutura social? A condenação do vagabundo é o caminho mais curto entre a impossibilidade de suportar uma situação e a impossibilidade de transformá-la profundamente.

Foram detectados avanços sistemáticos em relação aos funcionários públicos que lidam com este tipo de política. A preocupação, o envolvimento emocional e a vontade em prestar um atendimento com qualidade estão presentes em seus discursos. Um jovem envolvido com qualquer tipo de delito ou usuário de drogas, não é citado como vagabundo, é visto como alguém que precisa de cuidados especiais, como foi descrito nos três textos a seguir:

4.3.1 Casa de Semiliberdade

A Casa de Semiliberdade – Volta por Cima foi criada no ano de 2009 e é uma ação da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. A sua administração é feita através da União das Organizações Sociais e Culturais de Camaçari (Uoscc) e tem suporte da Fundação da Criança e do Adolescente que também é vinculada à Sedes estadual.

Com a criação desta instituição, os jovens atendidos poderão ficar mais próximos de suas famílias, ao invés de ficarem em instituições parecidas nas cidades da Região Metropolitana. Esta proximidade poderá facilitar a reintegração social e familiar.

A estrutura física é muito confortável: a “Casa Lar” como é chamada, possui seis quartos, cinco banheiros, três salas de atendimento psicossocial, sala de estudo e informática, cozinha e refeitório, piscina e área de lazer.

Esta estrutura possui capacidade para tender 20 jovens do sexo masculino com idade entre 12 e 21 anos que cumprem medidas socioeducativas. O encaminhamento para o cumprimento das medidas é feito pela Juíza da Primeira Vara da Infância e Juventude.

Ao ser encaminhado, o jovem fica sabendo de suas obrigações com a casa e o tempo que permanecerá. O período varia de seis meses a três anos. Os jovens passam por um processo de atendimento psicológico com intuito de reintegrá-lo a sociedade.

São oferecidos outros serviços com este propósito, como oficinas de arte educação, cursos de informática, atividades esportivas e de lazer. Há os encaminhamentos médicos e odontológicos e para prepará-los para uma nova vida são ofertados os cursos profissionalizantes com intuito de inseri-los no mercado de trabalho.



Figura 6 – Foto da fachada da Unidade de Semiliberdade de Camaçari, localizada no bairro do Camaçari de Dentro

Fonte: Fotografia de Carlos Eduardo Freitas

Em virtude de seu pouco tempo de existência, não foi possível realizar um diagnóstico mais profundo acerca da transformação que esta instituição provoca na vida destes jovens, porém sua implantação reforça os equipamentos públicos necessários para um funcionamento adequado da rede de proteção social em formação no município.

4.3.2 Centro de Especialidades em Saúde Mental (Cesme)

O Centro de Especialidades em Saúde Mental (Cesme) é um órgão integrante da Secretaria de Saúde que tem em sua estrutura três principais responsabilidades classificadas como serviço ambulatorio:

- 1) Cuidar de adultos que tem sofrimento Psíquico;
- 2) Atender crianças e jovens com sofrimento psíquico;
- 3) Ajudar pessoas dependentes de álcool e outras drogas.

Este órgão poderia ser considerado um Centro de Atendimento Psicossocial (Caps) se estivesse cumprindo uma das regras mais importantes deste projeto que é o plantão técnico de vinte e quatro horas de funcionamento.

O foco deste estudo se harmoniza com o ponto 3, que fala do uso de álcool e outras drogas. Como foi mostrado na seção 3 desta dissertação, 90% dos jovens assassinados eram usuários de algum tipo de drogas.

Com três meses de existência, este núcleo, que funciona dentro do Cesma, já cadastrou 28 casos e acolheu outras 44 pessoas, fazendo o atendimento e encaminhando-as para os profissionais da área de psicologia, terapia ocupacional e cuidados médicos outros. Além destes profissionais, a equipe é integrada por um redutor de danos²³, um educador social e mais uma socióloga que coordena o grupo. Falta a chegada de um médico e de um assistente social.

Este núcleo foi criado para atender às pressões de pais que não tinham a quem solicitar ajuda quando confirmavam que seus filhos estavam fazendo uso de drogas. A orientação do Ministério da Saúde é que os municípios construam seus Caps e, no caso de municípios do porte de Camaçari, criem um Caps-AD²⁴. Com a demora para a construção de um órgão deste porte, o Ministério Público ordenou que, até o mês de abril de 2011, esta obra seja concluída e esteja em pleno funcionamento.

Entre os 24 pacientes atendidos pelo núcleo, a maioria está fora da faixa etária da pesquisa, porém, em seus relatos, expressam que optaram por este caminho para se esconder de problemas inerentes à violência doméstica, dificuldades financeiras e sempre se reportam aos obstáculos que encontraram durante sua juventude.

Há uma série de dificuldades encontradas pelo núcleo para que possa realizar um atendimento adequado. Os problemas estão associados à falta de equipamentos, de transporte

²³Redutor de danos é o responsável pelo primeiro contato do programa com a comunidade que deve ser assistida.

²⁴Caps AD – é aquele que cuida de transtornos ligado ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

e de recursos humanos, ma vez que a demanda está aumentando à medida que a comunidade fica sabendo da existência do núcleo.

Outras dificuldades dizem respeito à aceitação dos dependentes químicos que não aceitam receber ajuda, os familiares não tem controle sobre eles e encontram resistência para convencê-los a ir até a unidade de atendimento.

A idéia é reconstruir o vínculo deste jovem com sua família através de uma sensibilização, porém são os mais resistentes. As pessoas mais velhas aceitam os cuidados com mais facilidade segundo os psicólogos.

4.3.3 Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas (Pemse)

Uma parceria entre o Poder Judiciário e a Prefeitura Municipal de Camaçari, criou o Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas (Pemse). Este projeto foi sendo construído desde 2007, mas só foi colocado em prática em 2009.

O formato difere daquele da Casa de Semiliberdade do Governo do Estado, porque aqui o sistema é de regime aberto. Porém, seu objetivo também é atender jovens em situação de dano, assistindo e respeitando o indivíduo como um ser integral que precisa ser reintegrado à sociedade.

Ao ser enviado pela Justiça²⁵ ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), o jovem é assistido por uma equipe composta por psicólogos, assistentes sociais, educadores, pedagogos e advogados. A instituição tem capacidade de atender 40 jovens ao mesmo tempo. Mas hoje só possui quatro jovens ligados ao programa.

Conscientes de que estes jovens já estão em conflito com a lei, os executores do programa procuram protegê-lo através de um resgate de conceitos básicos de convivência social e familiar que estes jovens perderam ou que nunca tiveram. São-lhes lembradas noções de responsabilidade tentando mostrar os danos que causaram e são indicadas as ações de que precisam a fim de repará-los. Com isso, a filosofia do projeto imagina promover a ascensão deste jovem.

Apesar do pouco tempo de atuação no município, a equipe avalia o trabalho como positivo e vê grandes avanços nos resultados alcançados. Cita a mudança de opinião do jovem assistido quanto à vontade de ser encaminhado para fazer tratamento contra a dependência

²⁵ Em Camaçari não existe delegacia especializada para atendimento ao adolescente infrator, por isso quem negocia com os órgãos de prevenção e fiscalização dos direitos da criança e do adolescente a pena atribuída a elas é a 1ª Vara Especial da Infância e Juventude.

química. Inicialmente isso é um assunto proibido, após alguns dias de conversa a idéia vai sendo melhor absorvida. E todos aceitam com o tempo.

A faixa etária que mais demanda este serviço encontra-se entre 13 e 21 anos de idade. Faz-se necessário lembrar o seguinte: o jovem, para ser atendido por este programa, ainda aos 21 anos, deve ter cometido o ato infracional antes dos 18, pois a lei entende que, ao atingir a maioridade, o indivíduo tem noção de seus atos e deve pagar por eles de forma mais dolorosa que é a cadeia.

O que se configura como mais eficaz no projeto é que todo atendimento dado ao jovem que cometeu o dano é também dirigido a sua família. Os casos encaminhados pela justiça até agora foram de alta gravidade, são situações que vão desde lesão corporal, a furtos e crime de ameaça.

Para que o trabalho consiga alcançar os objetivos necessários, a rede de parceria costurada possui ações da Secretaria de Saúde de Camaçari (Sesau), Seduc, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Centro de Unidades de Apoio e Referências em Saúde (Cuidar), Secult e a Cidade do Saber.

4.3.4 Avaliação das políticas públicas voltadas para a juventude

A análise das 18 políticas públicas voltadas para a juventude, detalhadas nesta seção, não tem a pretensão de supor que somente sua ação será capaz de evitar o envolvimento de jovens com o mundo do crime. Este trabalho parte do princípio de que projetos que facultam aos jovens uma educação de qualidade, que favorecem seu acesso ao lazer e a eventos de cultura servem para vaciná-los com a mensagem de que precisam se proteger dos investimentos do mundo do crime e principalmente ter cuidado com o assédio dos traficantes de drogas.

Alguns programas possuem seu projeto pedagógica mais voltado para atender jovens com tendência a ingressar no mundo do crime, o que promove uma interferência de forma mais direta; outros atingem os resultados esperados por estes programas apenas de forma indireta..

Praticamente todos respeitam os princípios, dos direitos das crianças e jovens exigidos pelo ECA e pela Unesco, princípios estes que estabelecem garantia ao lazer, aos cuidados médicos necessários, acesso à educação e proteção. É claro que todas essas regras não se encontram em um único programa, alguns estão mais preparados, outros nem tanto.

As deficiências técnicas e administrativas, a burocracia comum aos órgãos públicos se encontram presentes em todos esses projetos, o que dificulta um melhor desempenho das atividades. A falta de critérios que possam dimensionar a interferência destes projetos no contexto da sociedade de Camaçari prejudica sua previsão orçamentária, além de dificultar a avaliação de seus resultados. Sem um mecanismo de controle eficiente, a maioria dos projetos é mencionada em discursos políticos que lhe anunciam a existência, mas que não conseguem dimensionar seus efeitos práticos.

O planejamento do orçamento e a definição do valor dos recursos que será aplicado em cada projeto ou programa geralmente estão condicionados à capacidade da secretaria da fazenda em arrecadar mais recursos para a dotação orçamentária do ano seguinte, o que sugere uma falta de preocupação com os reais problemas da sociedade, entre eles as mortes de jovens. Não há, por parte do poder público, uma prática de priorizar projetos que atendam este setor da sociedade. Os vários técnicos entrevistados queixam-se das dificuldades em ampliar programas e projetos, além da impossibilidade de regularizar deficiências básicas encontradas neles, tudo isso fruto da burocracia administrativa aliada aos poucos recursos disponíveis.

A concepção dentro da qual estes programas e projetos foram formulados, na maioria dos casos, é clara. Seus objetivos condizem com a contemporaneidade que envolve os jovens nas mais diversas situações.

As intenções também são bem pontuadas. O problema é que, no caso de Camaçari, as articulações intrassetores responsáveis por essas políticas públicas de juventude não dialogam e essa falta de interação fragiliza o conjunto das ações que poderiam ser muito melhor articuladas e prestar um melhor atendimento à sociedade.

O Estado precisa averiguar se os jovens assassinados são alijados do processo das políticas públicas de atendimento a eles e, caso isto ocorra, cabe uma melhor atenção a esta questão. Se o problema não for a exclusão, cabe então descobrir as causas e tornar-se eficiente na resolução do problema. É bom sempre lembrar que ao Estado cabe trabalhar na perspectiva da inclusão do direito à proteção social e não ficar criando projetos e políticas públicas criadas sob a pressão de uma situação de medo em que vive a sociedade hoje.

4.4 DISPOSITIVOS PREVISTOS NO ECA E SUAS FRAGILIDADES

Criado através da lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) apresenta um conjunto de proposições no âmbito da defesa das crianças e dos adolescentes.

O principal órgão fiscalizador nos municípios, para que esta lei seja realmente obedecida é o Conselho Tutelar. Este órgão é deliberativo e independente. Ao ser atendidos por algum conselheiro, a criança e o adolescente deverão sentir-se acolhidos e ter os seus direitos protegidos. Outros órgãos que também têm interesse direto no cumprimento desta lei são o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), a Vara da Infância e da Juventude e, conseqüentemente, o comissário de menor.²⁶

Em Camaçari, estes órgãos passam por um processo de reestruturação constante. Não há uma organização plena na sua estrutura física e existe uma grave incompatibilidade de opiniões entre os gestores públicos do executivo municipal e os representantes destes órgãos.

O maior problema localiza-se acerca do que pensam os conselheiros tutelares em relação à gestão pública municipal. Segundo regras federais, a quantidade de conselheiros e de Sedes tem que ser proporcional à população de cada município. Neste aspecto, Camaçari cumpre seu papel, pois possui um posto de atendimento na Orla e outra na Sede da cidade. Ambos com cinco conselheiros eleitos pelo voto popular.

Os problemas estão ligados à falta de condições de trabalho alegada pelos conselheiros que reclamam quanto à estrutura física do órgão. Dizem não ser digna de atendimento à sociedade, principalmente na sede da Orla.

Outra questão, mais grave, é o argumento de que os gestores públicos sentem dificuldade em entender que o órgão deve ser independente e deliberativo, o que dificulta a execução das orientações e reclamações apontadas pelos conselheiros. Um exemplo prático é a casa de acolhimento da orla que não existe ainda.

Quando querem resolver problemas relacionados a jovens que sofreram abuso sexual ou foram agredidos pelos pais, os conselheiros levam a vítima para dormir em suas próprias casas, em virtude da falta do equipamento acolhedor indicado pelo ECA.

O poder público municipal também não compreende que o papel do comissário de menor diverge das funções do Conselho Tutelar. Por enquanto, o Conselho Tutelar é um

²⁶ Mais conhecido como Juizado de Menores

órgão não jurisdicional e sim requisitante dos serviços da justiça. O comissário de menor, presta serviço à Vara da Infância e do Adolescente.

Em linhas gerais, podemos resumir esclarecendo que o Juizado de Menores é órgão repressor e é visto pela sociedade como a “Polícia dos Menores”. Já o papel do Conselho Tutelar é o de defensor dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O ECA se aplica apenas a uma parcela da população estudada na nossa pesquisa. Estão contemplados os jovens de 15 a 18 anos e, em casos excepcionais, os jovens de até 21 anos de idade. Estes números são suficientes para perceber as deficiências no cumprimento do ECA.

Pode-se dizer que o município encontra-se em estágio intermediário no cumprimento desta lei. Nos últimos anos, houve avanços consideráveis no atendimento ao jovem, mas as políticas públicas implementadas ainda estão muito aquém do que rezam os princípios norteadores propostos pelo ECA aos gestores públicos.

No ECA, existem diretrizes que acreditamos já estar efetivados no município. Há artigos, por exemplo, sobre os quais não há o que ser questionado, como é o caso do Capítulo II, Artigo 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Todos os setores responsáveis por essas garantias concordam com essa definição e garantem que os projetos que sustentam esses direitos estão funcionando. Observando rapidamente essa confirmação, verificamos que muitos projetos foram implementados, porém a questão está na qualidade do serviço público prestado a esses jovens e a suas famílias.

O ECA traz propostas de direitos básicos e de cidadania que precisam ser colocados em prática para que a sociedade se sinta efetivamente contemplada.

No Título I, temos dois artigos fundamentais:

Artigo 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990).

Em seguida são complementados esses direitos, atribuindo-se porém sua efetivação a outros setores da sociedade:

Artigo 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

Esses dois artigos são suficientes para dizer que, *grosso modo*, o ECA não é respeitado em sua plenitude no município de Camaçari. Porém, não se podem negar os esforços das entidades governamentais, não governamentais e de pessoas que, em sua luta diária, tentam ajustar-se a esses princípios, para que tais direitos sejam garantidos aos jovens.

Muitas metas já foram atingidas em grau significativo pela ação das três esferas de poder: é o caso da garantia do direito ao ensino público e gratuito a todos os jovens. Outras metas estão sendo alcançadas em ritmo acelerado como, por exemplo, a política do direito à profissionalização e à proteção no trabalho (Capítulo V), com um aumento significativo da oferta do primeiro emprego.

Mas como estão sendo tratadas as recomendações relacionadas ao Capítulo IV, que aborda as medidas socioeducativas? E como estão sendo tratados os jovens que infringiram a lei, para o quais o Estado e sua família foram incompetentes no processo de construção do cidadão pleno?

A questão estrutural e assistencial de atendimento ao jovem infrator apresenta-se com índices de gravidade muito elevados em Camaçari. Entre os equipamentos propostos pelo ECA, de fato só há a casa de semiliberdade e o Creas.

Os outros dois equipamentos indicados na lei seriam uma Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente e um outro órgão, ligado a ela, caracterizado como uma espécie de penitenciária no formato da antiga Febem, porém com proposta de adoção de medidas socioeducativas.

O ECA, ao longo destes 10 anos, vem fomentando na sociedade a reflexão da importância de que jovens saudáveis criarão, num futuro próximo, adultos saudáveis. O grande problema desta lei é que esta maturidade coletiva avança lentamente.

Há até quem diga que a mesma lei, que beneficia e protege as crianças e adolescentes, cria para elas uma situação contraditória. Pois, sabendo da proteção que as crianças passaram a ter e que não podem ser punidas nas mesmas condições que os adultos contraventores, principalmente traficantes, veem nesta camada da sociedade o novo foco de investimentos para expansão do tráfico de drogas.

É por esse motivo que a cada dia diminui a idade média de pessoas que se envolvem com a criminalidade e o recrutamento destes jovens e crianças ocorre, na maioria das vezes, na porta das escolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos quarenta anos, a juventude brasileira viu sua capacidade de enfrentamento aos problemas sociopolíticos ser testada. Cada uma dessas décadas caracterizou-se por importantes conquistas sociais e políticas, em lutas cujo grande mérito foi a construção de um conceito que passou à história: o de uma juventude questionadora, corajosa e sobretudo engajada.

Esta concepção de que o jovem brasileiro era mais dinâmico respalda-se nas várias manifestações em que reivindicavam mais liberdade de imprensa, mais liberdade política, o retorno da democracia, melhorias no sistema educacional entre outras coisas.

Nos anos sessenta e setenta do século XX, a luta dos jovens engajados era por uma sociedade mais justa e socialista. Eram a favor da diminuição da produção de armas nucleares e reivindicavam mais liberdade sexual.

Na década de oitenta²⁷, com a grande depressão sofrida pela América Latina, a bandeira de luta da juventude passou a ser o não-pagamento da dívida externa e a campanha pela realização de eleições livres e democráticas no Brasil, em um movimento que se denominou *Diretas já*. Na década de 1990, o desafio do jovem brasileiro foi combater a corrupção política representada pelo governo Collor e posteriormente gritar contra as privatizações do governo Fernando Henrique.

A sociedade do medo em que estamos vivendo estabeleceu uma inversão do valor que o jovem tinha frente à sociedade. Existe uma concepção mítica dos jovens engajados nos movimentos sociais e políticos ao longo dos anos, que contudo sempre desconsiderou que eles representavam a minoria. Ainda assim, é através deste argumento que se compara o comportamento e participação política do jovem de hoje com o jovem do passado.

Hoje a participação política dos jovens não chama a atenção como no passado. Falando-se dos jovens de 1968 ou de 1984, a primeira imagem que virá (ou que vinha) ao espírito é a das passeatas na rua; a maior parte deles podia ter outros sonhos, mas a imagem é essa – que não é a que se tem dos jovens atuais, quando a ênfase parece estar em outras relações, mais grupais, menos totalizáveis, de vínculos que vão e vêm, de experiências. Há muita coisa boa nisso, e antes de mais nada devemos considerar que se torna possível (e necessário) ser mais realista, saber melhor como as coisas de fato se dão. (RIBEIRO, apud VANNUCHI, 2004, p. 32).

²⁷ Nos anos oitenta, quando a crise de recessão atinge países como o Brasil e instaura o que os economistas tanto alardearam como “a década perdida” novos movimentos sociais emergem [...] Neste período de desaceleração do regime militar, com o movimento de redemocratização pelas “Diretas Já”...(ESPINHEIRA, 2008, p. 91).

A compreensão da realidade, solicitada por Ribeiro, desperta para o entendimento de que os investimentos para implantação das indústrias e a modernização da cidade de Camaçari foram fatores preponderantes para o surgimento de uma nova classe social chamada de *não-trabalhador*, sendo os jovens as principais vítimas deste modelo de exclusão.

As transformações aceleradas que levaram o país à urbanização/metropolização, com a implantação de parques industriais modernos em suas principais regiões metropolitanas, sobretudo a partir da década de sessenta, e atualmente os efeitos perversos da transição para a “sociedade informática” ou para a da ‘supermodernidade’, que decompõe a organização social fundada no trabalho industrial e deixa deslocados milhões de pessoas de relações de trabalho estáveis, ou mesmo sem trabalho e sem a perspectiva do ‘primeiro emprego’ para os jovens. (SOUZA, apud ESPINHEIRA, 1999, p. 42).

Na sociedade contemporânea as mortes por causas externas ultrapassaram as por causas internas, e dentre elas, o assassinato está em primeiro lugar; e são os jovens a maioria das vítimas de homicídio. (SOUZA apud ESPINHEIRA, 1999, p. 39-40).

Se o desemprego afeta mais os jovens, se a violência afeta mais os jovens, isso é uma prova de que essa camada da sociedade está vivendo em uma situação de subcidadania e, portanto, precisa de mais atenção. Pensar a transformação de uma sociedade exige reconhecer que ela é definida através do conjunto das ações isoladas das pessoas. Sendo assim, uma sociedade violenta, que mata jovens, é composta de pessoas violentas que permitem isso.

A análise do comportamento do interesse do grande capital investido em Camaçari nos últimos anos, do modelo de desenvolvimento industrial implantado em Camaçari leva a entender que o jovem é a principal vítima deste processo e está jogado à exclusão do mercado de trabalho. Esta juventude excluída precisa virar protagonista, pois as políticas devem entender o jovem como elemento fundamental de qualquer sociedade.

O Estado precisa assumir seu papel de provedor e encontrar caminhos que sustentem políticas públicas transformadoras de vida das populações mais frágeis. Esta fragilidade pode estar associada à pobreza material ou à ausência de investimento por parte do poder público. O problema é que, ao assumir esse papel, sabe que encontrará expostas as fragilidades da gestão pública, levando os governantes à necessidade de se aproximarem das populações excluídas através das articulações com os movimentos sociais e populares, o que para eles nem sempre é algo interessante, pois a gestão mais próxima do povo requer mais agilidade nas respostas às demandas, aumentando seus compromissos políticos.

A pesquisa identificou um hiato entre o Estado elitista e o povo, pois o discurso político de um Estado paternalista e provedor do bem-estar social não coincide com os dados apresentados pelo Ministério da Justiça através do Projeto Juventude e Prevenção da Violência (2009).

A referida pesquisa aponta Camaçari como o quarto município em vulnerabilidade social e violência para os jovens e destaca que, apesar de os índices de homicídio serem altos, ele não é o principal responsável por esta colocação na tabela nacional: o indicador que mais eleva Camaçari a esta posição é o de desenvolvimento social.

Pode-se pensar então: Camaçari possui um índice de homicídio que supera o de alguns países que estiveram em guerra. Se este dado, que é considerado altíssimo para os padrões mundiais, é o penúltimo entre os cinco comparados na pesquisa, imagine-se a condição da desigualdade social no município, já que este indicador encontra-se no topo da lista.

As articulações da gestão municipal com as demais esferas de poder, com o intuito de gerar empregos e outros benefícios que atendam aos menos favorecidos, precisam ser otimizadas, pois os índices do PIB, apresentados pelo IBGE (2010), tiveram crescimento muito abaixo do esperado, enquanto a migração apresentada pelo mesmo instituto mostram que, nos últimos 10 anos, Camaçari teve um incremento populacional em torno de 50%, o que evidencia que o quantitativo desses benefícios implementados no município não está acompanhando este crescimento populacional.

O destaque conferido ao papel do governo municipal no combate ao crime, não pretende sugerir uma transferência da responsabilidade dos governos federal e estadual para o município. Apenas evidencia que as verbas e os projetos das outras esferas de poder existem e que cabe ao governo municipal estar atento para produzir projetos que se encaixem nessas políticas, a fim de captar os recursos necessários para sua execução. Posteriormente a esta etapa, é necessário uma fiscalização da qualidade dos serviços prestados à comunidade, verificando se realmente são capazes de reverter o quadro atual de violência.

Um das dificuldades encontradas durante a definição do método da coleta dos dados para a pesquisa quantitativa foi a de encontrar a fonte mais verdadeira. Como as possibilidades pensadas mostravam fragilidades na informação, foi necessário cruzar dados de três fontes diferentes: os cemitérios, os veículos de comunicação local e da região e os dados das delegacias que atendem o município.

Destaca-se que, para fazer face a um problema de tal gravidade como homicídio de jovens, as instituições do Estado devem começar por prover informações confiáveis, o que não foi o caso no âmbito desta pesquisa. Os dados da polícia, por exemplo, não se coadunam com a realidade.

É compreensível a existência das falhas nos dados informados pelos veículos de comunicação, porém há de se questionar como os dados das delegacias são bastante diferentes dos dados apurados do cruzamento das três fontes. Os dados cruzados apresentaram 81

vítimas, os dados oficiais provenientes das delegacias registram 43. Porém havia mais seis nomes na lista oficial que estavam sem idade e que foram identificados através das informações colhidas nos cemitérios, totalizando 49.

Durante toda a pesquisa qualitativa, dois pontos merecem destaque: primeiro, os jovens assassinados em Camaçari, no ano de 2008, tiveram pouco tempo de escolaridade. O segundo ponto diz respeito ao fato de o tráfico de drogas ser o principal vetor que leva ao assassinato dos jovens. Embora a afirmação exija cautela, há uma certa conformidade entre uma situação e outra.

Os dados da Tabela 6, que aborda as atividades dos jovens de Camaçari quando não estão trabalhando ou na escola, permitem constatar a diversidade em que se insere a juventude do município, o que implica em uma exigência ao poder público: a de diversificar também as políticas públicas de atendimento aos vários tipos de gostos que este setor da sociedade demanda.

Ao longo da pesquisa que fundamenta esta dissertação, não foi possível identificar, através da divisão territorial, tipos diferenciados de homicídios de jovens. Porém, foi possível concluir que, em quase 100% dos casos o envolvimento com drogas foi a motivação para os crimes e que a ferramenta mais utilizada para cometer os homicídios foram as armas de fogo. Não houve um número significativo de acusações acerca de uma polícia violenta, por parte dos familiares das vítimas, apenas uma mãe se mostrou indignada com esta situação.

Este esclarecimento favorece a definição das estratégias para o combate ao homicídio de jovens. Um investimento coordenado entre as polícias, gestores públicos e sociedade civil organizada, com forte apelo popular e com uma integração sobreposta entre as redes que compõem as ações da polícia e as políticas públicas implementadas, funcionando com eficiência é uma possibilidade. Isso seria ainda mais promissor se houvesse um esquema livre dos interesses políticos pessoais ou de grupos.

O número de ações decorrentes de políticas públicas para a juventude no município de Camaçari é muito grande: corresponde a um total de 44 ações que precisam ser otimizadas, pois, em sua maioria, são desarticuladas e apresentam deficiências estruturais. Há um indicativo de que a maioria dessas políticas foi criada para dar respostas imediatas à sociedade do medo. As funções de algumas dessas políticas precisam ser reelaboradas. Nos casos em que os conceitos estão claros, há deficiências estruturais que precisam ser melhoradas pela esfera de poder responsável.

As políticas públicas para a juventude podem servir para diminuir significativamente os homicídios de jovens e seu envolvimento com as drogas. Quando esta hipótese é levantada

em qualquer debate, sempre alguém interfere contra-argumentando o quanto é desleal e desigual a concorrência entre os projetos ou programas públicos, que transferem renda de 100 reais, e o lucro que a venda de drogas promove para um jovem desse.

Ao pensar desta forma, ignoram-se muitos aspectos do envolvimento deste jovem com o crime. Se alguém perguntar a um jovem envolvido com o tráfico se ele gostaria de ter outra vida, certamente diria que sim. A prova disso está nos relatos dos pais que afirmaram o quanto seus filhos pediram ajuda para sair desta vida, antes de morrer.

Outra questão que deve ser avaliada é que o preço de alguns entorpecentes como o crack vem declinando a cada dia no mercado nacional²⁸. A oferta desses produtos está cada dia mais volumosa e de fácil acesso. Com o passar do tempo, o lucro com sua venda não será tão sedutor e qualquer política pública que proponha uma renda parecida com o que ele poderia ganhar com o tráfico será mais atraente.

Há de se concordar que as políticas públicas de transferência de renda repassam valores financeiros considerados insuficientes para a subsistência de um jovem. Mas vale lembrar que o conjunto das ações aqui propostas poderia lhe promover uma vida muito mais saudável e digna.

A falta de entrosamento entre os setores responsáveis por cada política compromete o bom atendimento à comunidade. Esta inclusive é a justificativa para considerar, no título deste trabalho, a expressão “fragilidade da rede”, pois, apesar de haver uma tentativa de integração entre os vários projetos e ações, as deficiências ainda são muitas para que haja uma rede plenamente integrada. Para que a integração ocorra, cabe ao governo municipal assumir esta função de principal articulador para ajudar a reverter este quadro, pois é a esfera de poder governamental que está mais próxima da população jovem, principalmente através das secretarias (Seduc, Sedes e Sesau),

Há também a necessidade de uma melhor capacitação dos profissionais que lidam com políticas de juventude, embora tenha sido possível detectar que alguns possuem um discurso compatível e responsável com as suas respectivas funções. Muitos ainda se encontram despreparados para enfrentar tal problema.

²⁸ A ONG italiana *Fuoriluogo* elaborou a *Bolsa das Drogas* – chamada ironicamente de “Cow Jones”, numa crítica à falência do modelo da *war on drugs* – cujos números revelam que os preços das drogas despencaram. Além disso, dados da associação inglesa *Drugscope* reiteram que, apesar do aumento na repressão por meio de militarizações como o *Plan Colômbia*, a droga está cada vez mais disponível e, com exceção da heroína, mais barata (MAIEROVITCH, 2006).

As secretarias de Educação e de Saúde precisam absorver essa idéia e assumir seu papel de órgão público que entra na casa da maioria das pessoas todos os dias. A criação de uma gerência, nestas secretarias, para cuidar das ações que dessem suporte aos jovens seria o primeiro passo.

No caso da Secretaria de Desenvolvimento Social, há uma Gerência da Criança e do Adolescente que precisa ser reformulada, ganhando o status de Gerência da Criança e da Juventude, claro que acompanhada de melhores equipamentos e recursos humanos que os encontrados atualmente. Com essa nova cara e estrutura, a gerência assumiria outras responsabilidades.

Alinhadas à Coordenadoria de Juventude, que já existe, essas três novas gerências, juntamente com todos os agentes responsáveis por políticas públicas para a juventude, mais a participação popular, principalmente como agente fiscalizador através dos conselhos, poderão coodernar as ações que beneficiam esse setor da sociedade de forma mais completa.

Com este novo grupo de trabalho montado, as famílias de Camaçari precisam de algumas respostas urgentes acerca do envolvimento dos jovens com a violência e os homicídios sofridos por seus filhos.

Primeiro, é preciso responder por que a maioria dessas famílias tem mais de um filho e apenas um deles está envolvido com a criminalidade, enquanto os outros, que viveram nas mesmas condições sociais e foram criados com as mesmas oportunidades e o mesmo padrão de vida, não enveredaram por este caminho. E segundo, por que os homens da mesma faixa etária são mais vulneráveis a esse mundo, aparecendo em 95% no total dos homicídios.

Os pais não podem ter seus filhos guardados em uma caixa lacrada com medo do que poderá machucá-los, não é justo que desenvolvam uma espécie de paranóia em relação às investidas dos traficantes contra seus filhos. O jovem precisa ser livre e, ao mesmo tempo, protegido. A sociedade ainda acredita no papel das instituições públicas, principalmente da escola como agente disciplinador.

Muitos pais se referiram ao gosto pelo ensino militar, entendendo que, se os filhos tivessem estudado em uma instituição com esses valores mais disciplinadores, possivelmente seriam pessoas mais razoáveis e não teriam se envolvido com as drogas.

Quanto ao papel da escola, ela precisa consolidar sua referência como um lugar seguro para os jovens, tem que manter um ambiente agradável, fomentador de sonhos e precisa ser acolhedora. Hoje, não existe uma política pedagógica que registre e sistematize os dados estatísticos acerca da violência nas escolas e atue reprimindo-a, o que deixa a Secretaria de Educação vulnerável a imagem de órgão complacente a esta violência.

Uma sugestão que pode ser seguida é a de se revitalizarem as escolas nos territórios de descoesão social. Esta revitalização deve ir além da reestruturação física e deve ser acompanhada por uma melhora sistemática dos projetos pedagógicos aplicados na unidade escolar, buscar a qualificação dos profissionais em educação²⁹ que lidam com estes jovens, além de criar mecanismos que norteiem os projetos pedagógicos estimuladores da não violência.

A instalação de instituições de ensino fundamental, médio ou superior, com um projeto pedagógico mais rígido e disciplinador chegaria não como elemento repressor, mas como uma ferramenta que possa trabalhar o conceito de respeito de forma mais direta do que nas escolas convencionais.

Ações simples como estas, agregadas a políticas públicas voltadas para a capacitação de jovens para ao mercado de trabalho, com ofertas de mais esporte, cultura e lazer possivelmente ocupariam mais seu tempo e seus pensamentos, diminuindo a possibilidade de estarem expostos aos assédios dos traficantes.

É um equívoco achar que a solução para resolver os problemas de comportamento da juventude atual seria a de os pais criarem seus filhos com a educação rígida do passado. O bom comportamento de parte da juventude se deu a custo de uma falta de afetividade muito grande entre pais e filhos, em decorrência do forte machismo que imperava na sociedade brasileira.

Vivemos hoje em uma sociedade tecnológica, com um mundo cibernético e que caminha para a condição de uma sociedade informacional. Ainda assim, não podemos esquecer que os ideais políticos, os valores morais e de família, que foram experimentados pelas gerações passadas, permanecem nas pessoas que hoje estão no poder e que possuem a condição de implementá-los, caso desejem. Claro que de forma que se respeite a evolução dos tempos.

Entre as políticas pró-ativas que se apresentam como capazes de evitar o contato do jovem com o mundo do crime fica o indicativo de outras ações que poderão fortalecer esta estratégia.

O grêmio estudantil foi um mecanismo de mobilização da juventude que deu certo outrora e que deve ser estimulado pelos gestores das escolas. Esta ferramenta foi utilizada como meio de reivindicação de direitos e formou lideranças que hoje são grandes políticos no município.

²⁹ Entende-se por profissionais da educação, todos os membros da comunidade escolar, desde o porteiro até os gestores da unidade escolar.

A pauta do debate da juventude atual deve entrar no problema do desenvolvimento sustentável, principalmente quando se fala do lixo urbano. A criação de uma política de sensibilização ambiental promoverá parte das mudanças de que o município precisa para ocupar seus jovens, além de melhorar o olhar acerca do lixo. Com a criação de políticas públicas de preservação ambiental, que envolvam os jovens e que mostrem o quanto o lixo pode ser uma fonte de renda, possivelmente haverá o estímulo ao empreendedorismo ecológico, fazendo surgir uma cultura de preservação ambiental para as próximas gerações.

Uma saída possível é a de otimizar o uso de políticas de transferência de renda para estimular o jovem a se proteger do mundo do crime. Alguns programas de transferência de renda para jovens, como as bolsas de auxílio estudantil, poderiam ganhar, no período das férias escolares, uma edição especial com a ampliação dos benefícios. As férias de verão são muito longas e os jovens ficam muito ociosos. Seu tempo poderia ser ocupado com atividades de embelezamento da cidade, cuidando de jardins e praças, além de outras ações de cidadania como recreação com crianças e idosos.

Quanto às medidas preventivas e repressivas, vale lembrar que a maioria dos jovens não usa drogas e que eles devem ser protegidos por políticas públicas que funcionem verdadeiramente. Os jovens que cederam às pressões do narcotráfico devem ser atendidos por políticas públicas mais específicas, que consigam reintegrá-los à sociedade e a sua família. A sociedade não pode abandoná-los.

A pesquisa evidenciou que o jovem para o qual se voltam as políticas públicas juvenis do Estado faz parte de uma família que teve seus laços de convivência no mínimo arranhados. Entretanto, pouco foi visto nos projetos pedagógicos a evidência de que existe uma preocupação com uma política pública juvenil que integre o jovem e a família. A maioria dos projetos preza atender o jovem desconectado de seu ambiente social e familiar, mesmo se estes ambientes podem ser estimuladores da violência juvenil.

O grande desafio do Estado deve ser proteger esta juventude em risco dos danos, ajudando-a a superar o assédio do narcotráfico nas áreas de risco, dando-lhe condições técnicas de saber a quem recorrer para receber a ajuda, quando precisar enfrentar os transtornos psicossociais inerentes a qualquer jovem.

Cabe aos atuais gestores públicos registrar este período da história como a etapa em que se iniciou a inversão das estatísticas de violência contra os jovens. O processo pode ser feito através de um chamado a todos que se preocupam com esta questão, evitando, assim, que a sociedade continue calada assistindo a este genocídio no sofá de suas casas.

A expectativa é a de que este trabalho possa contribuir para o conhecimento científico do fenômeno dos homicídios de jovens, confirmando alguns dados que o consenso já mostrava e trazendo novos sobre as suas características, a sua territorialidade e as formas de enfrentamento.

Se, por um lado, há questões aqui abordadas que ainda necessitam de maior aprofundamento, servindo de estímulo para o desenvolvimento de pesquisas futuras, por outro lado, pretende-se que muitos pontos levantados possam servir para a formulação e implementação de políticas públicas de planejamento urbano e regional.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **Geografia de Salvador**. Salvador: Edufba, 2006.

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como política pública**. 3.ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2004. (Polêmicas do Nosso Tempo, v. 56).

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER. Prefeitura Municipal de Camaçari. **Camaçari: catálogo de logradouros da sede**. Salvador, 1996.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Resultado do PIB municipal revela leve desconcentração espacial na economia baiana**. Disponível em: <http://wi.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/boletim_PIB_municipal_2007.pdf>. Acesso em: 15 abr.2009.

BASTOS, Anna. **O maior PIB industrial do Nordeste**. Camaçari: Prefeitura Municipal de Camaçari. 2010. Disponível em: <http://www.camacari.ba.gov.br/detalhe_noticia.php?cod_noticia=3061>. Acesso em: 2 abr. 2010.

BAUM, Heike. **Ele está me provocando!:** lidando com as brigas e com os ciúmes entre irmãos. Tradução Marcos Malvezzi Leal. Campinas, SP: Verus, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BIDDULPH, Steve. **Criando meninos**. São Paulo: Fundamento,2002

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

BRASIL. Governo Federal. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da criança e do Adolescente – SNPDC. Fundação das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Observatório de Favelas-Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens – PRVL. **Índice de Homicídios na Adolescência:** análise dos homicídios em 276 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <HTTP://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/idha.html>. Acesso em: 10 de out./2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Análise das ocorrências registradas pelas polícias civis:** janeiro de 2004 a dezembro de 2005. Brasília, 2006.

- BRITTO, Elza Maria Aparecida Coutinho. **Caracterização e distribuição espacial da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Salvador: casos atendidos no Serviço Viver**. Salvador: Unifacs, 2005.
- CALDAS, Alcides dos Santos. **Globalização e periferia: os sistemas produtivos rurais da Bahia e da Galícia**. Salvador: Unifacs, 2006.
- CAMAÇARI. Prefeitura Municipal. Secretaria de Assistência Social. **Centro de Referência da Assistência Social (Cras). Casa da Família**. Camaçari, BA, 2003. *Folder*.
- CAMAÇARI. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento, Urbanismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento de Gestão. **Perfil e diagnóstico: 2000-2005**. Camaçari, 2005.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a Geografia).
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 8. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. v. 1.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro (RJ):Bertrand Brasil, 2000.
- COSTA, Liana Fortunato; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de (Org.). **Violência no cotidiano: do risco à proteção**. Brasília: Universa: Líber Livro, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Entrevista. **Revista Discente Expressões Geográficas, Florianópolis**, n. 1, p.1-14, jun. 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática,1991.
- CRUZ, Carla. **Como educar meu filho e torná-lo independente**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.
- DEMO, Pedro. **Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- DOLTO, Françoise. **A causa dos adolescentes**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.
- ESPINHEIRA, Gey. **Desaparecimento e desaparecidos: um estudo da violência urbana**. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia/CEFIJ, 1999.
- ESPINHEIRA, Gey . Interlúdio – overdose de cultura e o compromisso da sociologia contemporânea. In: ESPINHEIRA, Gey (Org.). **Sociedade do medo: teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência**. Salvador: Edufba, 2008a. p. 51-97.
- ESPINHEIRA, Gey. Sociologia da delinquência: a iniciação do jovem. In: GOMES, Carlos Alberto da Costa (Org.). **Segurança e educação: uma abordagem para construção de um sistema de medidas pró-ativas, preventivas e repressivas coerentes com a realidade da juventude**. Salvador: Bureau, 2008b. v. 1, p. 69-93.

FERREIRA, Nilton José Costa. **Polícia, política, justiça, corrupção e criminalidade**. Salvador: Bureau, 2009.

GIKOVATE, Flávio. **A arte de Educar**. Curitiba: Nova Didática, 2001.

GOMES, Carlos. Educação como base da segurança. In: GOMES, Carlos Alberto da Costa (Org.). **Segurança e educação**: uma abordagem para construção de um sistema de medidas pró-ativas, preventivas e repressivas coerentes com a realidade da juventude. Salvador: Unifacs, 2008. p. 153-169.

GOMES, Carlos. Segurança cidadã. In: GOMES, Carlos Alberto da Costa (Org.). **Segurança e educação**: uma abordagem para construção de um sistema de medidas pró-ativas, preventivas e repressivas coerentes com a realidade da juventude. Salvador: Unifacs, 2009. p. 29-46.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População jovem no Brasil**: a dimensão demográfica. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/comentario1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2010.

JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998.

KILSZTAJN, Samuel et al. (Org.). Vítimas da cor: homicídios na região metropolitana de São Paulo. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro v. 21, n. 5, pag. 1408-1415, set.-out.,2005.

LAGE, Creuza Santos. **Refletindo sobre o projeto de pesquisa em geografia**. Salvador: C. S. Lage, 2002.

LEI Nº 8.069, de 13 de junho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://br.vlex.com/vid/ordinaria-julho-estatuto-adolescente-34295751>>. Acesso em: 20 de set./2009.

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ**, Rio de Janeiro, v.21, p. 9-20, 1998. Disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010.

LUKAS, Carrie L. Os homens não são os inimigos. In: _____. **Mulher SEM culpa**: coisas fundamentais que toda mulher precisa saber para ser mais feliz (e que as feministas fazem questão de esconder). Tradução de Virginia Lobo. São Paulo: Gente, 2010. p. 51-68.

MAIEROVITCH, Walter Fanganiello. Drogas proibidas caem de preço. **Terra Magazine por Bob Fernandes**. 12 set. 2006. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1135113-EI6580,0.html>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

MEDEIROS, Marcelo. Novas políticas, novas famílias: precisamos saber mais sobre ambas. **Como Vai?**: população brasileira, Brasília, ano 5, n. 2, p. 1-7, 2000. MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v.10, (supl. 1), p. 7-18, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 19. ed. São Paulo-SP: Annablume, 2003.

- NOVAES, Regina; VANNUCHI Paulo (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: P. Abramo, 2004.
- NUNES, Débora. **Pedagogia da participação: trabalho com comunidades.** Tradução Ciro Sales. Salvador: UNESCO/ Quarteto, 2002.
- OCTAVIO, Ianni. **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- PARENTE, Sandra. **Camaçari: sua história, sua gente.** Camaçari: Artset, 2002.
- PARENTE, Sandra. **Histórias que não contei.** Salvador: Fast Design, 2007.
- PAROLIN, Isabel. **Pais & Educadores: quem tem tempo de educar?** Porto Alegre: Mediação, 2007.
- PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. **Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil.** Campinas, SP: Pagu/Unicamp, 2008. Disponível em: http://www.observe.ufba.br/_ARQ/bibliografia/MAPEO_Brasil%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2011.
- PEDRÃO, Fernando. **Economia, política e poder na periferia globalizada.** Salvador: Jus Podivm, 2009.
- PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades;** tradução de Giselle Unti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- PEREIRA, Paulo César Xavier. **Espaço, técnica e construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1988.
- RAMOS, Alba Regina Neves. O estado e os mecanismos de proteção social: referências sobre o tema em debate. In: GOMES, Carlos Alberto da Costa (Org.). **Segurança e educação: uma abordagem para construção de um sistema de medidas pró-ativas, preventivas e repressivas coerentes com a realidade da juventude.** Salvador: Unifacs, 2009. p.137-151.
- RANGEL, Mary. **A pesquisa de representação social como forma de enfrentamento de problemas socioeducacionais.** Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.
- REDIN, Euclides; REDIN, Marita Martins; MÜLLER, Fernanda (Org.). **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças.** Porto Alegre: Mediação, 2007.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Col. Primeiros Passos, 203).
- ROSA, José Tolentino; MOTTA, Ivonise Fernandes da (Org.). **Violência e sofrimento de crianças e adolescentes: na perspectiva winnicottiana.** Aparecida, SP: Ideias & Letras; São Paulo: FAPESP, 2008.
- ROSÁRIO, Angela Buciano do. **Mental:** revista de saúde mental e subjetividade da Unipac, Barbacena, v.2, n. 4, p. 185-187, jun. 2005.
- SANTOS, Marcos César dos; GOMES, Carlos Alberto da Costa. O sonho e a realidade: sociedade e violência. In: ESPINHEIRA, Gey (Org.). **Sociedade do medo: teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência.** Salvador: Edufba, 2008. p. 101-116

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. Disponível em: < http://rodrigomaia.site88.net/livros/met_esp_hab_ms.pdf >. Acesso em:06/06/2010.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **Regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza**: diferentes processos recentes de industrialização. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 7., 1997, Recife. **Anais...** Recife: Anpur, 1997. p.853-877.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SINGER, Paul. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SMITH, Patrícia; DIAS, Nádia Souza. A representação dos medos: a plasticidade das emoções. In: ESPINHEIRA, Gey (Org.). **Sociedade do medo**: teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência. Salvador: Edufba, 2008. p. 195-215.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. (Coleção Origem).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SUDBRACK, M. F. Olivier; CONCEIÇÃO, Maria I. G. C. Jovens e violência: vítimas e/ou algozes? In: COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. de (Org.). **Violência no cotidiano**: do risco à proteção. Brasília: Universa, 2005. p. 185-198.

UNIÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS DE CAMAÇARI. **Projeto Volta por Cima. Casa de Semiliberdade**. Camaçari, BA. 2009. *Folder*.

VIAPIANA, Luiz Tadeu. **Economia do crime**: uma explicação para a formação do criminoso. Porto Alegre, RS: Age, 2006.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília, DF: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), 2007.

WERNECK, Hamilton. **Educar é sentir as pessoas**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

CARACTERIZAÇÃO DO HOMICÍDIO

23º) COMO FOI O CRIME? _____

24º) NA SUA OPINIÃO O QUE O LEVOU AO HOMICÍDIO? _____

25º) EXISTE/ OU EXISTIA PONTO DE VENDA DE DROGAS NO BAIRRO DA VÍTIMA NA EPOCA DO CRIME?

SIM NÃO NÃO SABE

26º) HOJE ESSES PONTOS DE VENDAS DE DROGAS PERSISTEM?

SIM NÃO NÃO SABE

27º) QUAL A RELAÇÃO DA POLÍCIA COM O CRIME? _____

28º) QUAL SENTIMENTO ABAIXO MELHOR EXPRESSA A MORTE DELE(A) PARA VOCÊ?

- A) FOI UM ALÍVIO PARA A FAMÍLIA
- B) FOI UMA PERDA IRREPARÁVEL
- C) FOI INDIFERENTE, EU JÁ SABIA QUE ISSO IRIA ACONTECER
- D) OUTROS: _____

29º) ONDE SE DEU O CRIME? _____

30º) ELE(A) MORREU ONDE? _____

31º) QUANTO AO ATENDIMENTO NO HOSPITAL A FAMÍLIA AVALIA:

- A) FOI BEM ATENDIDA
- B) FOI MAL ATENDIDA
- C) TEVE ATENDIMENTO IGUAL A TODO MUNDO
- D) SENTIU UM CERTO PRECONCEITO
- E) OUTROS: _____

32º) O CRIME FOI DENUNCIADO E REGISTRADO NA DELEGACIA?

SIM NÃO

33º) QUANTO AO ATENDIMENTO NA DELEGACIA A FAMÍLIA AVALIA:

- A) FOI BEM ATENDIDA
- B) FOI MAL ATENDIDA
- C) TEVE ATENDIMENTO IGUAL A TODO MUNDO
- D) SENTIU UM CERTO PRECONCEITO
- E) OUTROS: _____

**APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DOS FAMILIARES PARA A REALIZAÇÃO E
PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS**

DECLARAÇÃO

Declaro estar de acordo em responder a entrevista realizada pelo pesquisador e professor Márcio Silva das Neves a respeito do homicídio sofrido por meu (escrever grau de parentesco: _____ de nome: _____), com fins de subsidiar a pesquisa do Mestrado deste profissional, ficando autorizada a publicação dos resultados da entrevista em textos científicos.

Camaçari, ____/____/ 2009

Assinatura do declarante

ANEXO A – REGISTRO DE HOMICÍDIOS DE JOVENS –ANO 2008 – CAMAÇARI / BA

Nº	Nome	Idade	Endereço	Sexo	Causa da morte	Local onde morreu	Horário das mortes
1	Antonio Ferreira da Silva Junior	22	Rua da Amizade Qd. 20 Nº 23 Parque Satélite	M	Arma de fogo	HGC	21:30
2	Ataide Nicolau Junior	23	Rua B Recanto das Arvores nº 03 Phoc III	M	Arma de fogo	Via Pública	02:30
3	Anderson Carvalho de Jesus	20	Rua Ilhéus nº 46 Phoc III	M	Arma de fogo	HGC	10:00
4	Alex Nunes de Carvalho	19	NFPI	M	Arma de fogo	Via Pública	01:50
5	Anderson Conceição de Jesus	20	Phoc III	M	Arma de fogo	HGC	NFPI
6	Antonio Cardoso Matias	21	Rua dos Lírios nº 41 Phoc I	M	Arma de fogo	Via Pública	20:00
7	Ana Carla Silva Pereira	19	Rua da Travessa nº 08 Gleba A	F	Arma de fogo	Residência	19:30
8	Alex Alves da Silva	18	Não foi possível identificar	M	Arma de fogo	NFPI	NFPI
9	Adriano Souza de Brito	23	Rua 7 do Canal Gleba A	M	Arma de fogo	Via Pública	06:30
10	Alexandre dos Santos Brito	23	Loteamento N.Horizonte S/N Jacarezinho	M	Arma de fogo	Residência	23:40
11	Anderson Oliveira da Silva	22	Não foi possível identificar	M	Arma de fogo	Via Pública	NFPI
12	Alexsandro de Moura da Silva	21	Rua Maria Meire nº 105 N. Vitória	M	Arma Branca	HGC	13:40
13	Carlos André Ribeiro dos Santos	23	Rua da aurora nº 18 Phoc I	M	NFPI	NFPI	15:00
14	Clebson Torres Santos	19	Rua Mangarim nº 16 N. Vitória	M	Arma de fogo	Via Pública	20:20
15	Carlos Alberto Jesus de Santana	24	Rua Maria Emília nº 322 Triângulo	M	Arma de fogo	HGC	07:30
16	Carlos Alberto de Santana Junior	22	Rua 06 Bloco 54 Apr104 Gleba C	M	Arma de fogo	HGC	22:30
17	Diego Paraguassu dos Santos	16	Rua São Rafael nº 26 Parafuso	M	Arma Branca	Via Pública	15:00
18	Daniel Santos da Conceição	24	Rua Simara Helen nº11Catu de Abrantes	M	Arma Branca	Hospital M.de Faria	12:20
19	Dourival Pinheiro Purificação	24	Rua do Atleta nº154N.Vitoria	M	Arma de fogo	HGC	18:35
20	Diones Fernando dos Santos	22	Rua do Arco de Baixo Qd 19 Lote.18 PhocIII	M	Arma de fogo	HGC	20:40
21	Edi Carlos Bispo de Sanatana	22	Rua de Amendoeira S/N, Catu de Abrantes	M	Arma de fogo	Hospital M. de Faria	1350
22	Elenildo Conceição Gifone	24	Rua Alto da Bela Vista Jauá	M	Arma de fogo	Via Pública	19:35
23	Edjane dos Santos Nenezes	16	Av.Rio Camaçari nº39Lama Preta	F	Arma de fogo	Via Pública	11:30
24	Evanio de Oliveira dos Santos	18	Rua Tomé de Souza nº67Vila de Abrantes	M	Arma de fogo	Hospital M. de Faria	18:35
25	Evandro de Freitas Gomes	18	Rua Senhor do Bonfim nº16 E Parque das Mangabas	M	Arma de fogo	Invasão do Quilombo	19:30
26	Everton da Silva Gomes	20	Rua do Atleta S/N N.Vitoria	M	Arma de fogo	Via Publica	22:30
27	Erico das Mercês de Sena	19	Rua Praia dos Artistas nº15Verde Horizonte	M	Arma de fogo	Invasão Limoeiro	NFPI
28	Fabio Francisco Lima Oliveira	21	Rua Maria Meire nº1.227 N.Vitoria	M	Arma de fogo	HGC	20:40
29	Gilberto Souza do Sacramento	23	Rua Maria Meire nº117N Vitoria	M	Arma de fogo	Via Pública	18:00
30	Geraldo Santanade Lima	20	Ponte da Caixa nº06 Abrantes	M	Arma de fogo	Via Pública	19:20
31	Graziela Jesus de Santana	24	Rua Alto da da Bela Vista nº08 Inocoop	F	Arma de fogo	HGC	19:40
32	Gilberto Souza Nascimento	23	Não foi possível indentificar	M	Arma de fogo	Via Publica	NFPI
33	Gilvanio Neves da Silva	21	Rua Santa Barbara S/N Setubal	M	Arma de fogo	Via Publica	14:10
34	Henrique Pereira dos Santos	20	Rua das Amendoeira S/N Catu de Abrantes	M	Arma de fogo	Hospital M.de Faria	14:05
35	Herbert Souza Santos	23	Rua 2Quadra A nº28Gravatá	M	Arma de fogo	Via Pública	NFPI
36	Idairi de Oliveira Batista	26	Rua G,S/N Recanto das Arvore Inv.Pelourinho Phoc I	F	Arma de fogo	Residência	NFPI
37	Isaias dos Santos	16	Rua Manga Itamaracá nº22 Mangueiral	M	Arma de fogo	Via Pública	20:45
38	Ivanilton da Silva Santos	22	Rua Augusto Sandino nº969 N.Vitoria	M	Arma de fogo	HGC	20:00
39	Jair de Paula Alves dos Santos	22	Natural de Gandú -BA	M	Arma de fogo	Via Pública	07:50
40	Jamilson Ferreira dos Santos	21	Rua Alto da Bela Vista Jauá	M	Arma de fogo	Via Pública	07:15
41	Jackson Souza Dias	24	Não foi possível identificar	M	Arma de fogo	Via Publica	NFPI
42	Jaime de Jesus Cunha Soares	24	Rua do Areal nº24 Machadinho	M	NFPI	HGC	21:20
43	Jean Damasceno Ferreira	15	Rua Acacia Jeovanica nº34 Gleba E	M	Enforcamento	Posto Medico da Prefeitura	16:40
44	Joelson Lima Barreto	24	Rua Pedro Paulo Tanuci N.Vitoria	M	NFPI	NFPI	02:20

Nº	Nome	Idade	Endereço	Sexo	Causa da morte	Local onde morreu	Horário das mortes
45	Juvenilson Oliveira da Silva	20	Rua Raquel de Queiroz S/N Parque Verdell	M	NFPI	Via Pública	21:00
46	Joaldo Soares Carvalho	24	Não foi possível identificar	M	Arma de fogo	Via Pública	21:30
47	Jadson de Jesus Dias	24	Rua da Vitoria nº29 Phoc I	M	Arma de fogo	Via Pública	20:00
48	João Carlos Barbosa da Silva	24	Rua do Continentes nº302 V.Horizonte	M	Arma de fogo	Via Pública	21:00
49	Jhon Gois De Oliveira	19	Rua da Viagem 28 V.Horizontes	M	Arma de fogo	Via Pública	03:00
50	Leonardo Régis Santos	15	Rua Sucupio nº95 Catu de Abrantes	M	Arma de fogo	Hospital M. de Faria	15:00
51	Leandro da Silva do Nascimento	17	Rua Vila dos Artistas nº05 Jauá	M	Arma de fogo	HGE	05:57
52	Leandro Lima de Sena	16	Rua Saudade nº08Caminho D-20 B.Novo	M	Arma de fogo	Via Pública	07:20
53	Laércio Pereira Lima	21	Rua alto das carambolas nº17Parque verde	M	Arma de fogo	Via Pública	22:35
54	Manuela França da Silva	20	Rua Itacimirim nº314 inocoop	F	Outros	Residência	10:00
55	Marcos Araújo dos Santos	22	Bairro Novo Horizontes	M	Arma de fogo	HGC	00:15
56	Marcelo Santos Silva	23	Caminho 06 casa 04 Piaçaveira	M	Arma de fogo	HGC	7:30
57	Mario Cesar Oliveira de Araujo	19	Rua Tomé de Souza Estiva de Buris	M	Arma de fogo	Via Pública	22:40
58	Marcelo Luiz de Santana Fiuzza	24	Não foi possível identificar	M	Arma branca	Via Pública	16:00
59	Marcio santos de Araujo	22	Rua dasAmendoeiras nº58Catude abrantés	M	Arma de fogo	Hospital M.de Faria	13:48
60	Mateus de Perreira	22	Pé de Areia Jauá	M	Arma de fogo	Via Pública	NFPI
61	Mauricio Santos da Silva	16	Rua Castro Alves nº217Fazenda CoutosIII Salvador	M	Arma de fogo	Hospital João Batista Caribé	16:45
62	Marcos de Cruz Souza	24	Rua Marte Qd01 nº47 Gravatá	M	Paulada	Via Pública	00:30
63	Mauricio S.de Jesus	19	Rua Ciclovía nº15 Camaçari de Dentro	M	Arma de fogo	Via Pública	20:00
64	Raquel Ramos da Silva	23	Rua Patamares V.Horizonte	F	Arma de fogo	Via Pública	03:00
65	Robson Silva da Fonseca	20	Travessa 08 Ligação nº70 Parque Satelite	M	Arma de fogo	Via Pública	20:00
66	Rodrigo Silva e Silva	16	Rua Cruzeiro nº82V.de Abrantes	M	Arma de fogo	Via Pública	21:30
67	Rafael Marque Cabral Amaral	19	Avenida Tiradentes S/N Abrantes	M	Arma de fogo	Via Pública	14:00
68	Robson de Jesus Nascimento	19	Rua Joinville nº288 FicamIII	M	Arma Branca	Via Pública	06:00
69	Ricardo Santos	21	Não foi possível identificar	M	Arma de fogo	NFPI	NFPI
70	Reginaldo Conceição dos Santos	23:	Não foi possível identificar	M	Arma de fogo	Via Pública	NFPI
71	Robson Souza da Conceição	22	Rua direta de Jauá nº45 Jauá	M	Arma defogo	Via Pública	20:30
72	Rafael de Oliveira dos Santos	24	Parque Satelite nº71 Zona Rural	M	Arma de fogo	HGC	22:15
73	Sandro Souza de Oliveira	20	Fazenda Pedro Branca S/N Nova Ibia Monte Gordo	M	Arma Branca	Via Pública	22:00
74	Simone da Conceição de Almeida	18	Rua Recanto das Arvores nº11 Phoc III	F	NFPI	Posto de Saúde Nova Aliança	21:10
75	Sandro Santos Oliveira	24	Rua Bandeirante nº100 N.Vitoria	M	Arma Branca	Via Pública	23:30
76	Thiago Moreira da Silva	20	Rua Acajutiba Quarenta e seis	M	Arma de fogo	Via Pública	03:50
77	Tarcisio Romeiro Dias Silva	21	Rua do Barraco nº121 Bomba	M	Arma de fogo	Via Pública	20:40
78	Vando Rodrigues de Oliveira	20	Rua dos Crentes S/N Corre Nú Machadinho	M	Arma de fogo	Via Pública	17:30
79	Wellington Veloso do Espirito Santo	23	Estiva de Buris Gleba H	M	Arma de fogo	Via Pública	21:00
80	Cesar Augusto Baido Francisco Oliveira	17	Rua São Bento nº19 Phoc deBuris (V. Abrantes)	M	Arma de fogo	Via Pública	NFPI
81	Widson Pereira Coutinho	15	Quadra H.Loote 03Phoc de Abrantes	M	Paulada	Via Pública	NFPI

Registro de Homicídios de Juvenis - Ano 2008 (continuação)

Cor / Etnia	Data de falecimento	Pais	Estado Civil	Profissão	Fonte
Parda	9/2/2008	Antonio F. da Silva / Maria do Carmo	Solteiro	Aj.Prático	Cemitério
Parda	14/12/2008	Ataide Nicolau / Ivanete Conceição Azevedo	Solteiro	Motorista	Cemitério
Parda	9/11/2008	Manoel Barbosa de Jesus / Ilza Antonia	Solteiro	Sem Profissão	Cemitério
Parda	17/04/2008/	Maria Nunes de Carvalho	Solteiro	Aj. de Pintor	Cemitério
NFPI	10/11/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Mídia
Parda	12/7/2008	Antonio J. Matias / Domingas C. Matisa	Solteiro	Montador de Andaime	Cemitério
Parda	12/11/2008	NFPI	NFPI	NFPI	DEAM
NFPI	25/4/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Mídia
Parda	12/11/2008	Maria Helena S. de Brito	Solteiro	Aj. De Montador	Cemitério
Parda	5/2/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Delegacia
NFPI	16/5/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Mídia
Parda	15/11/2008	José Francisco da Silva / Marineide de Moura	Solteiro	Sem Profissão	Cemitério
Parda	7/6/2008	NFPI	NFPI	NFPI	CP 18*
Parda	23/12/2008	Sidney Mota dos Santos / Luiza F.T.Santos	Solteiro	NFPI	Cemitério
Parda	12/1/2008	Raimundo C. de Santana / Marilene Jesus de Santana	Solteiro	Montador	Cemitério
Parda	15/4/2008	Carlos Alberto / Josenildes L. Corbacho de Santana	Solteiro	NFPI	Cemitério
Parda	9/5/2008	Cosme C. dos Santos / Gessinelia P. dos Santos	Solteiro	Estudante	Cemitério
Parda	19/5/2008	José Higino da Conceição / Aurenita da Conceição	Solteiro	Sem Profissão	Cemitério
Parda	14/6/2008	Adelson Silva / Berenice dos Santos	Solteiro	Aj. Construção Civil	Cemitério
Parda	23/10/2008	Diógenes F.dos Santos / Maria De Lourdes S.Ferreira	Solteiro	Autônomo	Cemitério
Negra	19/2/2008	Cosme Bispo de S.Filho / Iane Santana	Solteiro	Segurança	Cemitério
Negra	9/8/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Delegacia
Branca	30/11/2008	Edson S. de Menezes / Edina dos Santos Menezes	Solteira	Estudante	Cemitério
Negra	13/11/2008	Epifanio P.dos Santos / Valdelice Barros de Oliveira	Solteiro	Estudante	Cemitério
Parda	24/6/2008	Evangelvaldo F.Gomes / Rosangela Freitas	Solteiro	Pintor	Cemitério
Branca	17/11/2008	Edilson de C.Gomes / Arivania Rodrigues da Silva	Solteiro	Motorista	Cemitério
Parda	04/01/2008	Pedro Nery de Souza / Maria da Conceição das M. Sena	Solteiro	Mototaxista	Cemitério
Branca	25/5/2008	Francisco de A.Oliveira / Felicidade lima dos Santos	Solteio	Biscateiro	Cemitério
Parda	21/10/2008	Roberto Linbense do Sacramento / Rosineide de J. souza	Solteiro	Aj. de pedreiro	Cemitério
Branca	3/6/2008	Geraldo Rosa Lima / Valquiria Freitas de Santana	Solteiro	Estudante	Cemitério
Parda	13/2/2008	Odílio Jorge de Santana / Josefa Rosa de Jesus	Solteira	Estudante	Cemitério
NFPI	21/10/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Mídia
Negra	9/3/2008	Oswaldo de Araujo da Silva / Ana Maria das Neves Silva	Solteiro	Autonomo	Cemitério
Negra	19/2/2008	Bernardino P.dos Santos / Ana Lucia P. dos Santos	Solteiro	Aj. de pedreiro	Cemitério
Parda	19/1/2008	José de Souza Santos / Ozeni oliveira Souza	Solteiro	Sem Profissão	Cemitério
Parda	8/10/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Delegacia
Parda	20/10/2008	Ednalva dos Santos	Solteiro	Ajudante	Cemitério
Branca	10/3/2008	Pedro Ribeiro dos Santos / Vera Lucia da Silva santos	Solterio	Aj. Construção Civil	Cemitério
Parda	24/7/2008	Domingos Nascimento dos Santos / Maria de Lourdes	Solteiro	Aj. Pratico	Cemitério
Parda	23/5/2008	José Edson dos Santos / Marivone Ferreira dos Santos	Solteiro	Aj. de Pedreiro	Cemitério
NFPI	NFPI	NFPI	NFPI	NFPI	Mídia
Negra	7/6/2008	Marciozeno Soares / Tereza de Jesus Cunha	Solteiro	Lavrador	Cemitério

Branca	23/2/2008	José Arnaldo Ferreira / Balbina Damasceno ferreira	Solteiro	Estudante	Cemitério
Parda	23/11/2008	NFPI	NFPI	NFPI	CP 18*
Negra	1/1/2008	NFPI	NFPI	NFPI	CP 18*
NFPI	11/6/2008	Maria lucia soares Carvalho / Edgar dos Santos carvalho	Solteiro	Estudante	Mídia
Negra	21/5/2008	Júlio Dias / Angela Maria de Souza	Solteiro	Estudante	Cemitério
Amarela	23/11/2008	Genivalda Barbosa da Silva	Casado	Caseiro	Cemitério
Parda	27/11/2008	Elizeu Evangelista de Oliveira / Maria Machado Gois	Solteiro	Estudante	Cemitério
Negra	27/3/2008	Maria do Carmo Régis Santos	Solteiro	Estudante	Cemitério
Parda	5/11/2008	Manoelito de S.do Nascimento / Helena Maria da Silva	Solterio	Estudante	Cemitério
Parda	16/11/2008	Juarez Possidonio de Sena / Maria Ivoneide A. de Lima	Solterio	Estudante	Cemitério
Parda	3/6/2008	Essio Soares Lima / Graça Maria Pereira	Solteiro	Aj. de pedreiro	Cemitério
Parda	11/4/2008	NFPI	NFPI	NFPI	DEAM
NFPI	19/12/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Mídia
Parda	12/1/2008	Oswaldo Azevedo da Silva / Dulce Oliveira Santos	Solterio	Operador de Máquina	Cemitério
Parda	11/2/2008	Estelita Oliveira de Araújo	Solterio	Aj. de pedreiro	Cemitério
Negra	16/3/2008	NFPI	NFPI	NFPI	CP 18*
Negra	19/2/2008	Carlos Alberto S. de Araújo / Eunice Maria B.dos Santos	Solteiro	Aj. de pedreiro	Cemitério
NFPI	30/6/2008	NFPI	NFPI	Atleta	Mídia
Parda	11/5/2008	Miguel dos Santos da Silva / Maria de Oliveira Santos	Solteiro	Estudante	Cemitério
Parda	8/2/2008	Manuel R.de Souza / Matildes da Cruz de Souza	Solteiro	Açougueiro	Cemitério
Parda	1/6/2005	Lindinalva S. de Jesus	Solteiro	Operador de Máquina	Cemitério
Parda	28/7/2008	NFPI	NFPI	NFPI	DEAM
Parda	26/5/2008	Domingos P.da Fonsêca / Maria Nilza S. da Fonsêca	Solteiro	Estudante	Cemitério
Parda	27/3/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Delegacia
Parda	4/11/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Delegacia
Parda	3/10/2008	Tarencio Antonio F.Nascimento / Joelita Maria de J.Nascimento	Solteiro	Estudante	Cemitério
NFPI	NFPI	NFPI	NFPI	NFPI	Mídia
NFPI	30/7/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Mídia
Parda	24/4/2008	Iringu da Conceição / Evanice Bispo de Souza	Solteiro	Comerciante	Cemitério
Parda	2/3/2008	Rosilda Oliveira dos Santos	Solteiro	Aj. de pedreiro	Cemitério
Parda	22/12/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Delegacia
Parda	12/4/2008	Jailson Machado de Almeida / Maria Maura da Conceição	Solteira	Estudante	Cemitério
Parda	1/12/2008	Luiz Silva oliveira / Maria do Vale Santos	Solteiro	Pedreiro	Cemitério
NFPI	6/3/2008	NFPI	NFPI	NFPI	CP 18*
Parda	27/7/2008	Carlos Augusto Silva / Terezinha de Jesus Silva	Solteiro	Operador de Produção	Cemitério
Parda	NFPI	Manoel Pereira de Oliveira / Francisca Rodrigues de Oliveira	Solteiro	Estudante	Cemitério
Parda	9/4/2008	NFPI	NFPI	NFPI	Delegacia
Branca	10/7/2008	João Francisco de Oliveira / Linda Rosa Iara Baido Cavalcante	Solteiro	NFPI	Entrevista
Negra	9/7/2008	Rosilene Pereira Coutinho	Solteiro	NFPI	Entrevista